

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS: EVIDÊNCIAS
PARA O PERÍODO DE 1991 A 2000

MICHELA BARRETO CAMBOIM GONÇALVES

RECIFE

2006

MICHELA BARRETO CAMBOIM GONÇALVES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco como último requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia.

PROF. PhD. RAUL DA MOTA SILVEIRA NETO
ORIENTADOR

RECIFE
2006

Gonçalves, Michela Barreto Camboim

Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos :
evidências para o período de 1991 a 2000 / Michela Barreto
Camboim Gonçalves. – Recife : O Autor, 2006.

182 folhas : fig., tab. e quadro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA. Economia, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Crescimento econômico. 2. Desigualdades econômicas
regionais. 3. Pobreza. 4. Desenvolvimento econômico. I.
Título.

338.1
330

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2006-024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO EM ECONOMIA DE

MICHELA BARRETO CAMBOIM GONÇALVES

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Michela Barreto Camboim Gonçalves **APROVADA**.

Recife, 10/03/2006.



Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto
Orientador



Profa. Dra. Tatiane de Almeida Menezes
Examinador Interno



Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
Suplente Externo/UFPB

*À Denise, eternamente em minha
memória...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por Seu infinito amor, pela vida, pelos dons, e por Sua presença sempre constante.

Aos meus avós Dorgival e Lourdes, por seu amor, sua acolhida, seu incentivo, seus cuidados, sua paciência, sem os quais seria impossível completar esta etapa de vida.

Aos meus familiares, pelo apoio e pela torcida, especialmente à Tia Ymara por ser fonte de riqueza e ensinamentos; à Tatiana, por sua amizade; às minhas sobrinhas Lívia e Luísa, meus tesouros, minha inspiração.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o meu processo de aprendizagem. Em especial, ao professor Raul da Mota Silveira Neto, fiel amigo, pela dedicação reservada a este trabalho e a todas as etapas da minha vida acadêmica.

Aos meus amigos do mestrado, Márcia, Gilvan, Joedson, Joanna, Bego, Victor, Fernanda, Roberta, Keuler, Janaína e a todos os outros pela paciência, pela presença, por serem fontes de inspiração e amadurecimento.

À Maria Fernanda, Tereza e Jesu pelo ano de acolhida.

Aos demais amigos, especialmente George, Priscila e Juliana, Josi, Luzia e Keylle, pela ajuda, pela torcida, e pelas orações.

A todas as Gen, e à Shirley. Sem ela, seria impossível superar os momentos difíceis.

FELICIDADE...

Posto que as necessidades primárias sejam satisfeitas e que o bem-estar seja medido como consumo e o tempo livre esteja aumentando, as pessoas deveriam sentir-se melhor. Se isso não acontece, pior para elas: os economistas vão considerar que elas estão melhores!

(A.O. Hirschman)

RESUMO

A partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, este trabalho busca fornecer evidências a respeito da qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a renda dos mais pobres, ou seja, procura avaliar o quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico da região no período recente. Os principais resultados obtidos mostraram que apenas 1,4% dos municípios nordestinos apresentou crescimento pró-pobre no período, indicando que, para esses municípios, a renda dos mais pobres cresceu relativamente mais rapidamente que a renda média da região. Entretanto, 16,9% dos municípios apresentaram crescimento não pró-pobre. Além disso, 10,9% apresentaram crescimento empobrecedor, em que há redução de renda *per capita* para pelo menos algum p % mais pobre ($p=1,...,99$). Tais resultados sugerem, sobretudo, que o crescimento econômico no Nordeste apresenta pouca efetividade como um mecanismo de combate à pobreza na região, uma vez que ele impacta relativamente menos na renda dos mais pobres. As evidências obtidas também indicam que a localização no semi-árido e o acesso à infra-estrutura aumentam a probabilidade de o município reduzir sua desigualdade através do crescimento econômico. Esses resultados são consistentes com o menor progresso na redução da pobreza nos maiores centros urbanos da região e do país, e além disso, sugerem que, em certo sentido, a exploração de atividades que utilizam dotações de recursos locais pode ter papel importante na elevação da renda dos mais pobres.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento Pró-Pobre; Pobreza; Desigualdade.

ABSTRACT

By using data from both the demographic censuses of 1991 and of 2000, this study seeks to supply evidence regarding the quality of the economic growth of the northeastern municipalities, in the direction of its relative impact on the income of the people living in poverty. In other words, it intends to evaluate how pro-poor has been the economic growth of the region. The main results show that only 1.4% of the northeastern municipalities presented a pro-poor growth during the period, indicating that, for these municipalities, the income of the poor grew relatively more quickly than the average income of the region. However, 25% of the municipalities presented not pro-poor growth. Moreover, 10.9% presented an immiserizing growth where the positive growth increases poverty. Such results suggest, overall, that the economic growth of the northeastern region of Brazil presents little effectiveness as a poverty-combat mechanism in the region at a time that its impact is relatively less to the income of poor. The evidence also indicates that localization in the semi-arid region of the northeast, and access to the infrastructure increases the probability of the municipality to reduce its inequality through this economic growth. These results are consistent with the decreased progress in reduction of the poverty in the biggest urban centers of regions and the country and moreover, suggest that, in a certain direction, exploitation of activities that use endowments of local resources can have important role in the elevation of the income of poor.

1. INTRODUÇÃO	15
2. CRESCIMENTO PRÓ-POBRE	18
2.1 Crescimento Pró-Pobre: Impacto sobre a Redução da Pobreza	20
2.2 Crescimento, Desigualdade e Pobreza: Argumentos Teóricos e Empíricos	21
2.3 Crescimento Pró-Pobre: Impacto Relativo na Renda dos Mais pobres	27
3. POBREZA NO BRASIL E NO NORDESTE	30
Maranhão	36
Piauí	38
Ceará	40
Rio Grande do Norte	42
Paraíba	44
Pernambuco	46
Alagoas	49
Sergipe	51
Bahia	53
4. QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA	57
5. QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO RELATIVO NA RENDA DOS MAIS POBRES	61
Maranhão	67
Piauí	72
Ceará	77
Rio Grande do Norte	83
Paraíba	89

Pernambuco	95
Alagoas	100
Sergipe	104
Bahia	108
6. PERFIL DOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTARAM CRESCIMENTO PRÓ-POBRE OU REDUZIRAM DESIGUALDADE	113
6.1 Regressão Logit	113
6.2 Análise Descritiva	119
6.3 Natureza Pró-Pobre do Crescimento Econômico	121
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXOS	129
1. Lista dos códigos municipais que tratam de mais de um município, por estado e microrregião	1 ^A
2. Qualidade do crescimento dos municípios nordestinos (1991-2000)	9 ^A
TABELAS	
1. Evolução da pobreza e indigência nos estados e regiões do país e crescimento da <i>renda per capita</i> – 1991 a 2000	33
2. Número de municípios com menos de 15%, 30% e 50% de pobres	34
3. Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Maranhão em 2000 e respectivas taxas de crescimento da <i>renda per capita</i>	37
4. Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Piauí em 2000 e respectivas taxas de crescimento da <i>renda per capita</i>	39
5. Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Ceará em 2000 e respectivas taxas de crescimento da <i>renda per capita</i>	41

6.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Rio Grande do Norte em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	43
7.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres da Paraíba em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	45
8.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Pernambuco em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	48
9.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Alagoas em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	50
10.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Sergipe em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	52
11.	Municípios baianos entre os 100 menos pobres do Nordeste – 2000	53
12.	Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres da Bahia em 2000 e respectivas taxas de crescimento da renda <i>per capita</i>	55
13.	Importância da desigualdade de renda no impacto do crescimento econômico sobre a redução percentual dos índices de pobreza e indigência nos municípios nordestinos	60
14.	Qualidade do crescimento econômico nos municípios do Nordeste	63
15.	Qualidade do crescimento econômico nos municípios do Nordeste – considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres ($p=1,...,30$)	65
16.	Qualidade do crescimento econômico do Maranhão (1991-2000)	67
17.	Qualidade do crescimento econômico do Piauí (1991-2000)	72
18.	Qualidade do crescimento econômico do Ceará (1991-2000)	77
19.	Qualidade do crescimento econômico do Rio Grande do Norte (1991-2000)	83
20.	Qualidade do crescimento econômico paraibano (1991-2000)	89
21.	Qualidade do crescimento econômico pernambucano (1991-2000)	95
22.	Qualidade do crescimento econômico de Alagoas (1991-2000)	100
23.	Qualidade do crescimento econômico de Sergipe (1991-2000)	104
24.	Qualidade do crescimento econômico baiano (1991-2000)	108
25.	Municípios baianos e respectivas microrregiões com redução na renda para algum $p\%$ mais pobre entre 1991-2000	112

26.	Variáveis correlacionadas com o crescimento redutor de desigualdade – Modelo Logit, municípios do Nordeste	118
27.	Análise descritiva – municípios que reduziram desigualdade	119
28.	Variáveis correlacionadas com o crescimento redutor de desigualdade. Variável dependente é crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> média dos <i>p</i> % mais pobres menos o crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> média da economia – municípios nordestinos, 1991-2000	123

FIGURAS

1.	Localização dos 100 municípios com menor concentração de pobres do Nordeste – percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000	34
2.	Localização dos 100 municípios mais pobres do Nordeste – percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000	35
3.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Maranhão	36
4.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Piauí	38
5.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Ceará	40
6.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Rio Grande do Norte	42
7.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios da Paraíba	44
8.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Pernambuco	47
9.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Alagoas	49
10.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Sergipe	51
11.	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios da Bahia	54

12.	Elasticidade “pobreza-crescimento”–VD: variação % na redução de indigentes ...	58
13.	Elasticidade “pobreza-crescimento” – VD: variação % na redução de pobres	58
14.	Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos, 1991-2000	62
15.	Qualidade do crescimento dos municípios maranhenses, 1991-2000	68
16.	Qualidade do crescimento dos municípios maranhenses – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	68
17.	Qualidade do crescimento dos municípios piauienses, 1991-2000	73
18.	Qualidade do crescimento dos municípios piauienses – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	73
19.	Qualidade do crescimento dos municípios do Ceará, 1991-2000	78
20.	Qualidade do crescimento dos municípios do Ceará – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	78
21.	Qualidade do crescimento municípios do Rio Grande do Norte, 1991-2000	84
22.	Qualidade do crescimento dos municípios do Rio Grande do Norte – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	84
23.	Qualidade do crescimento municípios da Paraíba, 1991-2000	90
24.	Qualidade do crescimento dos municípios paraibanos – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	90
25.	Qualidade do crescimento municípios de Pernambuco, 1991-2000	96
26.	Qualidade do crescimento dos municípios pernambucanos – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	96
27.	Qualidade do crescimento municípios de Alagoas, 1991-2000	101
28.	Qualidade do crescimento dos municípios alagoanos – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	101
29.	Qualidade do crescimento municípios de Sergipe, 1991-2000	105
30.	Qualidade do crescimento dos municípios sergipanos – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	105
31.	Qualidade do crescimento municípios da Bahia, 1991-2000	109
32.	Qualidade do crescimento dos municípios baianos – considerando apenas a renda até os 30% mais pobres, 1991-2000	110

GRÁFICOS

1.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios da microrregião de Chapadinha, 1991-2000	70
2.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios do Maranhão, 1991-2000	70
3.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com diagnóstico pró-pobre fraco e São Luís, 1991-2000	71
4.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com os piores desempenho de crescimento do estado do Piauí, 1991-2000	74
5.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre, 1991-2000	75
6.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios do Piauí, 1991-2000	76
7.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, 1991-2000	79
8.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – microrregião de Sobral, 1991-2000	80
9.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios entre os piores desempenhos de crescimento econômico do Ceará, 1991-2000	81
10.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios do Ceará, 1991-2000	82
11.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – microrregião Serra de São Miguel, 1991-2000	85
12.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – alguns municípios da microrregião de Pau dos Ferros, 1991-2000	86
13.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – microrregião de Umarizal, 1991-2000	87
14.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre e Natal, 1991-2000	88
15.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – alguns municípios da microrregião de Cajazeiras, 1991-2000	91

16.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – microrregião de Patos, 1991-2000	92
17.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre fraco e João Pessoa, 1991-2000	93
18.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000	94
19.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre e a capital Recife, 1991-2000	98
20.	Crescimento da Renda Domiciliar <i>per Capita</i> por Percentis de Pobres – municípios de Pernambuco, 1991-2000	99
21.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios de Alagoas, 1991-2000	102
22.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000	103
23.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre fraco e a capital Sergipe, 1991-2000	106
24.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000	107
25.	Crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre, 1991-2000	111

1 – INTRODUÇÃO

De acordo com as informações derivadas do Censo Demográfico 2000, a região Nordeste apresentava o maior percentual de pobres do Brasil (56,7%), seguida da região Norte (49,3%), estando a menor concentração na região Sudeste (19,7%) e sendo 32,9% a média brasileira. Com relação ao número de indigentes, mais uma vez as duas maiores concentrações estão nas regiões Nordeste (32,3%) e Norte (26,3%), sendo 8,2%, 7,9% e 9,7% para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. Apesar das maiores concentrações de pobres e indigentes, a região Nordeste apresentou o segundo maior percentual de crescimento da renda *per capita* (35,3%) no período de 1991-2000, ficando atrás apenas da região Sul (41,3%), com a região Norte apresentando o menor crescimento (17,1%).

A consideração destes resultados faz surgir importantes questionamentos. Primeiro, que expectativas devem ser criadas com relação à efetividade do crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza no Brasil? Em outras palavras, quem se beneficia com o crescimento econômico brasileiro? Segundo, que fatores têm condicionado sua eficácia? Quais as especificidades existentes nas regiões que fazem com que algumas consigam ter maior redução da pobreza e/ou desigualdade que outras, dada a taxa de crescimento? Especificamente, quais as particularidades da economia nordestina que, a despeito de deter uma das maiores taxas de crescimento na renda *per capita*, mais de 50% de sua população (cerca de 27 milhões de pessoas) encontra-se em estado de pobreza? E também, contrariamente ao caso nordestino, a alta concentração de pobres e indigentes da região Norte poderia ser explicada pelo seu fraco desempenho no crescimento da renda?

Normalmente a existência de índices elevados de pobreza está associada a baixa produtividade e, conseqüentemente, a baixa renda *per capita*. Entretanto, no Brasil, conforme Barros, Henriques e Mendonça (2000), a incidência de pobreza é maior do que a maioria dos países que têm renda *per capita* semelhante. Ainda segundo os autores, a desigualdade na distribuição de renda é responsável pelo fato do crescimento econômico ser relativamente ineficiente na redução da pobreza, isto é, o efeito do crescimento econômico sobre a redução da pobreza é menor no Brasil do que em outros países que alcançaram o mesmo nível de renda. Apesar disso, a principal estratégia de

desenvolvimento adotada no Brasil, principalmente nos estados mais pobres, tem sido a promoção do crescimento econômico, principalmente a partir de subsídios ao setor produtivo.

O debate sobre crescimento econômico, desigualdade e redução da pobreza ganhou bastante destaque nas últimas duas décadas. Trabalhando especificamente com países em desenvolvimento, diversos estudos apresentam evidências da relação entre crescimento econômico e redução da pobreza (Lipton e Ravallion, 1993). Entretanto, as mesmas evidências apontam que economias diferentes registram, para uma mesma taxa de crescimento econômico, diferentes taxas de redução no nível de pobreza. Da mesma forma que se observa a diferença no efeito do crescimento econômico sobre a redução da pobreza entre os países, pode-se observar que alguns estados e regiões brasileiras, apesar de apresentarem nas últimas décadas elevadas taxas de crescimento da renda *per capita*, têm reduzido a pobreza relativamente menos do que outros.

Essas questões têm sido recentemente exploradas pela literatura empírica do Desenvolvimento Econômico, e os trabalhos, intitulados como “crescimento pró-pobre”, procuram avaliar o crescimento de forma mais qualitativa, ou seja, considerando explicitamente seus impactos sobre os pobres. Há duas diferentes noções associadas ao crescimento pró-pobre. Segundo Ravallion e Chen (2003), o crescimento pró-pobre é o que reduz a pobreza, e, segundo Kakwani e Pernia (2000), o crescimento é pró-pobre quando o crescimento da renda dos mais pobres é maior que o crescimento da renda média, ou seja, segundo esta noção, o crescimento pró-pobre está diretamente associado à redução na desigualdade de renda. Entretanto, apesar das eventuais discrepâncias acerca do significado de crescimento pró-pobre, pode-se compreendê-lo como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da geração do crescimento econômico e usufruto dos seus resultados.

Assim, a partir das informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, o objetivo aqui é avaliar a natureza pró-pobre ou não pró-pobre do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a pobreza e sobre a renda dos mais pobres. Evidentemente, isso implica obter evidências sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios. Além disso, traçar o perfil dos municípios que reduziram desigualdade de renda através do crescimento econômico do período. Para esse

fim, o Capítulo 2 faz uma discussão sobre o significado de crescimento pró-pobre e das mais utilizadas formas de medi-lo, além disso, apresenta algumas evidências para o caso dos estados brasileiros e microrregiões nordestinas, além de apresentar alguns argumentos teóricos e empíricos sobre a relação entre crescimento, desigualdade e pobreza. O Capítulo 3 faz uma breve discussão sobre a evolução da pobreza nos estados do Nordeste. O Capítulo 4 apresenta os resultados obtidos sobre a relação entre crescimento econômico e redução dos índices de pobreza. O capítulo 5 apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento dos municípios do Nordeste. O Capítulo 6, a partir do modelo Logit, de uma análise descritiva e da sugestão se Birdsall e Londoño (1997), apresenta o perfil dos municípios que reduziram a desigualdade de renda através do crescimento econômico. Por fim, as conclusões do estudo são apresentadas no capítulo 7.

2 – CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

O crescimento econômico se traduz em desenvolvimento humano quando ele é capaz de, através da ampliação da base de recursos em determinada sociedade, melhorar a qualidade de vida de sua população. Para entender tal efeito, é importante considerar o crescimento não somente pela sua quantidade, mas pela sua qualidade. Deste modo, é importante verificar não apenas o quanto a economia cresceu, mas como foi esse crescimento e conseqüentemente qual o impacto distributivo do mesmo.

Não há uma definição unívoca para o conceito de crescimento pró-pobre. Definições em torno desse termo variam de acordo com a importância dada a níveis de variações na caracterização da relação entre crescimento e pobreza. Destacam-se aqui, duas diferentes noções. Uma primeira noção, mais estrita, considera que o crescimento pró-pobre ocorre quando, num processo de crescimento econômico, a taxa de crescimento da renda dos pobres é maior que a taxa de crescimento da renda dos não-pobres, ou da renda média (Baulch e McCulloch, 2000; Kakwani e Pernia, 2000; White e Anderson, 2000). Assim, neste caso, o crescimento pró-pobre estaria diretamente associado à diminuição da desigualdade de renda e não diretamente aos ganhos absolutos de bem-estar dos pobres. Aqui, o foco é a questão distributiva. A segunda noção, menos estrita, (Ravallion e Chen, 2003; Ravallion, 2004) considera que crescimento pró-pobre é o que reduz a pobreza, beneficiando os pobres e incrementando seu acesso às oportunidades. O foco é a pobreza, ou o padrão de vida¹.

Nesse contexto, o que faz com que o crescimento econômico seja pró-pobre? Em outras palavras, quais os fatores que fazem com que o crescimento possa reduzir a pobreza ou a desigualdade? Conceitualmente, a conversão de crescimento econômico em redução da pobreza depende de muitos aspectos (Tochetto et al., 2004): primeiro, o desenvolvimento da atividade econômica reduz a pobreza de acordo com o padrão espacial de distribuição da mesma. Se os pobres estão em determinada região é de pouca valia que o crescimento ocorra em outra região, pois nem sempre os fluxos migratórios são capazes de resolver esse problema sem sérias reestruturações sociais; segundo, o crescimento

¹ Uma discussão mais detalhada desses conceitos pode ser encontrada em Lopes (2004) e Klassen (2005).

econômico ocorre dentro dos setores. Assim, o impacto do crescimento vai depender se ele acontece nos setores abertos aos pobres. Usualmente, a ênfase é dada na promoção da agricultura e na redução da pobreza rural; terceiro, quanto mais trabalho-intensivo for o crescimento, melhor para a redução da pobreza; quarto, sociedades com distribuição de renda e riqueza muito desiguais são baixas conversoras de crescimento em redução da pobreza; quinto, a conversão do crescimento em bem-estar dos indivíduos depende também da variação existente nas dimensões não econômicas, tais como saúde, educação, etc., pois dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir os resultados do crescimento; sexto, o governo funciona como um mecanismo distributivo e redistributivo de renda na sociedade, afetando os canais de como o crescimento é estruturado e articulado. Um baixo nível pró-pobre de focalização do gasto público com um baixo nível de desenvolvimento institucional pode afetar seriamente a eficiência das políticas públicas; e por fim, o crescimento econômico pode afetar desproporcionalmente os pobres via degradação ambiental ao levar à erosão de sua base de ativos. Ou seja, o impacto distributivo pode ser dado indiretamente, via externalidades negativas derivadas de poluição, ou erosão ou contaminação de um recurso previamente utilizado pelas pessoas mais pobres, dificultando ou inviabilizando suas estratégias de sobrevivência.

Em um artigo recente, Kraay (2004) identificou três origens potenciais do crescimento pró-pobre (entendido como o crescimento que conduz a uma redução em uma dada medida de pobreza), das quais, duas delas são uma alta taxa de crescimento e uma alta sensibilidade da pobreza em relação ao crescimento. Seus resultados sugerem que no curto prazo, cerca de 70% da variação na pobreza é explicada pelo crescimento da renda média. No médio e longo prazo, o crescimento responderia com expressivos 97% das mudanças na pobreza. Entretanto, segundo Ravallion (2004), o crescimento só será um eficaz instrumento contra a pobreza se ele reduzir a desigualdade.

Apesar das eventuais discrepâncias acerca do significado de crescimento pró-pobre, há um contínuo e significativo debate sobre como medir o crescimento pró-pobre, ou, em outras palavras, como obter evidências sobre o impacto do crescimento sobre os níveis de pobreza, ou distribuição de renda. Apresenta-se, a seguir, algumas das formas bastante utilizadas na literatura de medir o crescimento pró-pobre de acordo com o tipo de conceito utilizado.

2.1 Crescimento Pró-Pobre: Impacto sobre a Redução da Pobreza.

Conforme sugerido por Ravallion (1997), Ravallion e Datt (1999) e Ravallion (2001), a *elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza* é uma das maneiras mais usadas na literatura de avaliar o crescimento pró-pobre. Baseada no conceito menos estrito de crescimento pró-pobre, ela mede a sensibilidade da pobreza em relação ao crescimento econômico, ou seja, o quanto declina a pobreza em termos percentuais, dado um aumento percentual no crescimento econômico. Considere-se, neste sentido, a renda domiciliar *per capita* y , uma linha de pobreza y_p e a função de distribuição acumulada da renda domiciliar *per capita* $F(y)$. Obtendo, assim, a proporção de pobres como $P = F(y_p)$ e a renda domiciliar *per capita* média $\mu = E(y)$, é possível expressar uma relação entre proporção de pobres e renda domiciliar *per capita* média na forma:

$$\ln F(y_p) = \alpha + \beta \ln \mu + \varepsilon, \quad (1)$$

onde ε corresponde a um termo de erro. Note-se, pois, que o coeficiente β nesta relação pode ser interpretado como uma elasticidade “pobreza-crescimento”, já que apreende a variação percentual da proporção de pobres em função de uma variação percentual da renda domiciliar *per capita* média.

Utilizando o conceito relativo da pobreza, Dollar e Kraay (2000) estimaram a elasticidade do crescimento para a renda *per capita* dos indivíduos no primeiro quintil da distribuição e argumentam que essa elasticidade é praticamente igual a um. Utilizando a abordagem da elasticidade do crescimento em relação à pobreza definida em termos absolutos, Ravallion (2000) e Ravallion e Chen (1997) encontraram essa elasticidade como sendo tipicamente maior que dois, ou, em outras palavras, que quando a renda aumenta em 10%, a proporção de pobres declina mais de 20%. Ravallion e Chen (1997) também utilizam linhas de pobreza que combinam um componente absoluto com um componente relativo, mas suas elasticidades são altamente sensíveis ao local no qual a linha de pobreza se encontra localizada. De forma pioneira, Tochetto et al. (2004), aplicaram tal metodologia para o caso de 10 estados brasileiros, os quais, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas

Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e identificaram elasticidades negativas apenas para o Ceará e Distrito Federal, e para os demais estados, concluíram que o crescimento piorou o quadro de pobreza, até mais que proporcionalmente para os casos de Bahia e Pernambuco. Silveira Neto (2005) também investigou a relação entre crescimento econômico e redução na pobreza para a região Nordeste e demais regiões do país, no período de 1991 e 2000, e observou que o crescimento econômico teve menor impacto na redução relativa do percentual de pobres no Nordeste que nas regiões Norte, Sudeste e Sul do país. Ainda segundo o autor, tal resultado tanto pode estar associado à maior intensidade da pobreza na região, como ao fato da renda dos mais pobres ter crescido relativamente menos rapidamente que a renda média da região. Neste sentido, são discutidos a seguir, alguns argumentos teóricos e empíricos que tratam da relação entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza.

2.2 Crescimento, Desigualdade e Pobreza: Argumentos Teóricos e Empíricos

A teoria econômica oferece um grande número de diferentes explicações sobre a relação entre desigualdade e crescimento. A hipótese de Kuznets (1955) sugere que a distribuição de renda se deteriora num estágio inicial do desenvolvimento, quando as economias se transformam de rural para urbana e de agrícola para industrial. Subseqüentemente, a desigualdade decresceria com a expansão da força de trabalho do setor industrial e redução do setor agrícola. Recentemente, grande número de modelos tem argumentado que o progresso tecnológico (a força motriz do crescimento econômico) deve conduzir a uma maior desigualdade sempre que ele não for neutro. Em outras palavras, sempre que ele afetar a produtividade de diferentes tipos de trabalhos por diferentes maneiras. Como exemplo, a introdução de novas tecnologias aumenta a demanda por trabalho qualificado (relativamente ao não qualificado), e argumenta-se, que isso provavelmente deve aumentar a desigualdade.

A literatura teórica é dividida entre aqueles que sugerem que a desigualdade é prejudicial ao crescimento e aqueles que argumentam que a desigualdade deve favorecer o

crescimento. Há três principais argumentos que explicam porque níveis elevados de desigualdade estão associados a menores taxas de crescimento. Um deles, o argumento de política econômica (Alesina e Rodrick, 1994), é baseado em duas premissas: a primeira é que a redistribuição dos gastos governamentais e taxação são negativamente relacionadas com o crescimento pelos seus efeitos negativos à acumulação de capital; a segunda, que os impostos são proporcionais ao nível de renda, mas os benefícios dos gastos públicos são distribuídos eqüitativamente para todos os indivíduos, o que implica, por sua vez, que a preferência individual pelos níveis de impostos e gastos é inversamente relacionada ao nível de renda. A segunda classe de argumentações está ligada à instabilidade sócio-política (Alesina e Perotti, 1996). Primeiro, sociedades com grandes índices de desigualdade criam incentivos para o engajamento dos indivíduos em atividades fora dos mercados normais, como criminalidade, etc; segundo, instabilidades sócio-políticas desencorajam a acumulação devido ao ambiente de incerteza corrente e futuro. O terceiro argumento propõe que o aumento na desigualdade conduz à redução no crescimento devido à presença de restrições ao crédito (Galor e Zeira, 1993), pois o processo de crescimento é caracterizado complementarmente entre capital físico e humano, assim, o crescimento aumenta com o aumento no investimento em capital humano. Entretanto, restrições ao crédito impedem que indivíduos pobres invistam em educação. Assim, a desigualdade afeta o processo de crescimento reduzindo o número de indivíduos que podem investir em capital humano².

De outro lado, destacam-se três principais argumentos que explicam como a desigualdade deve favorecer o crescimento. Primeiro, considera-se a hipótese de Kaldor, em que a propensão marginal a poupar das pessoas ricas é maior que a das pessoas pobres. Assim, a taxa de investimento é positivamente relacionada com a taxa de poupança, e o crescimento é positivamente relacionado com o investimento, assim, em economias mais desiguais, espera-se crescimento mais rápido. Bourguignon (1981) construiu um modelo mais elaborado e mostrou que, com uma função de poupança convexa, o produto agregado depende da sua distribuição inicial e este é mais alto quando a sociedade é mais desigual. A

² Há uma nova e considerável literatura teórica que propõe, por vários caminhos, que a desigualdade deve impedir o crescimento. Além desses, veja-se também Banerjee e Newman (1993), Benabou (1996), Aghion et al., (1999) e Bardhan et al., (1999).

segunda razão pela qual a desigualdade deve conduzir a um mais rápido crescimento está relacionada com as indivisibilidades do investimento. Se novos projetos de investimento requerem grandes somas iniciais, e na ausência de mercados de capitais efetivos, permite-se o aparecimento de pequenos investidores. A concentração de riquezas, assim, encorajaria novos investimentos e desta maneira conduziria a um mais rápido crescimento. A terceira razão é baseada no “tradeoff” entre eficiência e equidade. Por exemplo, estruturas de salários que não compensam méritos, podem conduzir a sociedades mais eqüitativas, mas também, provavelmente, reduziriam os incentivos dos trabalhadores de colocar esforço adicional.

Para Lopez (2004), as evidências empíricas mostraram que o crescimento é fundamental para a redução da pobreza, e, em princípio, parece não afetar a desigualdade; o crescimento acompanhado por progressiva mudança na distribuição é melhor que crescimento sozinho; alta desigualdade inicial é uma barreira à redução da pobreza; a pobreza é, ela mesma, uma barreira para a redução da pobreza; desigualdade de ativos (como terras e educação) parece implicar baixas taxas de crescimento futuro; educação, infra-estrutura e estabilidade macro-econômica parecem afetar positivamente o crescimento e a distribuição de renda.

Segundo Adams (2004), o crescimento econômico reduz a pobreza em países em desenvolvimento, porém, a taxa de redução da pobreza depende muito mais de como o crescimento econômico é definido. Isso porque os artigos recentes seguem duas abordagens distintas para classificar a população entre pobres e não-pobres. A primeira classe de artigos utiliza o conceito absoluto da pobreza, o qual está estreitamente associado às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. A segunda abordagem, a da pobreza relativa, define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” onde o mínimo vital já é garantido a todos.

A necessidade de definir um limiar que divida a população entre pobres e não-pobres introduz três problemas na análise. O primeiro é que as medidas de pobreza são altamente sensíveis à localização da linha de pobreza. O segundo problema é que as

medidas absoluta e relativa de pobreza usadas na literatura tratam com igual peso todos os pobres. O terceiro problema refere-se ao significado de ser pobre e da melhor maneira de conciliar conceito com medidas. Ou seja, se uma linha de pobreza relativa (com os 20% mais baixos da distribuição) é adotada como critério de identificação dos pobres, então todos os indivíduos no primeiro quintil serão classificados como pobres, não se levando em consideração seu padrão absoluto de nível de vida. Isso implica dar o mesmo peso para um indivíduo localizado nos 20% mais baixos da distribuição na Suécia (que tem renda média de \$450 PPP por mês em 1991) que um indivíduo localizado nos 20% mais pobres no Quênia (com uma renda que talvez não alcance os \$12).

Enquanto as evidências empíricas sugerem que, em geral, não se pode esperar redução da pobreza absoluta sem um crescimento positivo, elas também mostram que uma mesma taxa de crescimento pode ter diferentes impactos na redução da pobreza para diferentes regiões num mesmo período. Em outras palavras, o crescimento econômico de um país pode afetar de forma distinta a redução da pobreza nos estados ou regiões, fazendo com que alguns tenham uma inclusão maior dos pobres na atividade econômica do que outros, por dois motivos (Ravallion, 2004): nível inicial de desigualdade e como a desigualdade muda ao longo do tempo. Uma alta desigualdade protegerá os pobres do impacto adverso da contração econômica agregada (Ravallion, 1997). Por outro lado, uma baixa desigualdade pode ter vantagens e desvantagens para pessoas pobres vivendo em um ambiente macroeconômico instável; faz os pobres participarem dos benefícios do crescimento, mas, por outro lado, os expõe aos custos da contração (Ravallion, 1997).

Uma forma de obter evidências a esse respeito, sugerida inicialmente por Ravallion (1997), é considerando a relação percentual da proporção de pobres e a taxa de crescimento “corrigida pela desigualdade” da renda (distribution-corrected growth rate). Especificamente:

$$r = \alpha + \beta(1 - I)G_y \quad (2)$$

onde, r é a variação percentual na proporção de pobres entre dois períodos (de t a T), I é um índice de desigualdade (entre zero e um) no tempo t ³, e G_Y corresponde à taxa de crescimento da renda *per capita* média de t a T (período inicial e final, respectivamente).

A partir do universo das 188 microrregiões nordestinas, utilizando a linha de pobreza menos estrita e o índice de Gini para renda domiciliar *per capita*, Silveira Neto (2005), chegou ao seguinte resultado: 1% de crescimento no período de 1991-2000 reduziu a proporção de pobres em 0,25% e 0,15% para microrregiões com índices de Gini de 0,5 e 0,7 respectivamente. Seus resultados confirmam, portanto, a sugestão de Ravallion (2004), que a capacidade do crescimento econômico reduzir a pobreza depende do nível inicial de desigualdade de renda.

Um segundo fator que influencia a taxa de redução da pobreza à dada taxa de crescimento é a mudança na distribuição de renda. Há um grande número de fatores idiossincráticos (tais como choques de renda agrícola, mudanças no regime de comércio, reformas tributárias, reformas políticas e mudanças na demografia) que influenciam as mudanças na distribuição. Um fator que provavelmente é importante em muitos países em desenvolvimento é o padrão geográfico e setorial do crescimento (Ravallion, 2004). A concentração de pessoas pobres em regiões ou setores específicos é uma questão importante para o padrão de crescimento e redução da pobreza. Em muitos países em desenvolvimento, o crescimento tem sido acompanhado pela ampliação das disparidades regionais e pouco ou nenhum crescimento em áreas pobres. Por exemplo, o crescimento não-agrícola na Índia não ocorreu em estados onde teria maior impacto na pobreza nacional (Datt e Ravallion, 2002).

De acordo com Lopez e Serven (2004) e Ravallion (1997, 2004), a desigualdade (de renda ou ativos) impede a redução da pobreza, e também, a própria pobreza (medida como baixa renda *per capita*) é uma barreira para a redução da pobreza. Em particular, é mais fácil reduzir a pobreza em regiões onde o crescimento da renda média é mais alto, em regiões onde a desigualdade inicial é mais baixa e em situações onde o crescimento da renda for combinado com redução da desigualdade (Bourguignon, 2003).

Os argumentos teóricos baseados nas restrições dos mercados de crédito evidenciam a importância da desigualdade não só de renda, mas de ativos para o crescimento.

³ Exemplo: o índice de Gini.

Conforme Deininger e Squire (1998), Li et al. (1998), Lundberg e Squire (1999), a desigualdade inicial de bens, medida pela distribuição de terra, é mais significativa do que a desigualdade de renda no que se refere a afetar o crescimento subsequente. Outros estudos ainda, mostram que a desigualdade inicial de terra, juntamente com uma desigualdade inicial de educação, têm fortes efeitos negativos ao crescimento da economia e também ao crescimento da renda dos mais pobres (Birdsall e Londoño, 1998). Além disso, para ser negativamente relacionada com o crescimento, a desigualdade de terra aparece também para reduzir o efeito positivo do capital humano sobre o crescimento, mediante a interação de efeitos (Deininger e Olinto, 1999). Ademais, considerando o efeito da desigualdade de terras e apreendendo também a desigualdade na detenção de capital humano, desigualdade de renda passa a assumir papel secundário na explicação do crescimento econômico (Birdsall e Londoño, 1997).

Deininger e Olinto (2001) apontam a importância da exata definição de desigualdade nos testes empíricos que avaliam a relação negativa entre desigualdade e crescimento subsequente, para uma mais apropriada recomendação política. Pois, se o fator que provoca fraco crescimento é desigualdade de ativos, as políticas para promoção do crescimento deveriam enfatizar *ex ante* a igualdade de oportunidades. Em outras palavras, as políticas deveriam aumentar as oportunidades e incentivos para a criação de novos ativos físicos e humanos, aplicação e proteção dos direitos de propriedade dos ativos pelos pobres e possibilitar redistribuição. Por outro lado, se a causa do baixo crescimento for desigualdade de renda, seria mais apropriada a recomendação de uma direta redistribuição da renda ou consumo corrente. No mesmo artigo, os autores chegam ainda a três importantes resultados: a desigualdade inicial de ativos (como distribuição de terras) tem significativo impacto na redução do crescimento; alto nível de capital humano contribui para o crescimento dos países; políticas que expandem a educação têm menor impacto no crescimento agregado em países onde a distribuição de ativos (e também o acesso às oportunidades empresariais) é altamente desigual ou concentrado.

2.3 Crescimento Pró-Pobre: Impacto Relativo na Renda dos mais Pobres.

Como indicado anteriormente, conforme Silveira Neto (2005), o resultado obtido apontando uma relativa menor elasticidade “pobreza-crescimento” para a região Nordeste pode tanto estar associado à maior intensidade da pobreza na região, como ao fato de a renda dos mais pobres ter crescido relativamente menos rapidamente que a renda média da região. Neste sentido, o objetivo desta seção é desenvolver esta segunda possibilidade.

Assim, adotando-se a noção de Kakwani e Pernia (2000), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se a renda dos mais pobres crescer proporcionalmente mais que a dos não pobres, ou seja, utilizando-se da idéia de que o crescimento é pró-pobre se este reduzir a desigualdade, e a partir do teorema de Atkinson (1987), que permite associar os diferentes possíveis impactos do crescimento sobre os pobres a diferentes comportamentos da Curva de Lorenz, Son (2004), propôs a elaboração de uma “*curva crescimento-pobreza*” que permite determinar a “qualidade” do crescimento (pró-pobre ou não pró-pobre) a partir da avaliação do crescimento de cada p por cento mais pobre da população, onde $p=0,...,100$.

Especificamente, definindo a renda domiciliar *per capita* por y , $f(y)$ a densidade da renda, e μ como a renda média, $E(y)=\mu$, a curva de Lorenz pode ser descrita como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x y f(y) dy, \quad \text{onde} \quad p = \int_0^x f(y) dy \quad \text{e} \quad 0 < x < 1 \quad (3)$$

Considerando-se $L(p)$ na forma:

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu} \quad (4)$$

que expressa mais claramente a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, onde μ_p é a renda média dos indivíduos $p\%$ mais pobres. Tomando-se o logaritmo de ambos os lados, e a primeira diferença entre dois pontos no tempo, é possível obter:

$$g(p) \equiv \Delta \ln(\mu_p) = \Delta \ln(\mu L(p)) \quad (5)$$

que representa a taxa de crescimento da renda média dos $p\%$ mais pobres quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda. Note que $g(p)$ pode variar com p , que assume valores de 0 a 100. Assim, tal relação é denominada por Son (2004) de “curva crescimento-pobreza”. Denotando a taxa de crescimento médio da economia (quando $p=100$) como $g = \Delta \ln(\mu)$, é possível expressar $g(p)$ como:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)) \quad (6)$$

Esta última equação permite apreender as seguintes situações.

(i) Quando $g(p) > g$, para $p < 100$, ou seja, o crescimento da renda média de todos os $p\%$ mais pobres (p apenas menor que 100) maior que o crescimento da renda média do universo de todos os indivíduos, o crescimento pode ser considerado pró-pobre, já que deslocaria a Curva de Lorenz para cima ($\Delta \ln(L(p)) > 0$ para todo p).

(ii) Se $0 < g(p) < g$, para todo $p < 100$, o crescimento reduziria a pobreza mas seria acompanhado por um aumento da desigualdade ($\Delta \ln(L(p)) < 0$ para todo p). Neste caso, o crescimento seria não pró-pobre.

(iii) Com $g > 0$ mas $g(p) < 0$ para todo $p < 100$, o crescimento seria considerado “empobrecedor” já que seria um crescimento com elevação da pobreza.

(iv) Inconclusivo: demais casos.

É importante destacar que esta última possibilidade inclui duas situações distintas. A primeira, as ocasiões em que o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p=1, \dots, 30$ (ou $p=1, \dots, 50$), é maior que aquele verificado para renda média de toda a população (onde $p=100$), mas para ao menos para algum p intervalo $30 < p < 100$ (ou $50 < p < 100$) o crescimento da renda média é menor que aquele observado para renda média de toda a população. A segunda, as situações em que o crescimento da renda de pelo menos algum dos $p\%$ mais pobres, com $p=1, \dots, 30$ (ou $p=1, \dots, 50$), é menor que aquele verificado para renda média onde $p=100$, mas para p intervalo $30 < p < 100$ (ou $50 < p < 100$) o crescimento da renda média é maior que aquele observado para renda média de toda a população. Essas

distintas situações serão chamadas, segundo Silveira Neto (2005), respectivamente, de *iv'*, ou situação pró-pobre fraca, e *iv''*, ou situação não pró-pobre fraca.

Aplicando-se essa metodologia para o caso das 188 microrregiões nordestinas, para o período de 1991-2000, Silveira Neto (2005), identificou apenas 11 microrregiões com crescimento pró-pobre no Nordeste, as quais, 1 no Piauí (Bertolândia), 1 no Ceará (Várzea Alegre), 4 no Rio Grande do Norte (Mossoró, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal), 2 na Paraíba (Cajazeiras e Patos) e 3 na Bahia (Barreiras, Paulo Afonso e Itapetinga). Além disso, foram 95 microrregiões diagnosticadas como não pró-pobre e 82 casos inconclusivos.

Neste sentido, dada esta situação de crescimento econômico tão desfavorável para a região Nordeste, o que se propõe aqui é que se conheça a natureza pró-pobre ou não pró-pobre do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a pobreza e sobre a renda dos mais pobres. Reduzindo-se o grau de agregação espacial de microrregiões para municípios, pretende-se investigar situações possivelmente distintas dentro de cada uma dessas microrregiões. Por exemplo, os 11 casos com diagnóstico pró-pobre de crescimento podem ter sido influenciados por apenas 1 município dentro de cada uma dessas microrregiões, o que tornaria o quadro de crescimento/benefícios para os mais pobres ainda mais dramático. Além disso, só é possível captar o efeito potencial das políticas públicas quando se trabalha com municípios, uma vez que isso é feito via prefeituras. Para este fim, o capítulo seguinte pretende, ainda, obter evidências sobre a evolução da pobreza e crescimento econômico dentro de cada um dos nove estados nordestinos no período de 1991 e 2000.

3 – A POBREZA NO BRASIL E NO NORDESTE

A pobreza não pode ser definida de forma única e universal, contudo, pode-se afirmar que a pobreza se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que se possa, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Considera-se aqui a pobreza na sua dimensão particular (e simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza. Segundo Rocha (2003a), nas economias modernas e monetizadas, onde parcela razoável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza. Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais.

A diversidade de condições socioeconômicas e culturais entre as regiões justifica a adoção de conceitos específicos de pobreza. Assim, é possível conceber uma tipologia que distingue as regiões no que diz respeito à pobreza em três grupos. No primeiro grupo são classificadas as regiões em que a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda *per capita* é baixa e a pobreza absoluta inevitável, quaisquer que sejam as características da distribuição de renda. Um segundo grupo é formado por regiões desenvolvidas, onde a renda *per capita* é elevada e a desigualdade de renda entre os indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização de acesso a serviços públicos de boa qualidade. Nessas regiões, as necessidades básicas já são atendidas, de modo que o conceito de pobreza relevante é necessariamente relativo, definido a partir do valor da renda média. Finalmente, um terceiro grupo de regiões se situa numa posição intermediária. Nesse caso, o valor atingido pela renda *per capita* mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda. O Brasil se classifica neste terceiro grupo, com renda *per capita* em torno de R\$ 3.500 (em 2000) e um dos maiores índices de Gini do mundo⁴.

A esse respeito, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000) o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Além disso os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Ainda segundo os autores, os níveis de pobreza no Brasil são mais sensíveis a alterações no grau de desigualdade do que a alterações no crescimento econômico. Além disto, o crescimento econômico, evidentemente representa uma via importante, apesar de lenta, para combater a pobreza. Entretanto, a experiência brasileira recente de redução da pobreza encontra-se, sobretudo, associada aos efeitos do crescimento econômico, relegando a um plano secundário as alternativas de combate à desigualdade.

Um dos traços característicos da pobreza brasileira são as fortes diferenças regionais, com o Nordeste situando-se, reconhecidamente, na posição mais desfavorável. Assim, permanece como a região mais pobre do país, não só porque os indicadores de

⁴ Veja-se Barros, Henriques e Mendonça (2000).

insuficiência de renda são mais adversos, como pelo contingente populacional envolvido, 27 milhões de pessoas⁵. Desta forma, o foco deste trabalho é investigar a relação entre crescimento econômico na região e seus benefícios para os indivíduos em diferentes condições econômicas.

A Tabela 1 apresenta a evolução do percentual de pobres e indigentes no período de 1991 a 2000 e a taxa de crescimento da renda *per capita* para os estados do Nordeste e demais regiões do país. É possível perceber que o Nordeste é a única região do país a apresentar, em 2000, mais de 50% de sua população em estado de pobreza, apesar de ter sido a segunda região do país em crescimento da renda *per capita* (35,3%), estando apenas atrás da região Sul (41,3%), bem acima da média brasileira (29,1%). Ainda que se possa sobreestimar os níveis de pobreza e indigência dos estados nordestinos em virtude da utilização de linhas de indigência e pobreza comuns⁶, é possível notar que todos os estados nordestinos apresentaram em 2000 mais de 26% de sua população (representando pouco mais de 15 milhões de pessoas no Nordeste) em estado de indigência e mais de 50% (pouco mais de 27 milhões de pessoas) em estado de pobreza, superando as marcas de todas as regiões do país⁷.

⁵ Uma abrangente descrição da evolução recente da pobreza no Nordeste pode ser encontrada em Rocha (2003a, 2003b).

⁶ As linhas de pobreza e indigência utilizadas aqui, são, respectivamente, de R\$ 75,50 e R\$ 37,75 (equivalentes a $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo de 2000).

⁷ Para uma discussão mais detalhada, veja-se Silveira Neto (2005).

Tabela 1: Evolução da pobreza e indigência nos estados e regiões do país e crescimento da renda *per capita* – 1991 a 2000.

	Percentual de Indigentes		Percentual de Pobres		Cresc. Renda <i>per capita</i>
	1991	2000	1991	2000	
Maranhão	47,8	41,0	75,1	66,8	37,2
Piauí	49,5	36,6	74,5	61,8	48,1
Ceará	42,0	32,7	68,2	57,0	37,2
Rio Grande do Norte	34,6	26,9	61,7	50,6	40,9
Paraíba	41,6	30,1	69,0	55,3	48,6
Pernambuco	33,8	27,7	60,0	51,3	30,0
Alagoas	38,7	37,9	67,2	62,2	28,2
Sergipe	33,2	29,4	61,1	54,0	28,3
Bahia	41,1	31,1	67,0	55,3	33,8
Nordeste	40,6	32,3	67,1	56,7	35,3
<i>Norte</i>	27,1	26,3	52,6	49,3	17,1
<i>Sudeste</i>	9,6	8,2	21,0	19,7	24,3
<i>Sul</i>	12,1	7,9	30,8	20,5	41,3
<i>Centro-Oeste</i>	12,0	9,7	32,7	25,4	33,7
Brasil	20,3	16,4	40,1	32,9	29,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Além disso, outra informação que torna ainda mais grave a situação de pobreza no Nordeste, conforme a Tabela 2, a seguir, é que dos 1.787 municípios nordestinos, apenas 73 municípios (4,08%) apresentam menos de 50% de sua população em estado de pobreza em 2000. Apenas Fernando de Noronha-PE apresenta menos de 15% de pobres em 2000, e os municípios com menos de 30% de pobres são Natal-RN, João Pessoa-PB, Santa Cruz do Capibaribe-PE e Toritama-PE⁸.

⁸ Lembrando-se que o conceito de pobreza utilizado aqui é proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente a ½ salário mínimo de agosto de 2000.

Tabela 2: Número de municípios com menos de 15%, 30% e 50% de pobres.

	Até 15% Pobres		Até 30% Pobres		Até 50% Pobres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Maranhão	-	-	-	-	3	2
Piauí	-	-	-	-	-	3
Ceará	-	-	-	-	1	3
Rio Grande do Norte	-	-	-	1	3	16
Paraíba	-	-	-	1	1	5
Pernambuco	1	1	2	3	8	16
Alagoas	-	-	-	-	1	1
Sergipe	-	-	-	-	1	4
Bahia	-	-	-	-	7	23

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A Figura 1 abaixo, apresenta a localização dos 100 municípios com as menores proporções de pobreza do Nordeste. É possível perceber que eles estão mais concentrados nos estados do Rio Grande do Norte (22), Pernambuco (19), Bahia (23) e Paraíba (9).



Figura 1: Localização dos 100 municípios com menor concentração de pobres do Nordeste – percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000.

No outro extremo, dos 50 municípios mais pobres do Nordeste, 32 localizam-se no estado do Maranhão, 8 em Alagoas, 7 no Piauí, 2 em Pernambuco e 1 no Rio Grande do Norte. A Figura 2, a seguir, apresenta a localização dos 100 municípios mais pobres do Nordeste. É possível perceber, que eles estão mais concentrados no Maranhão, no sertão de Alagoas e no Piauí.

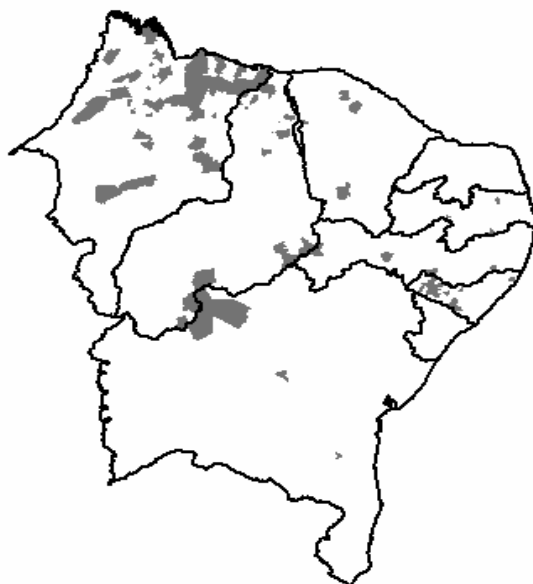


Figura 2: Localização dos 100 municípios mais pobres do Nordeste – percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000.

Voltando-se para a dinâmica interna dos estados, é possível perceber diferenças importantes quanto ao padrão de pobreza e crescimento. Dessa forma, são exploradas a seguir, para cada um dos estados nordestinos, evidências sobre seus respectivos padrões de crescimento e pobreza.

MARANHÃO

O Maranhão, apesar de ter apresentado um crescimento de 37,2% da sua renda *per capita* no período de 1991-2000 (Tabela 1), uma marca superior à média nordestina, e também superior às demais regiões do país, exceto Sul, é o Estado a apresentar a maior concentração de pobres do Brasil, 66,8% em 2000. Além disso, dos 100 municípios mais pobres do Nordeste, 53 são do estado do Maranhão, e apenas 3 municípios no Estado possuem menos de 50% de pobres: São Luís (39,87%), Imperatriz (42,13%) e Paço do Lumiar (45,68%). A Figura 3, abaixo, apresenta o percentual de pobres dos municípios maranhenses, no ano de 2000.

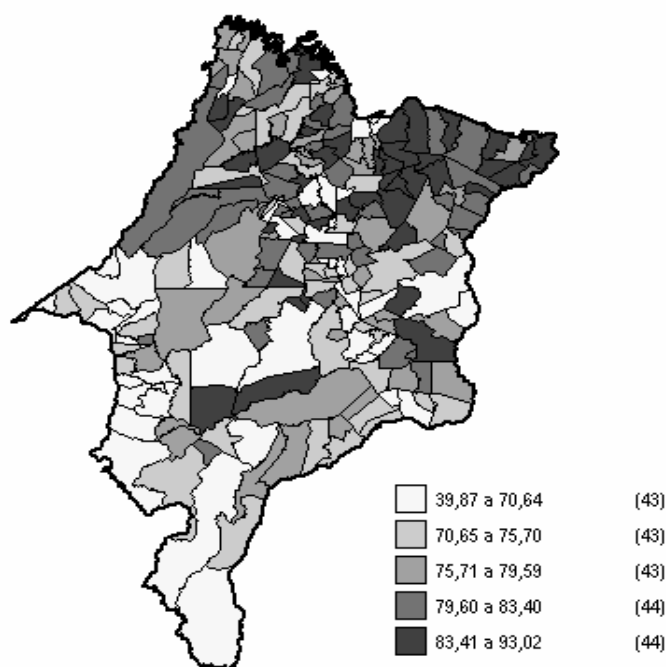


Figura 3: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Maranhão.

A Tabela 3, a seguir, apresenta os 10 municípios com menores níveis de pobreza e os 10 municípios mais pobres do estado do Maranhão, em 2000, além das respectivas taxas

de crescimento da renda domiciliar *per capita* média. É possível notar que dentre os municípios com menor concentração de pobreza, apenas Itinga do Maranhão aumentou o seu percentual de pobres entre 1991 e 2000, e no outro extremo, o município de Balsas apresentou a maior redução no percentual de pobres e a maior taxa de crescimento da renda *per capita*. Já entre os mais pobres, Santana do Maranhão, Cachoeira Grande e Paulino Neves foram os únicos municípios a apresentar redução de pobreza.

Tabela 3: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Maranhão em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa cresc. renda <i>per capita</i> 91-00
São Luís	45,7	39,9	6,8
Imperatriz	57,0	42,1	7,1
Paço do Lumiar	49,1	45,7	6,0
Porto Franco	68,5	50,6	10,1
Itinga do Maranhão	49,7	53,5	6,5
Açailândia	59,1	54,7	6,5
São José de Ribamar	66,2	57,0	8,9
Balsas	76,1	57,4	14,7
Pedreiras	66,2	57,7	6,1
Santa Inês	66,1	57,7	7,4
Média			8,0
Belágua	91,8	93,0	6,4
Santo Amaro do Maranhão	86,4	91,9	3,9
Santana do Maranhão	91,6	89,8	5,1
Centro do Guilherme	88,3	89,8	5,7
Cantanhede	87,3	89,3	6,5
Cachoeira Grande	91,3	88,8	2,3
Paulino Neves	90,8	88,7	8,2
Matões do Norte	87,8	88,1	6,5
Presidente Juscelino	86,6	87,9	2,4
Governador Newton Bello	85,7	87,8	6,5
Média			5,4
Maranhão	75,1	66,8	4,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

PIAUÍ

O Piauí, conforme Tabela 1 (início do capítulo) apresentou o segundo maior crescimento da renda *per capita* entre 1991 e 2000 (48,1%), superando inclusive a média regional (35,3%), e até mesmo a média da região Sul (41,1%). Entretanto, é o terceiro estado do Nordeste em proporção de pobres (61,8%). Além disso, dos 100 municípios mais pobres do Nordeste, 18 estão no Piauí⁹ com média de 84,9% de pobres, e apenas 3 municípios no Estado apresentam menos de 50% de pobres, quais sejam, Teresina (39,46%), Picos (45,98%) e Floriano (47,98%). A Figura 4, a seguir, apresenta o percentual de pobres dos municípios piauienses.

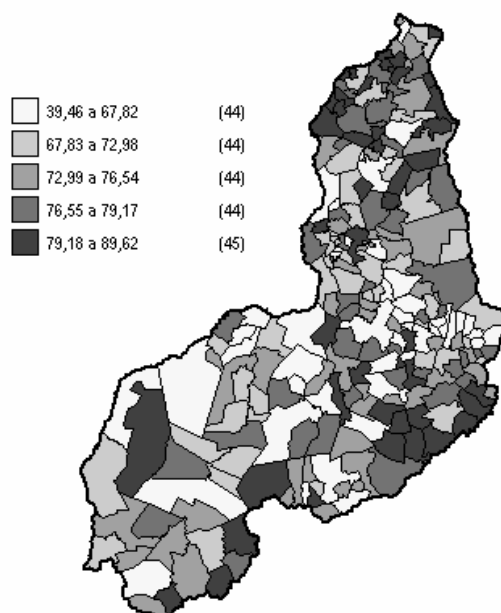


Figura 4: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Piauí.

É possível perceber que as microrregiões com maior concentração de pobres, são as microrregiões de Canindé, Baixo Parnaíba Piauiense e Campo Maior.

⁹ Guaribas, Betânia do Piauí, Milton Brandão, Murici dos Portelas, Campo Largo do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Morro do Chapéu do Piauí, Novo Santo Antônio, Acauã, São Francisco de Assis do Piauí, Carnaúbas do Piauí, Queimada Nova, Madeiro, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Domingos Mourão, Caxingó e Júlio Borges.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os 10 municípios piauienses mais pobres e os 10 menos pobres, em 2000, além de suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média entre 1991 e 2000. Todos os municípios piauienses (entre os mais pobres e os menos pobres) apresentaram redução do seu percentual de pobreza no período, destacando-se o município de Bocaina a apresentar o maior percentual de redução de pobreza. Entretanto, os municípios entre os menos pobres, apresentaram maior percentual de redução de pobreza. Por outro lado, surpreendentemente, os municípios mais pobres apresentaram, em geral, taxas de crescimento médio mais elevadas.

Tabela 4: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Piauí em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Teresina	50,7	39,4	7,6
Picos	58,4	45,9	7,9
Floriano	58,8	47,4	6,6
Santo Antônio de Lisboa	60,6	52,8	5,1
Parnaíba	65,5	54,1	8,9
São Raimundo Nonato	73,2	54,9	7,8
Campo Maior	69,9	56,2	5,5
Valença do Piauí	67,9	57,0	9,2
Francisco Santos	74,7	57,1	6,3
Bocaina	82,8	57,3	13,0
Média			7,8
Guaribas	93,9	89,6	7,8
Betânia do Piauí	93,1	88,2	8,9
Milton Brandão	94,7	87,8	7,8
Murici dos Portelas	93,5	86,8	8,9
Campo Largo do Piauí	94,7	85,4	7,3
Morro Cabeça no Tempo	92,7	85,3	10,3
Morro do Chapéu do Piauí	93,5	85,3	8,9
Novo Santo Antônio	90,5	84,5	6,3
Acauã	91,8	84,2	8,9
São Francisco de Assis do Piauí	94,2	84,2	10,6
Média			8,6
Piauí	74,50	61,80	7,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

CEARÁ

O Ceará apresentou um crescimento da renda *per capita* entre 1991 e 2000 de 37,2%, e em 2000, 57% de sua população era composta de pobres. Entre os 100 municípios mais pobres do Nordeste, 4 são cearenses, nominalmente, Miraíma (84,32% pobres), Tejuçuoca (84,12%), Croatá (83,6%) e Saboeiro (82,73% de pobres), e apenas três municípios apresentaram menos de 50% de pobres em 2000, quais sejam, Fortaleza (33,3%), Maracanaú (47,33%) e Iguatu (48,57%). Diferente dos estados anteriores, o Ceará encontra-se numa posição intermediária de pobreza, pois, por um lado, não apresenta grande número de municípios entre os mais pobres da região, e por outro, também não apresenta muitos municípios entre os com menor proporção de pobres. A Figura 5, a seguir, apresenta o percentual de pobres dos municípios do Ceará. É possível perceber, que as microrregiões de Sertão de Inhamuns, Coreaú, Ibiapaba, Itapipoca e Baixo Curu, são as microrregiões com maior concentração de pobres.

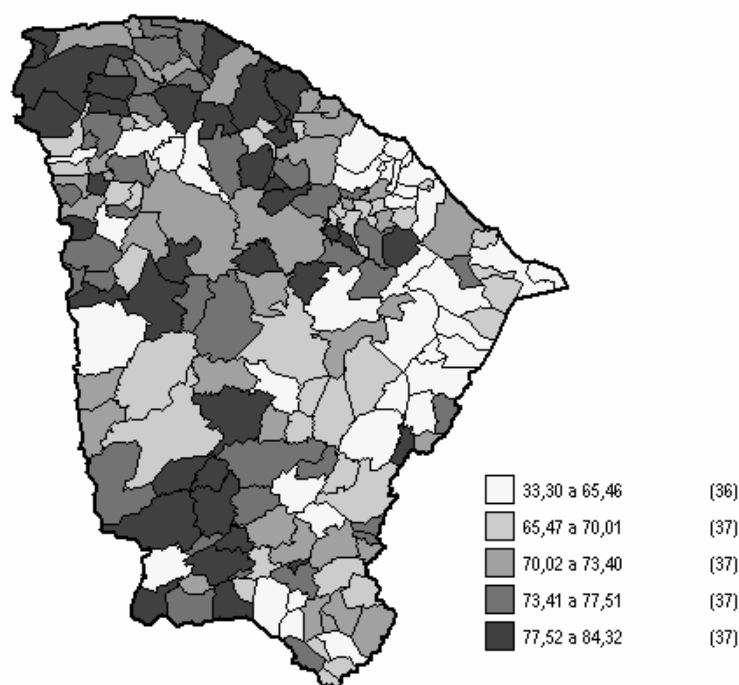


Figura 5: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Ceará.

A Tabela 5, a seguir, apresenta os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Ceará, em 2000, bem como suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média entre 1991 e 2000. Do mesmo modo que para o Piauí, todos os municípios cearenses (entre os mais pobres e os menos pobres) apresentaram redução do seu percentual de pobreza, sendo que os menos pobres conseguiram reduzir mais a pobreza que os mais pobres. Além disso, os municípios mais pobres apresentaram, em geral, maiores taxas de crescimento da renda *per capita*.

Tabela 5: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Ceará em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Fortaleza	41,3	33,3	7,6
Maracanaú	62,1	47,3	8,1
Iguatu	65,6	48,5	6,7
Juazeiro do Norte	63,4	53,1	6,5
Tabuleiro do Norte	69,6	53,3	6,9
Limoeiro do Norte	66,4	53,3	8,5
Caucaia	61,9	54,1	7,3
Crato	67,0	54,2	7,9
Sobral	68,6	55,5	8,3
Russas	66,6	55,7	5,6
Média			7,4
Miraíma	90,6	84,3	10,3
Tejuçuoca	91,9	84,1	10,9
Croatá	91,7	83,0	9,0
Saboeiro	92,3	82,7	11,2
Ipaporanga	89,3	82,4	6,3
Aiuaba	90,9	82,3	9,2
Viçosa do Ceará	89,2	82,2	7,1
Itatira	90,8	82,2	10,3
General Sampaio	89,4	82,2	5,9
Granja	85,0	82,1	4,5
Média			8,5
Ceará	68,2	57,0	6,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte é o estado do Nordeste a apresentar o menor percentual de pobres (50,6%) em 2000, e o terceiro em crescimento da renda *per capita* entre 1991 e 2000 (40,9%). Diferente dos estados anteriores, apenas o município de Venha-Ver, com 85,65% de pobres, encontra-se entres os 100 municípios mais pobres do Nordeste e, por outro lado, são 22 os municípios entre os 100 menores em proporção de pobres da região. A Figura 6, abaixo, apresenta o percentual de pobres dos municípios do Rio Grande do Norte. Observa-se que os municípios mais pobres estão proporcionalmente mais concentrados nas microrregiões de Serra de São Miguel, Litoral Nordeste, Agreste e Borborema Potiguar.

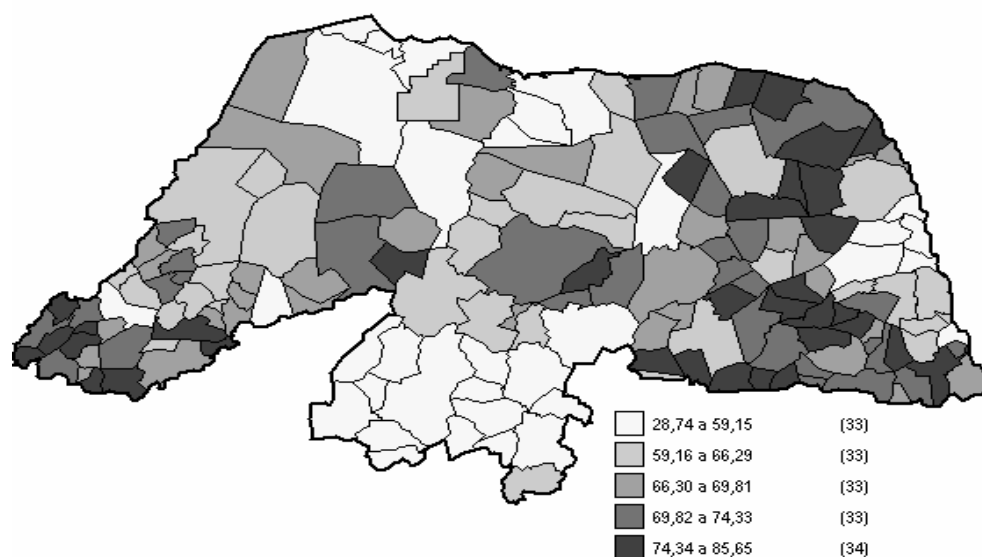


Figura 6: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios do Rio Grande do Norte.

Além disso, são 16 os municípios que apresentam menos de 50% de pobres: Natal (28,74%), Parnamirim (31,91%), Caicó (34,24%), Mossoró (40,78%), Carnaúba dos Dantas (41,41%), Jardim do Seridó (41,82%), Areia Branca (42,98%), Acari (43,46%), Macau (43,52), Pau dos Ferros (43,92%), São José do Seridó (44,71%), Alto do Rodrigues (45,73%), Currais Novos (46,57%), Cruzeta (47,49%), Timbaúba dos Batistas (48,03%) e São Gonçalo do Amarante (48,87%).

A Tabela 6, a seguir, apresenta os 10 municípios mais pobres e os 10 menos pobres, em 2000, e suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média. Todos os municípios (entre os mais pobres e os menos pobres) reduziram seu percentual de pobreza, entretanto, a redução do percentual de pobreza foi maior para os municípios menos pobres. Por outro lado, assim como para os estados anteriores, exceto Maranhão, os municípios mais pobres apresentaram, em geral, taxas de crescimento da renda *per capita*, mais elevadas que os municípios menos pobres.

Tabela 6: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres do Rio Grande do Norte em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Natal	32,9	28,7	6,9
Parnamirim	43,5	31,9	10,1
Caicó	47,3	34,2	7,9
Mossoró	54,8	40,7	7,1
Carnaúba dos Dantas	59,6	41,4	11,5
Jardim do Seridó	61,2	41,8	9,1
Areia Branca	60,6	42,9	6,9
Acari	64,0	43,4	7,8
Macau	61,8	43,5	5,9
Pau dos Ferros	54,1	43,9	6,1
Média			7,9
Venha-Ver	90,1	85,6	8,4
São Miguel de Touros	88,3	81,0	8,1
João Dias	86,5	80,5	5,8
Japi	83,9	80,4	6,8
Lagoa de Pedras	86,7	78,7	8,6
Serra de São Bento	91,4	78,4	13,5
Serrinha	90,4	77,7	13,8
Tenente Ananias	87,7	77,7	9,7
Ielmo Marinho	85,1	77,7	8,2
Sítio Novo	88,9	77,7	11,3
Média			9,4
Rio Grande do Norte	61,70	50,60	8,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

PARAÍBA

Dentre os estados do Nordeste, a Paraíba apresentou o maior crescimento da renda *per capita* entre 1991-2000 (48,6%), superando a marca regional (35,3%), e também da região Sul (41,3%). Entretanto, em 2000, 55,3% de sua população encontra-se em estado de pobreza, recebendo menos que R\$ 75,50 (de 2000). Quatro de seus municípios encontram-se entre os 100 mais pobres do Nordeste, os quais, Cacimbas (84,31% de pobres), Santa Cecília do Umbuzeiro (84,17%), Casserengue (83,31%) e Poço Dantas (82,75%); e 9 dos seus municípios se encontram entre os 100 menos pobres, nominalmente, João Pessoa (27,6%), Cabedelo (37,08%), Campina Grande (39,42%), Patos (44,61%), Vista Serrana (47,89%), Bayeux (49,35%), Sousa (50,93%), Guarabira (51,71%) e Santa Luzia (52,93%). Entretanto, são apenas 6 os municípios com menos de 50% e pobres. A Figura 7, abaixo, apresenta o percentual de pobres dos municípios paraibanos de 2000.

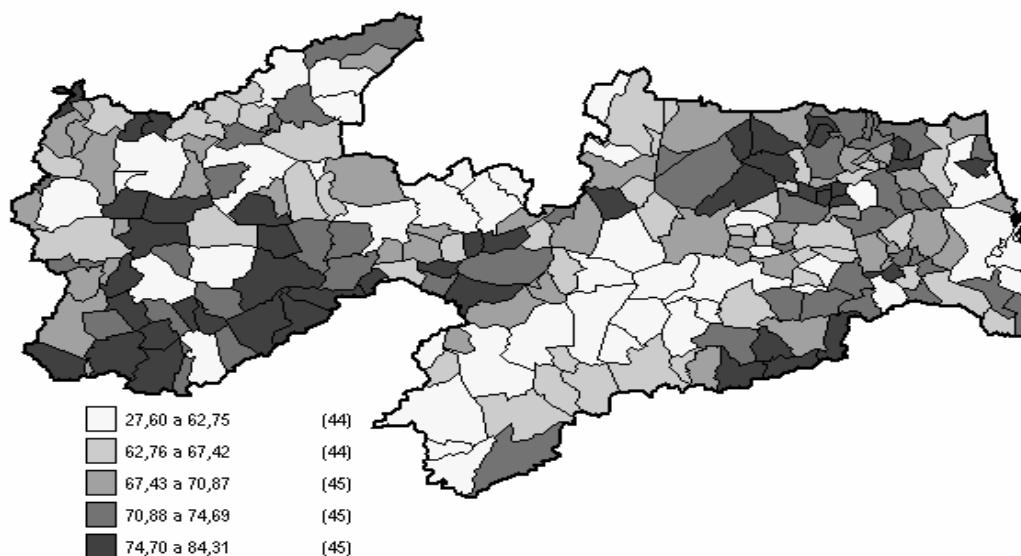


Figura 7: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – Municípios da Paraíba.

Umbuzeiro, Serra do Teixeira, Itaporanga, Piancó e Curimataú Ocidental, proporcionalmente, são as microrregiões com maior número de pobres em 2000.

A Tabela 7, a seguir, apresenta os 10 municípios mais pobres e os 10 municípios menos pobres da Paraíba em 2000, e suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média entre 1991 e 2000. Todos os municípios (entre os mais pobres e menos pobres) reduziram seu percentual de pobreza. Entretanto, a redução do percentual de pobres foi maior para municípios menos pobres. Diferente dos estados anteriores, os municípios paraibanos entre os mais pobres e menos pobres apresentaram taxa de crescimento da renda *per capita* similar, em geral, em torno da média do Estado.

Tabela 7: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres da Paraíba em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
João Pessoa	36,9	27,6	7,0
Cabedelo	59,2	37,1	13,4
Campina Grande	51,8	39,4	8,0
Patos	60,7	44,6	7,6
Vista Serrana	74,6	47,9	7,7
Bayeux	63,4	49,4	7,5
Sousa	67,8	50,9	9,2
Guarabira	70,1	51,7	8,1
Santa Luzia	71,7	52,9	7,3
Cajazeiras	65,1	53,1	7,7
Média			8,4
Cacimbas	89,9	84,3	8,0
Santa Cecília de Umbuzeiro	87,2	84,2	6,7
Casserengue	90,2	83,3	7,6
Poço Dantas	92,6	82,8	10,4
Damião	93,3	82,6	8,4
Bernardino Batista	92,6	81,9	10,8
Santa Inês	86,5	81,0	9,8
Gado Bravo	88,4	80,8	8,2
Santana de Mangueira	89,1	80,5	6,4
Curral de Cima	86,5	80,3	7,1
Média			8,3
Paraíba			8,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

PERNAMBUCO

Pernambuco, entre 1991 e 2000, apresentou um crescimento da renda *per capita* da ordem de 30%, e é o segundo estado nordestino com menor percentual de pobres (51,3%), estando apenas atrás do Rio Grande do Norte (50,6%). Entretanto, apesar de serem as melhores marcas do Nordeste, esses resultados são extremamente perversos. Note-se que o conceito de pobreza utilizado aqui, é renda *per capita* inferior a R\$ 75,50 (de 2000). Assim, para o caso pernambucano, são pouco mais de 4 milhões de pessoas vivendo com menos de ½ salário mínimo de 2000, e pouco mais de 1 milhão para o caso potiguar. Entre os 100 mais pobres municípios nordestinos, 4 são pernambucanos: Manari (89,99% de pobres), Carnaubeira da Penha (88,28%), Santa Filomena (83,42%) e São Benedito do Sul (82,67%); já entre os 100 municípios com menos pobres, 19 são pernambucanos; e são 16 os municípios no Estado com menos de 50% de pobres, os quais, Fernando de Noronha (2,74% de pobres), Toritama (21,29%), Santa Cruz do Capibaribe (25,39%), Paulista (30,44%), Recife (31,51%), Olinda (33,55%), Caruaru (35,32%), Jaboatão do Guararapes (39,09%), Camaragibe (42,67%), Abreu e Lima (42,85%), Taquaritinga do Norte (43,34%), Petrolina (44,52%), Arcoverde (47,39%), Garanhuns (48,10%), Itamaracá (48,75%) e Cachoeirinha (49,46%).

A Figura 8 abaixo, apresenta o percentual de pobres dos municípios pernambucanos para o ano de 2000. Note-se que os municípios mais pobres de concentram nas microrregiões de Sertão do Moxotó, Vale do Ipanema, Mata Meridional Pernambucana e Araripina.

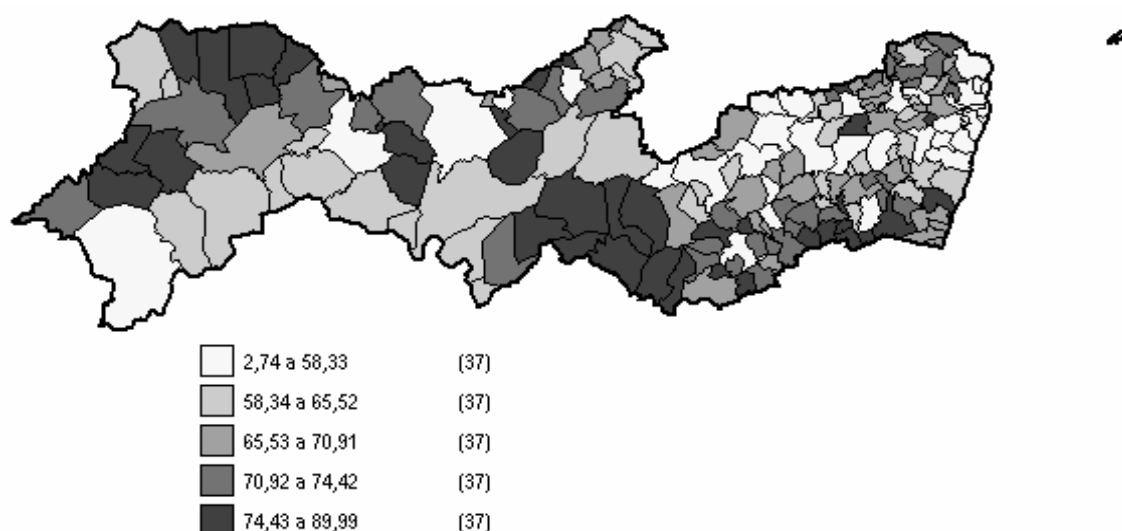


Figura 8: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Pernambuco.

A Tabela 8, a seguir, apresenta os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Pernambuco em 2000, além de suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média. Diferente dos casos anteriores e mais parecido com o caso maranhense, os municípios pernambucanos entre os 10 menos pobres do Estado apresentaram, em geral, maiores taxas de crescimento da renda *per capita* média entre 1991 e 2000 que os municípios entre os 10 mais pobres. Além disso, ainda entre os 10 menos pobres, exceto Fernando de Noronha, todos os municípios reduziram seu percentual de pobres entre 1991 e 2000. No outro extremo, três municípios¹⁰ entre os 10 mais pobres de Pernambuco aumentaram seu percentual de pobres entre 1991 e 2000, sendo que Carnaubeira da Penha manteve seu percentual de pobres inalterado.

¹⁰ Manari, Cumaru e Caetés.

Tabela 8: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Pernambuco em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Fernando de Noronha	1,6	2,7	12,5
Toritama	27,3	21,3	4,6
Santa Cruz do Capibaribe	37,8	25,4	5,8
Paulista	34,9	30,4	5,0
Recife	38,4	31,5	6,4
Olinda	38,2	33,6	5,5
Caruaru	42,3	35,3	6,6
Jaboatão dos Guararapes	44,4	39,1	6,7
Camaragibe	55,7	42,7	8,3
Abreu e Lima	50,4	42,9	5,7
Média			6,7
Manari	87,8	90,0	6,9
Carnaubeira da Penha	88,3	88,3	7,9
Santa Filomena	95,9	83,4	5,5
São Benedito do Sul	85,7	82,7	6,0
Tupanatinga	87,9	82,0	8,0
Iati	86,9	82,0	6,2
Maraial	88,3	81,1	3,9
Cumaru	80,6	81,0	4,4
Terezinha	84,3	81,0	7,5
Caetés	80,1	80,6	4,2
Média			6,0
Pernambuco			6,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

ALAGOAS

Alagoas é o segundo estado do Nordeste em proporção de pobres (62,2%), atrás apenas do Maranhão. Além disso, apresentou o menor crescimento (28,2%) da renda *per capita* entre 1991 e 2000. Ademais, dos 100 municípios mais pobres do Nordeste, 12 são alagoanos, quais sejam, Poço das Trincheiras (89,33%), Traipu (88,27%), Canapi (87,06%), São José da Tapera (86,58%), Porto de Pedras (86,55%), Senador Rui Palmeira (86,44%), Olivença (85,67%), Inhapi (85,45%), Olho d'Água Grande (84,29%), Maravilha (83,1%), Estrela de Alagoas (82,74%) e Olho d'Água do Casado (82,7%); e entre os 100 menos pobres municípios nordestinos, apenas 2 são alagoanos: Maceió (38,44%), o único no Estado a apresentar menos de 50% de pobres e Satuba (52,5%). A Figura 9 apresenta o percentual de pobres em 2000 para os municípios alagoanos. Note-se que os municípios mais pobres estão mais concentrados nas microrregiões Serrana do Sertão Alagoano, Santana do Ipanema e Traipú.

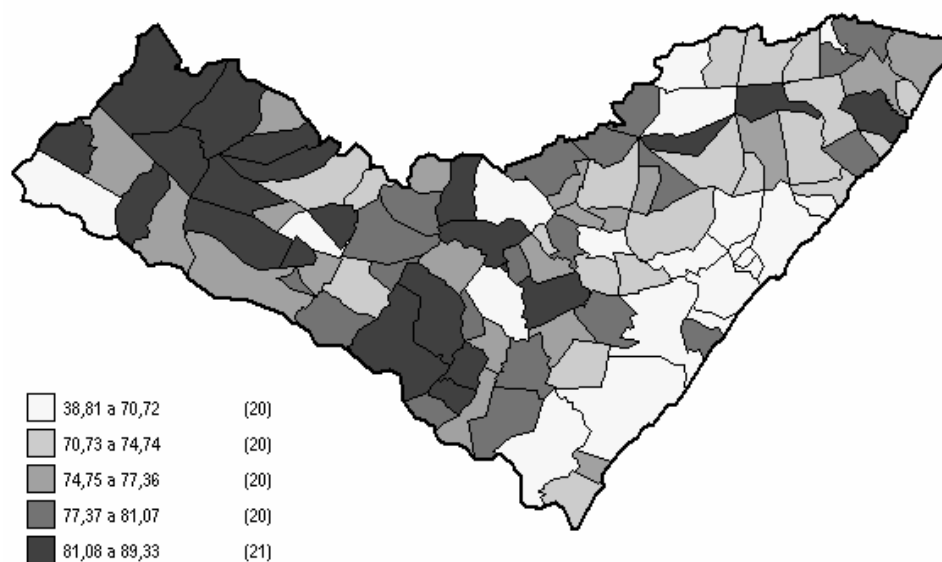


Figura 9: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Alagoas.

A Tabela 9, a seguir, apresenta os 10 municípios entre os menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Alagoas em 2000, e suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média. Os municípios entre os 10 mais pobres do Estado apresentaram taxa de crescimento da renda *per capita* mais elevada que os municípios entre os 10 menos pobres, e mais elevada também que a média do Estado. Além disso, dois municípios aumentaram seu percentual de pobres entre 1991 e 2000, são eles, Maceió (entre os 10 menos pobres) e Canapi (entre os 10 mais pobres).

Tabela 9: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Alagoas em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Maceió	38,4	38,8	6,1
Satuba	63,0	52,5	7,1
Arapiraca	57,7	54,1	5,2
Rio Largo	62,5	55,9	6,4
Barra de São Miguel	72,1	58,9	7,2
Palmeira dos Índios	66,4	59,0	6,2
Delmiro Gouveia	70,5	60,3	8,4
São Miguel dos Campos	73,0	62,8	7,8
Coqueiro Seco	67,7	64,7	4,4
Coruripe	72,1	64,9	6,1
Média			6,5
Poço das Trincheiras	89,9	89,3	6,3
Traipu	93,6	88,3	10,7
Canapi	84,8	87,1	4,9
São José da Tapera	90,3	86,6	10,3
Porto de Pedras	87,1	86,6	5,6
Senador Rui Palmeira	89,3	86,4	9,3
Oliveira	88,3	85,7	7,4
Inhapi	87,6	85,5	8,9
Olho d'Água Grande	92,4	84,3	9,3
Maravilha	89,2	83,1	7,6
Média			8,0
Alagoas			4,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

SERGIPE

O estado de Sergipe apresentou o segundo menor crescimento da renda *per capita* entre 1991 e 2000, sendo da ordem de 28,3%, sendo que em 2000, 54% de sua população é composta de pobres. Apesar disso, nenhum dos seus municípios encontra-se na lista dos 100 mais pobres do Nordeste, e são 6 os municípios incluídos na lista dos menos pobres, quais sejam, Aracaju (29,6%), Itabaiana (46,61%), São Cristóvão (48,86%), Nossa Senhora do Socorro (49,13%), Barra dos Coqueiros (50,85%) e Propriá (52,84%). Destes últimos, apenas 4 apresentam menos de 50% de pobres. A Figura 10 mostra o percentual de pobres, em 2000, dos municípios sergipanos. Note-se que os municípios mais pobres se concentram nas microrregiões Sergipana do Sertão do São Francisco, Japaratuba, Propriá e Estância.

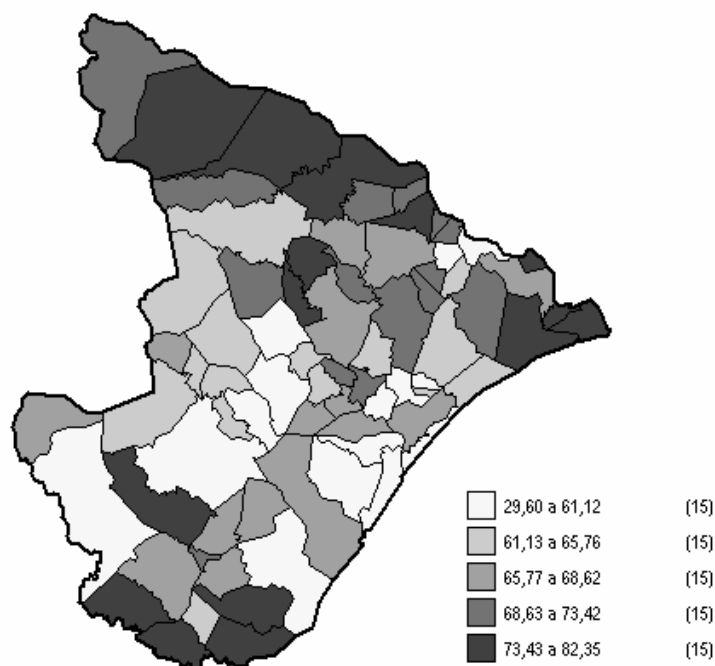


Figura 10: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios de Sergipe.

A Tabela 10, a seguir, apresenta os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Sergipe em 2000, e suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média entre 1991 e 2000. Todos os municípios entre os menos pobres e os mais pobres de Sergipe reduziram o percentual de pobres entre 1991 e 2000. Entretanto, os municípios menos pobres apresentaram, em geral, maiores taxas de crescimento da renda *per capita*.

Tabela 10: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres de Sergipe em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Aracaju	34,5	29,6	7,0
Itabaiana	48,8	46,6	4,9
São Cristóvão	62,2	48,9	8,0
Nossa Senhora do Socorro	65,8	49,1	7,3
Barra dos Coqueiros	57,4	50,9	5,2
Propriá	65,9	52,8	7,1
Cedro de São João	64,4	56,5	4,6
Campo do Brito	71,9	57,7	7,0
Ribeirópolis	68,9	57,8	7,5
Estância	63,1	58,3	6,0
Média			6,5
Poço Redondo	85,3	82,4	7,2
Santa Luzia do Itanhy	85,8	81,8	5,6
Pacatuba	84,2	80,4	7,1
Tomar do Geru	81,0	80,3	4,2
Brejo Grande	83,4	78,7	5,2
Porto da Folha	83,0	78,6	6,4
Indiaroba	83,3	76,1	6,5
Canhoba	83,7	75,9	4,6
Ilha das Flores	83,5	75,8	10,0
Riachão do Dantas	78,1	74,5	4,2
Média			6,1
Sergipe			4,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

BAHIA

Na Bahia, 55,3% de sua população (mais de 7 milhões de pessoas) é composta de pobres, e com relação à renda *per capita*, o Estado cresceu 33,8% entre 1991 e 2000. Na lista dos 100 mais pobres do Nordeste, 4 municípios são baianos, os quais, Buritirama (84,11%), Mulungu do Morro (83,74%), Pilão Arcado (83,07%) e Dário Meria (83,04%); na lista dos 100 menos pobres, 31 municípios são baianos, dos quais, apenas 23 estão entre os municípios com menos de 50% de pobres. A Tabela 11, a abaixo, apresenta a lista desses municípios.

Tabela 11: Municípios baianos entre os 100 menos pobres do Nordeste – 2000.

Município	Percentual de Pobres 2000
Salvador	30,7
Lauro de Freitas	36,2
Barreiras	37,4
Feira de Santana	40,7
Vitória da Conquista	41,8
Madre de Deus	43,0
Eunápolis	43,5
Alagoinhas	43,8
Candeias	43,8
Itabuna	43,9
Dias d'Ávila	44,2
Teixeira de Freitas	44,3
Porto Seguro	45,4
Cruz das Almas	45,7
Santo Antônio de Jesus	45,8
Camaçari	46,2
Itapetinga	46,6
Paulo Afonso	47,3
Simões Filho	47,5
Pojuca	47,7
Irecê	48,4
Juazeiro	49,1
Mata de São João	49,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A Figura 11, a seguir, apresenta o percentual de pobres de 2000, dos municípios baianos. Note-se que os municípios mais pobres estão mais concentrados nas regiões norte e oeste do Estado.

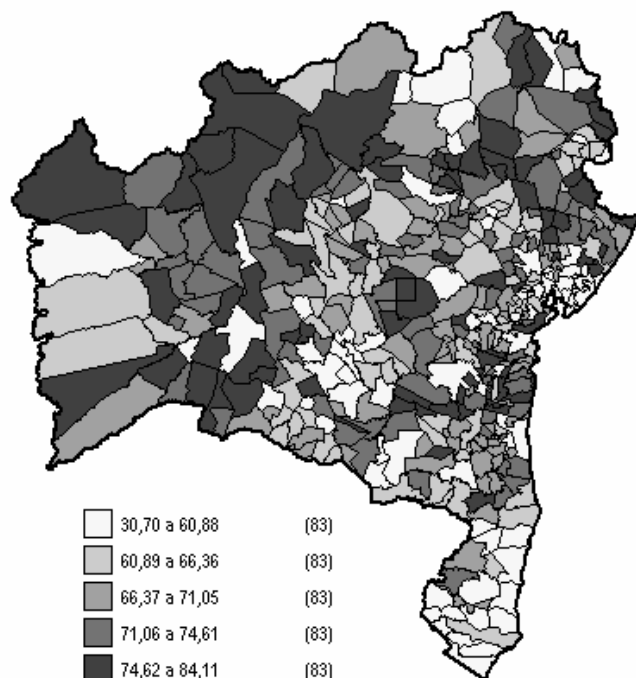


Figura 11: Percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000 – municípios da Bahia.

A Tabela 12, a seguir, apresenta os 10 municípios baianos entre os menos pobres e os 10 municípios mais pobres, em 2000, e suas respectivas taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média entre 1991 e 2000. Exceto por Mulungu do Morro, todos os municípios reduziram seu percentual de pobres, e além disso, os municípios entre os mais pobres apresentaram taxa de crescimento da renda *per capita* mais elevado que os municípios menos pobres.

Tabela 12: Os 10 municípios menos pobres e os 10 municípios mais pobres da Bahia em 2000, e respectivas taxas de crescimento da renda *per capita*.

Município	Percentual de Pobres 1991	Percentual de Pobres 2000	Taxa Cresc. Renda <i>per capita</i> 91-00
Salvador	35,3	30,7	5,5
Lauro de Freitas	46,9	36,2	7,9
Barreiras	50,4	37,4	7,4
Feira de Santana	49,4	40,7	6,4
Vitória da Conquista	54,0	41,8	7,9
Madre de Deus	50,2	43,0	7,9
Eunápolis	64,9	43,5	9,3
Alagoinhas	54,4	43,8	6,7
Candeias	50,8	43,8	5,5
Itabuna	56,2	43,9	6,2
Média			7,1
Buritirama	88,6	84,1	10,6
Mulungu do Morro	83,6	83,7	6,6
Pilão Arcado	94,0	83,1	14,2
Dário Meira	89,2	83,0	6,5
Matina	90,9	82,4	8,4
Boa Nova	87,9	82,2	7,4
Pedro Alexandre	90,0	82,2	6,4
Cansanção	87,0	82,1	3,1
Paratinga	88,9	82,0	9,7
Mansidão	91,2	82,0	11,2
Média			8,4
Bahia			7,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censos Demográficos 1991-2000.

A partir dessas informações, fica evidente, pois, o alto nível de pobreza dos estados nordestinos. Como visto anteriormente, dos 1.787 municípios nordestinos, apenas 73 municípios (4,08%) apresentam menos de 50% de sua população em estado de pobreza em 2000. Além disso, em 1991, 48,4% dos pobres brasileiros eram nordestinos, enquanto que em 2000, o Nordeste passa a contribuir com 48,5% dos pobres do Brasil (ou seja, aproximadamente 27.090.794 do total de 55.833.386), o que torna evidente a estabilidade da sobre-representação da região Nordeste no total de pobres do país. Segundo Rocha

(2003b), a rigidez da região Nordeste com respeito à redução da pobreza pode ser explicada, ao menos em parte, pelos níveis bastante intensos da pobreza, além da distância da renda dos mesmos daquela correspondente à linha de pobreza, o que exigiria taxas de crescimento econômico bastante elevadas para a diminuição dos níveis de pobreza. Contudo, segundo Ravallion (1999), em algumas regiões, o crescimento econômico pode ter menor impacto sobre a renda dos mais pobres. Assim, o restante do trabalho se ocupa com esta possibilidade, ou seja, obter evidências sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto sobre os níveis de pobreza e sobre a renda dos mais pobres.

4 – QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA

A partir da sugestão de Ravallion (1997) e Ravallion e Datt (1999), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se este vier acompanhado da redução da pobreza, e das informações extraídas dos censos demográficos de 1991 e 2000, o interesse aqui é obter evidências a respeito da relação entre crescimento econômico e redução da pobreza nos municípios nordestinos no período de 1991-2000 e de potenciais diferenciações estaduais quanto a essa relação. Deste modo, são fornecidas, a seguir, evidências sobre a elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza.

Neste sentido, o modelo estimado é efetivamente o resultado da diferença da equação (1)¹¹ para os anos de 2000 e 1991. Conforme Silveira Neto (2005), dada a simplicidade, tal relação está muito longe de explicar os canais pelos quais o crescimento econômico afeta as condições de pobreza, mas, dada certa robustez estatística para forma funcional assumida para a renda e o caráter exploratório neste estágio de investigação, são consideradas a seguir, evidências empíricas a respeito dessa relação. Assim, os resultados estão descritos nas Figuras 12, e 13. A Figura 12 apresenta os resultados para a elasticidade “pobreza-crescimento” para os estados nordestinos utilizando-se a linha de pobreza mais estrita¹², e a Figura 13 apresenta a elasticidade “pobreza-crescimento” utilizando-se a linha de pobreza menos estrita¹³. Para ambas as linhas de pobreza, todos os estados apresentaram elasticidades negativas, porém muito inferiores às encontradas por Tochetto et al. (2004) e Silveira Neto (2005). Além disso, o crescimento parece reduzir mais a pobreza e a indigência no Rio Grande do Norte que nos demais estados, apesar de que, quando considerada a linha de pobreza mais estrita, as elasticidades do Piauí, Paraíba e Sergipe, pareceram não diferir estatisticamente da elasticidade apresentada pelo Rio Grande do Norte. Quando considerada a linha de pobreza menos estrita, a elasticidade para Sergipe mostrou-se mais uma vez, estatisticamente não diferente da elasticidade do Rio Grande do

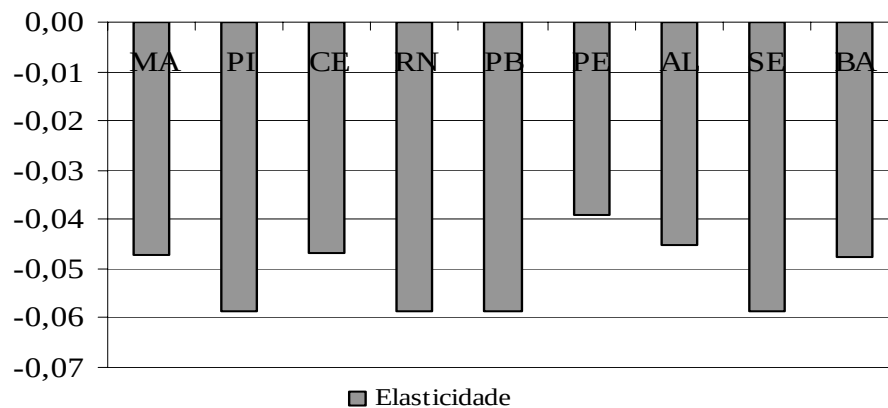
¹¹ Desenvolvida anteriormente, no capítulo 2, página 20.

¹² Equivalente a R\$ 37,75, ou ¼ de salário mínimo de 2000.

¹³ Equivalente a R\$ 75,50, ou ½ salário mínimo de 2000.

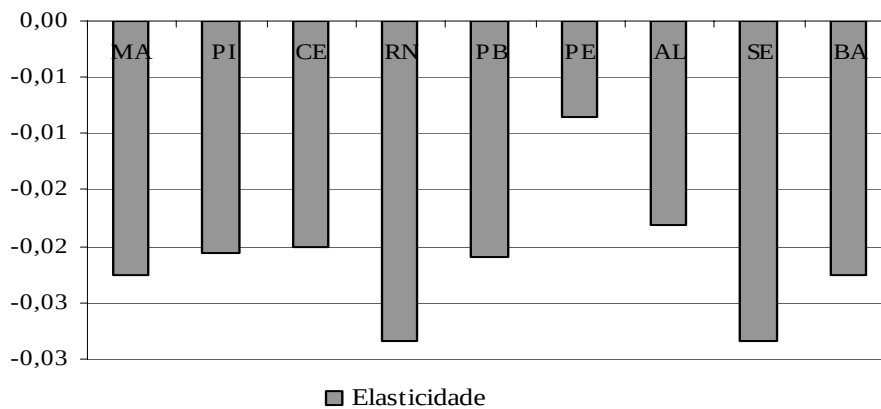
Norte. Para ambas as linhas de pobreza, o crescimento parece reduzir muito menos a pobreza e a indigência em Pernambuco e em Alagoas que para os demais estados.

Figura 12: Elasticidade “Pobreza-Crescimento” – VD: Variação % na Redução de Indigentes.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Figura 13: Elasticidade “Pobreza-Crescimento” – VD: Variação % na Redução de Pobres.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Na subseção a seguir, é investigada a sugestão de Ravallion (1997) e consideradas evidências a respeito da importância da desigualdade de renda sobre o impacto do crescimento da renda sobre a pobreza. Como visto anteriormente, segundo Ravallion (1997, 2004), os níveis de desigualdade de renda podem afetar a redução da pobreza obtida com crescimento econômico basicamente de duas formas. A primeira, mais tratada e conhecida na literatura, associa níveis mais elevados de desigualdade a menores taxas de crescimento¹⁴. Mas, níveis mais elevados de desigualdade podem também, para um dado nível de crescimento, implicar menor redução da pobreza na medida em que tais níveis forem obstáculos à participação dos mais pobres nos benefícios do crescimento.

Assim, a partir da equação (2)¹⁵, são fornecidas, a seguir, evidências sobre a importância da desigualdade de renda sobre o impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza. Neste sentido, a equação (7), a seguir, apresenta os resultados para a linha de pobreza mais estrita e a equação (8) para a linha de pobreza menos estrita (desvio-padrão entre parênteses):

$$r = -0,04 - 0,10(1 - gini) \cdot Gy \quad (7)$$

$$(0,009) \quad (0,005) \quad F = 472,94 \quad R^2 = 0,3457 \quad n.obs. = 1.458.$$

$$r = -0,07 - 0,44(1 - gini) \cdot Gy \quad (8)$$

$$(0,003) \quad (0,006) \quad F = 172,03 \quad R^2 = 0,3197 \quad n.obs. = 1.458.$$

Mais uma vez, os resultados obtidos aqui foram bem inferiores aos encontrados por Silveira Neto (2005). Utilizando-se a linha de pobreza mais estrita conforme equação (7) acima, os valores sugerem que 1% de crescimento de renda domiciliar *per capita* no período de 1991-2000 estaria associado a reduções na pobreza da ordem de 0,114%, 0,094% e 0,074% para municípios com índices de Gini de 0,3, 0,5 e 0,7, respectivamente. Quando considerada a linha de pobreza menos estrita conforme equação (8) acima, os

¹⁴ A esse respeito veja-se Person e Tabellini (1994), Alesina e Rodrik (1994), Aghion e Boltom (1997), Galor e Zeira (1993) e Benabou (1994).

¹⁵ Desenvolvida anteriormente, no capítulo 2, página 24.

resultados sugerem que 1% de crescimento de renda domiciliar *per capita* no período de 1991-2000 estaria associado a reduções na pobreza da ordem de 0,104%, 0,095% e 0,086% para municípios com índices de Gini de 0,3, 0,5, e 0,7, respectivamente. Neste sentido, conforme a Tabela 13, a seguir, tomando-se como exemplo o crescimento do estado da Paraíba (48,6%), o impacto na redução percentual da proporção de pobres seria de 14,9%, 10,6% e 6,3% no caso de municípios com um índice de Gini de 0,3, 0,5 e 0,7, respectivamente. No outro extremo, Alagoas, apresentando o menor crescimento da renda *per capita* (28,2%), o impacto na redução percentual da proporção de pobres seria de apenas 8,5%, 6,1% e 3,6% para municípios com índice de Gini de 0,3, 0,5 e 0,7, respectivamente.

Tabela 13: Importância da desigualdade de renda no impacto do crescimento econômico sobre a redução percentual dos índices de pobreza e indigência nos municípios nordestinos.

	Cresc. Renda <i>per Capita</i>	Redução % Indigentes Gini			Redução % Pobres Gini		
		0,3	0,5	0,7	0,3	0,5	0,7
MA	37,2	2,6	1,8	1,1	11,4	8,1	4,8
PI	48,1	3,3	2,4	1,4	14,7	10,5	6,3
CE	37,2	2,6	1,8	1,1	11,4	8,1	4,8
RN	40,9	2,8	2,0	1,2	12,5	8,9	5,3
PB	48,6	3,4	2,4	1,4	14,9	10,6	6,3
PE	30,0	2,1	1,5	0,9	9,2	6,5	3,9
AL	28,2	1,9	1,4	0,8	8,5	6,1	3,6
SE	28,3	1,9	1,4	0,8	8,6	6,2	3,7
BA	33,8	2,3	1,7	1,0	10,3	7,4	4,4

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

5 – QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO RELATIVO NA RENDA DOS MAIS POBRES

A partir da noção de Kakwani e Pernia (2000), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se a renda dos mais pobres crescer proporcionalmente mais que a dos não pobres, e das informações derivadas dos censos demográficos de 1991 e 2000, são fornecidas, a seguir, evidências sobre a natureza pró-pobre do crescimento econômico dos municípios nordestinos. É importante ressaltar que, devido às limitações dos dados, foram considerados apenas os municípios emancipados até 1991. Os municípios criados após esta data, voltaram a fazer parte dos seus municípios de origem, também chamados “municípios mães”. Entretanto, para os estados do Maranhão, Piauí e Paraíba, foram identificados alguns casos de municípios criados a partir de pelo menos duas mães¹⁶. Para resolver este problema, esses municípios foram todos agregados, de modo a representar uma única unidade territorial. Por conta de tais agregações, por exemplo, para o estado do Maranhão, existiam 136 municípios criados em 1991, entretanto, trabalha-se aqui com 120 unidades territoriais. Para o Piauí, existiam, em 1991, 118 municípios criados, e a amostra aqui contém apenas 86 unidades territoriais. Já para a Paraíba, existiam 171 municípios e trabalha-se aqui com 168. Para os demais estados, foram agregados apenas os municípios criados após 1991. Ressalta-se, ainda, que a Bahia foi o único estado do Nordeste que não emancipou nenhum município entre 1991 e 2000¹⁷.

Feitas tais considerações, a Figura 14, a seguir, apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos no período de 1991-2000. Resultados estes, também descritos na Tabela 14, em seguida. Pode-se perceber o pequeno número de municípios com crescimento pró-pobre no Nordeste: das 1.458 unidades territoriais estudadas, apenas 21 apresentaram crescimento pró-pobre no período, sendo 4 no Piauí, 2 no Ceará, 9 no Rio Grande do Norte, 1 em Pernambuco e 5 na Bahia. Vale destacar aqui, que destes, apenas 2 municípios se encontram em zona litorânea (Baía

¹⁶ Destaca-se ainda, que para o Maranhão e o Piauí, houve casos de até 4 “municípios mães” para um município criado.

¹⁷ Veja-se a lista completa dos municípios que foram agregados, por estado, no Anexo 1.

Formosa-RN e Porto Seguro-BA), resultados também consistentes com Silveira Neto (2005) e com o menor progresso na redução da pobreza nos maiores centros urbanos da região e do país (ROCHA, 2003a). Além disso, ainda segundo Silveira Neto (2005), os resultados também sugerem que, em certo sentido, a exploração de atividades que utilizam dotações de recursos locais pode ter papel importante na elevação da renda dos mais pobres. Por outro lado, 247 municípios apresentaram crescimento não pró-pobre, concentrados especialmente ao longo dos territórios dos estados do Maranhão, Sergipe, Ceará e Alagoas. Além disso, 159 municípios apresentaram crescimento empobrecedor, ou seja, o que há diminuição da renda *per capita* para algum *p%* de pobres, dos quais a metade encontra-se em apenas dois estados, quais sejam, Maranhão e Ceará.

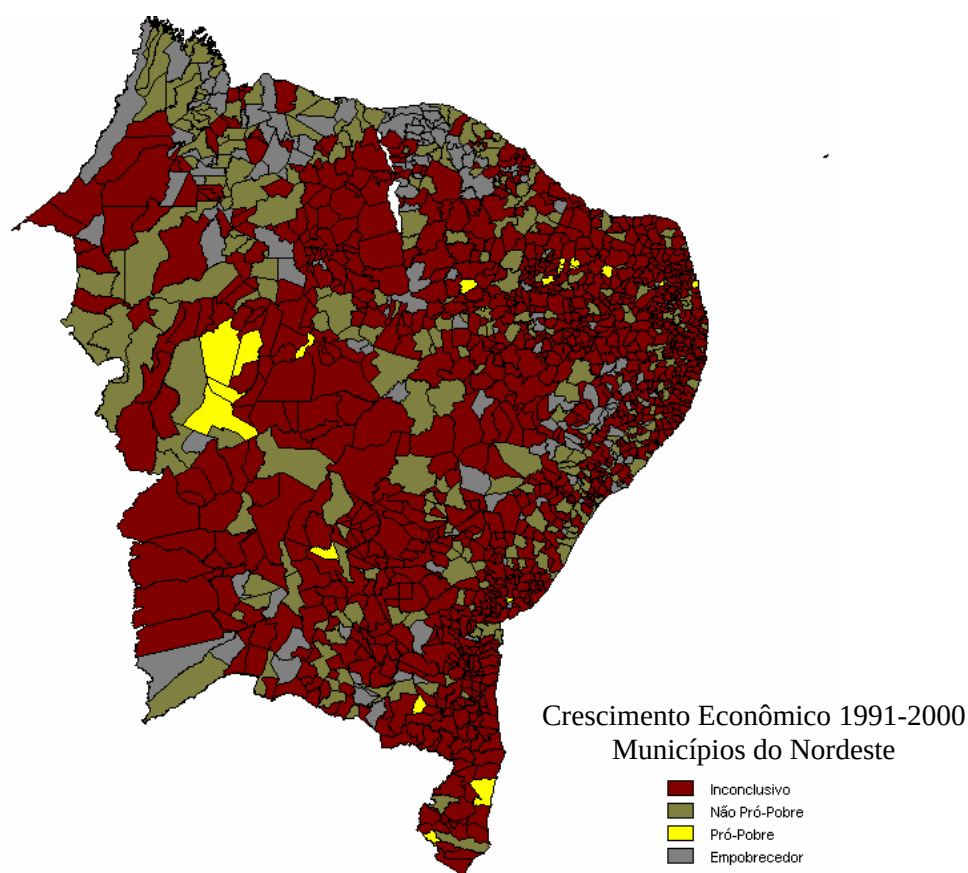


Figura 14: Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos, 1991-2000.

Entretanto, é possível questionar em que medida estes resultados de crescimento tão desfavoráveis para os municípios nordestinos não são decorrentes de uma definição de crescimento pró-pobre muito estrita. Note-se que é elevado o número de municípios com diagnóstico inconclusivo quanto à qualidade de crescimento econômico, sendo 1.031 no total.

Observando-se as Tabelas 14 e 15, a seguir, é possível perceber que esses resultados pouco se alteram se ao invés da noção de crescimento pró-pobre bastante estrita de Son (2004) é considerada uma versão mais fraca (onde o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres com $p=1,...,30$ é maior ou menor que o crescimento da renda média de toda a população, em que $p=100$). A Tabela 14 apresenta os resultados quanto à qualidade do crescimento na versão mais estrita proposta por Son (2004), verificada para a renda média de toda a população, onde $p=100$, resultados também descritos na Figura 14 acima.

Tabela 14: Qualidade do crescimento econômico nos municípios do nordeste ($p=1,...,100$).

	Não Pró-Pobre		Inconclusivo		Pró-Pobre		Empobrecedor		Número de "Municípios"
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Maranhão	38	31,7	48	40,0	0	0	34	28,3	120
Piauí	11	12,8	64	74,4	4	4,7	7	8,1	86
Ceará	37	20,8	96	53,9	2	1,1	43	24,2	178
Rio G. do Norte	10	6,6	130	85,5	9	5,9	3	2,0	152
Paraíba	25	14,9	135	80,4	0	0	8	4,8	168
Pernambuco	22	13,1	129	76,8	1	0,6	16	9,5	168
Alagoas	20	20,6	63	64,9	0	0	14	14,4	97
Sergipe	20	27,0	44	59,5	0	0	10	13,5	74
Bahia	64	15,4	322	77,6	5	1,2	24	5,8	415
Nordeste	247	16,9	1.031	70,7	21	1,4	159	10,9	1.458

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Note-se que o Maranhão é o único estado do Nordeste em que o somatório (72) do número de municípios com diagnóstico de crescimento empobrecedor (34) e não pró-pobre (38), mesmo na versão estrita de Son (2004), é maior que o número de municípios com

diagnóstico inconclusivo (48), não tendo nenhum município classificado como pró-pobre. No outro extremo, encontra-se o estado do Rio Grande do Norte, com o menor percentual de municípios classificados como não pró-pobre (6,6%) e com o maior número de casos pró-pobre (9 municípios no total, representando cerca de 5,9%).

A Tabela 15, a seguir, apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos, só que desta vez, utilizando-se uma noção de pró-pobre mais fraca, classificação *iv'* (*vi''*) discutida anteriormente, em que o município é considerado com dinâmica pró-pobre (não pró-pobre) caso a renda domiciliar *per capita* média dos $p\%$ mais pobres, $p=1,...,30$, cresça a uma taxa superior (inferior) àquela da renda domiciliar *per capita* média da economia, com algum p no intervalo $30 < p < 100$, apresentando uma taxa relativamente menor (maior).

Quando a classificação *vi'* é adotada, de fato, pouca coisa muda. Apenas 48 municípios, antes entre os 1.031 casos de diagnóstico inconclusivo da Tabela 14, passam a ser considerados como apresentando crescimento pró-pobre, sendo 5 municípios no Maranhão, 2 no Piauí, 2 no Ceará, 14 no Rio Grande do Norte, 4 na Paraíba. 7 em Pernambuco, 1 em Alagoas, 1 em Sergipe e 12 na Bahia.

Por outro lado, uma mudança muito mais significativa é obtida a partir da noção da classificação *iv''*, ou situação não pró-pobre fraca, pois, mais 650 municípios, antes identificados com crescimento tipo inconclusivo, passam a apresentar diagnóstico não pró-pobre, totalizando 897 municípios ou grupos territoriais (61,5% de todos os municípios do Nordeste) com este diagnóstico. Para se ter uma idéia, observando-se apenas o Ceará, ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 67 municípios (quase um estado de Sergipe inteiro) antes identificados como inconclusivo, passariam a apresentar crescimento não pró-pobre. Isso se levando em consideração que 20,8% dos seus municípios (Tabela 14) já eram considerados não pró-pobre. Do mesmo modo, para a Paraíba, ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, mais 97 municípios (uma “Alagoas inteira”) passaria a apresentar crescimento não pró-pobre.

Tabela 15: Qualidade do crescimento econômico nos municípios do Nordeste – considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres ($p=1,...,30$).

	Não Pró-Pobre		Inconclusivo		Pró-Pobre		Empobrecedor		Número de “Municípios”
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Maranhão	66	55,0	15	12,5	5	4,2	34	28,3	120
Piauí	54	62,8	19	22,1	6	7,0	7	8,1	86
Ceará	104	58,4	27	15,2	4	2,2	43	24,2	178
Rio G. do Norte	77	50,7	49	32,2	23	15,1	3	2,0	152
Paraíba	118	70,2	38	22,6	4	2,4	8	4,8	168
Pernambuco	112	66,7	32	19,0	8	4,8	16	9,5	168
Alagoas	52	53,6	30	30,9	1	1,0	14	14,4	97
Sergipe	48	64,9	15	20,3	1	1,4	10	13,5	74
Bahia	266	64,1	108	26,0	17	4,1	24	5,8	415
Nordeste	897	61,5	333	22,8	69	4,7	159	10,9	1.458

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Investigou-se também as classificações *iv'* e *iv''*, situação pró-pobre fraca e não pró-pobre fraca respectivamente, para o caso dos 50% mais pobres, onde $p=1,...,50$. Os resultados não foram diferentes dos já destacados aqui, pois apenas 14 municípios¹⁸ com diagnóstico inconclusivo na Tabela 14 passariam para uma situação de crescimento pró-pobre, e por outro lado, 429 municípios definidos como inconclusivos pelo conceito mais estrito de crescimento pró-pobre passariam para o diagnóstico não pró-pobre.

Para maiores detalhes, as tabelas do Anexo 2 apresentam os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos nas três situações, quais sejam, pelo conceito mais estrito proposto por Son (2004) em que $p=1,...,100$, e pelos conceitos menos estritos abordados aqui, caso dos muito pobres, ($p=1,...,30$) e também para o caso dos mais pobres ($p=1,...,50$).

Todos os resultados apresentados aqui, além de permitirem rejeitar a hipótese de superdimensionamento da situação de crescimento econômico desfavorável dos municípios nordestinos inicialmente questionada, sugerem que é, sobretudo, pelo relativo menor impacto do crescimento sobre a renda dos muito pobres (até 30% mais pobres) que a região apresenta relativa menor “qualidade” de seu crescimento.

¹⁸ 5 no Maranhão, 1 no Ceará, 3 no Rio Grande do Norte, 3 em Pernambuco, 1 em Sergipe e 1 na Bahia.

Dada a presença de importantes diferenças quanto ao padrão de crescimento pró-pobre/não pró-pobre entre os municípios, são exploradas, a seguir, as especificidades de tal padrão de crescimento para cada um dos estados nordestinos.

MARANHÃO

Como pode ser percebido através da Tabela 16, a seguir, o Maranhão é o único estado do Nordeste que, mesmo para a versão de crescimento pró-pobre mais estrita de Son (2004), o somatório (72) do número de municípios com diagnóstico não pró-pobre (representando 31,7% do total) mais o número de municípios com diagnóstico empobrecedor (representando 28,3%) é superior ao número de municípios com diagnóstico inconclusivo (40%). Além disso, é o estado do Nordeste a apresentar o maior percentual de municípios com crescimento empobrecedor (28,3%). A situação se torna ainda mais grave, ao se adotar a versão menos estrita, a que considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, maior (menor) que o crescimento médio da economia, caso considerado pró-pobre (não-pobre). Note-se que nesta versão, 66 municípios (55%) são classificados como não pró-pobre. A situação permanece praticamente inalterada ao se considerar o crescimento até os 50% mais pobres ($p=1,...,50$), situação em que há 62 municípios diagnosticados como não pró-pobre. Fica evidente, então, a partir desses resultados, o fraco ou muito fraco impacto do crescimento econômico maranhense sobre a renda dos muito pobres (até 50%).

Tabela 16: Qualidade do crescimento econômico do Maranhão (1991-2000).

	Tipo de Crescimento		
	$p=1,...,30$	$p=1,...,50$	$p=1,...,100$
Não Pró-Pobre	66	62	38
Inconclusivo	15	19	48
Pró-Pobre	5	5	-
Empobrecedor	34	34	34

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

Esses mesmos resultados podem ser vistos também observando-se as Figuras 15 e 16, a seguir. A Figura 15 descreve os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios maranhenses utilizando-se a versão estrita de Son (2004). Por

sua vez, a Figura 16 apresenta os mesmos resultados, só que utilizando-se da versão mais fraca de crescimento econômico, a que considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres.

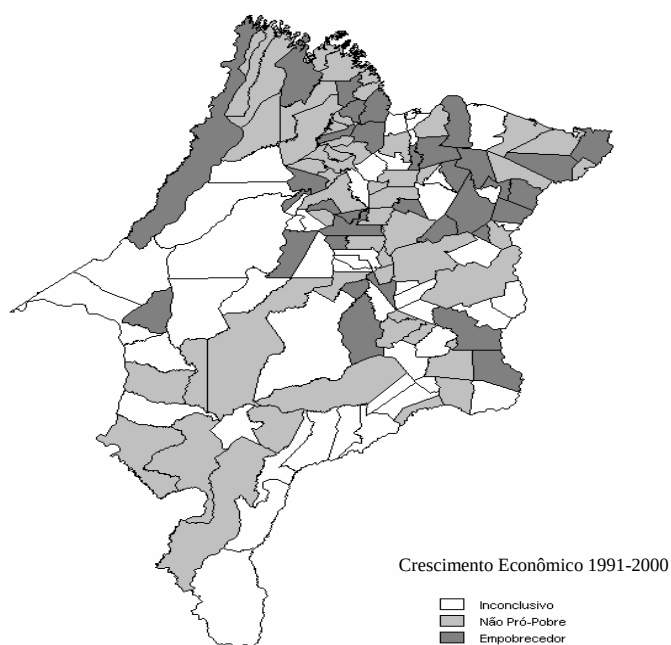


Figura 15: Qualidade do crescimento dos municípios maranhenses, 1991-2000.

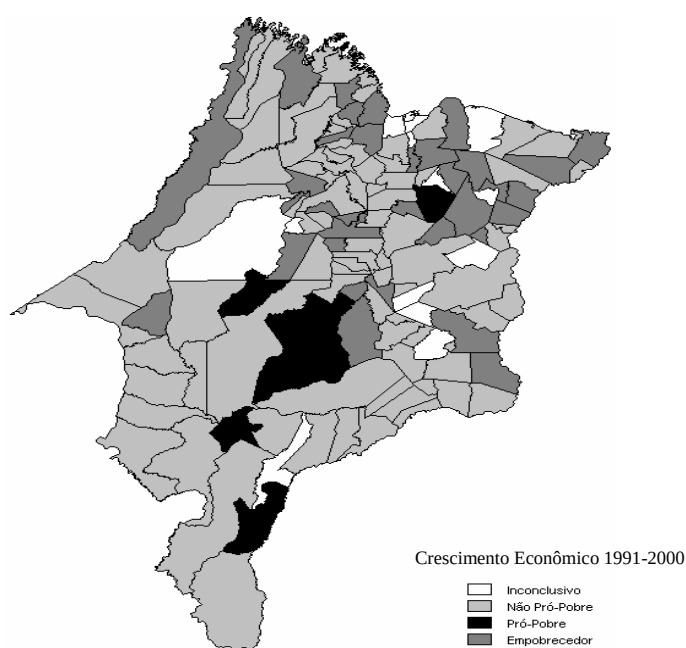


Figura 16: Qualidade do crescimento dos municípios maranhenses – considerando apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 1991-2000.

O estado do Maranhão ainda apresenta outras importantes particularidades. Primeiro, possui um grande número de municípios em que pelo menos o primeiro percentil de renda apresentou crescimento negativo, ou seja, é grande o número de municípios no Estado em que ao menos os 10% mais pobres ficaram ainda mais pobres no período 1991-2000, caso (iii) destacado anteriormente como crescimento “empobrecedor”. Em apenas 4, das 21 microrregiões do Estado, não há nenhum caso de municípios com pelo menos um percentil de renda negativo. São elas: Aglomeração Urbana de São Luis, Porto Franco, Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras. Dos 120 municípios ou grupos municipais estudados, 15¹⁹ apresentam crescimento negativo para o primeiro percentil de renda, 7 municípios²⁰ apresentaram crescimento negativo até os 20% mais pobres, 5²¹ com sinal negativo até os 30% mais pobres, 3 municípios até os 40% mais pobres (Afonso Cunha, Paulo Ramos e Cajapió), mais 3 municípios até os 50% (Morros, Buriti e São Francisco do Maranhão), e um caso, o mais grave, onde até os 90% mais pobres, também perderam renda relativamente (Presidente Juscelino).

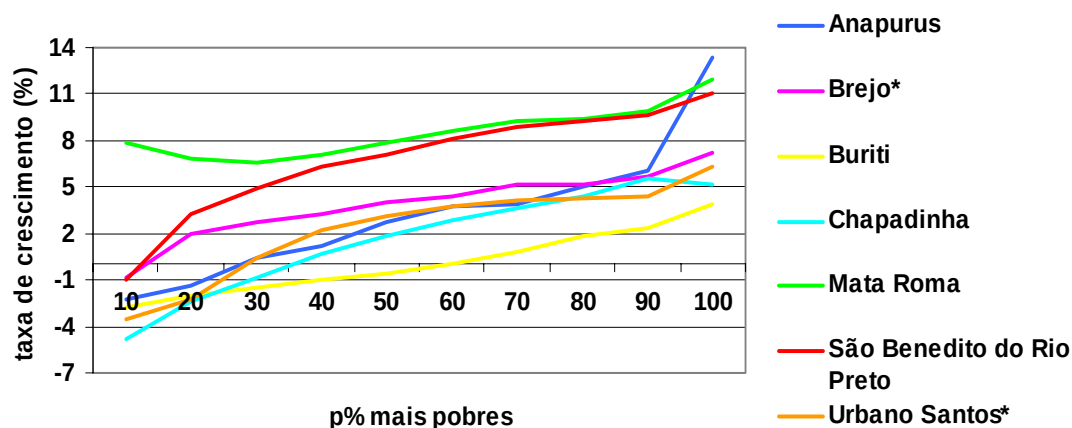
Esses resultados também podem ser vistos nos Gráficos 1 e 2 que mostram as curvas de “crescimento-pobreza” propostas por Son (2004), para alguns desses municípios. O Gráfico 1 mostra as curvas de “crescimento-pobreza” para os municípios da microrregião de Chapadinha. Apenas o município de Mata Roma não apresenta crescimento negativo em nenhum dos $p\%$ da população.

¹⁹ Alcântara, Bequimão, Mirinzal, Humberto Campos, Carutapera, Pindaré Mirim, João Lisboa, Bacabal, Lago Verde, Pio XII, Joselândia, Aroiares, Anapurus, Chapadinha e Parnarama.

²⁰ Vitória do Mearim, Turiaçu, Fortuna, São Bernardo, Anapurus, São Benedito do Rio Preto e Timbiras.

²¹ Monção, Pirapemas, Lago do Junco, Tuntum e Buriti.

Gráfico 1: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios da microrregião de Chapadinha, 1991-2000.

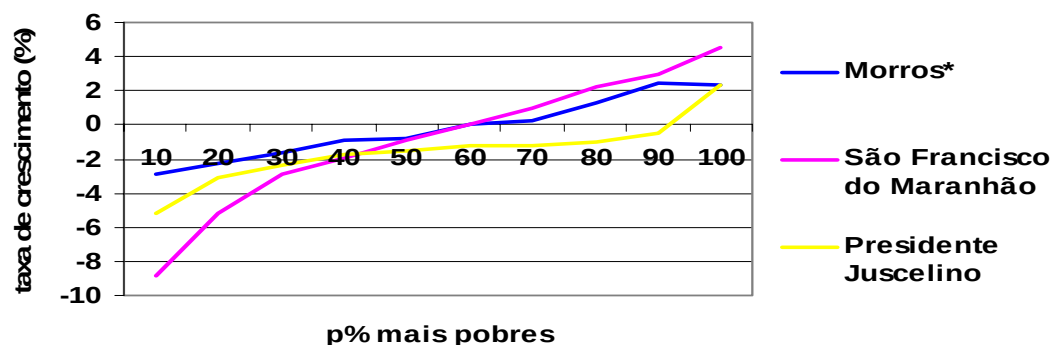


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 1 do Anexo 1.

O Gráfico 2, a seguir, também apresenta as curvas “pobreza-crescimento” de Son (2004) para alguns municípios entre os piores em desempenho de crescimento econômico do Estado.

Gráfico 2: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com os piores desempenhos de crescimento do Estado, 1991-2000.

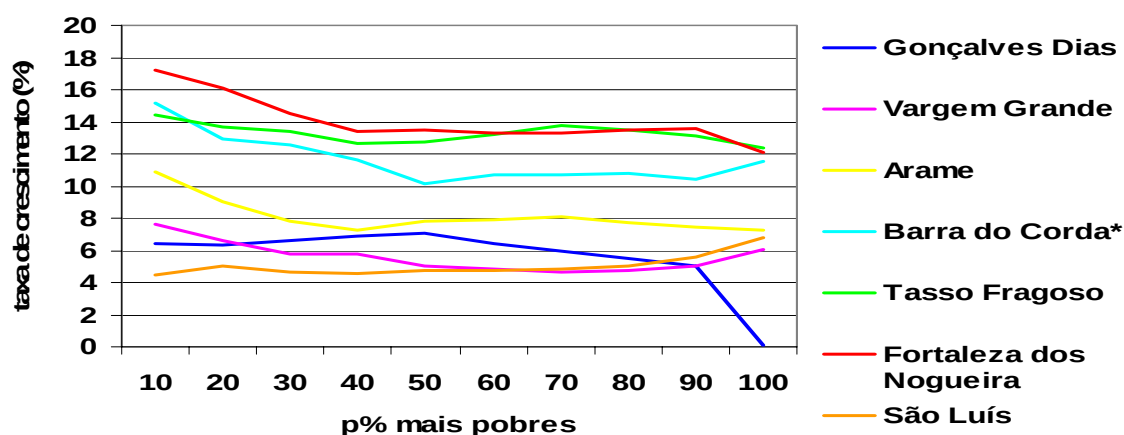


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 1 do Anexo 1.

Utilizando-se a versão mais fraca de crescimento pró-pobre (com $p=1,...,50$), conforme visto na Tabela 15, acima, 5 municípios receberam diagnóstico pró-pobre. São eles: Vargem Grande, da microrregião de Itapecuru-Mirim, Arame e Barra do Corda*, da microrregião de Alto Mearim e Grajaú, Tasso Fragoso, da microrregião de Gerais de Balsas e Fortaleza dos Nogueira*, da microrregião de Chapadas das Mangabeiras. Além destes, o único caso a destacar é o município de Gonçalves Dias, da microrregião de Presidente Dutra, que apresentou crescimento pró-pobre até os 20% mais pobres. O Gráfico 3 abaixo descreve as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios e a capital São Luís, não pró-pobre até os 20% mais pobres. Veja-se mais detalhes sobre os resultados para esses municípios e os demais do estado na Tabela 1 do Anexo 2.

Gráfico 3: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com diagnóstico pró-pobre fraco e São Luís, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 1 do Anexo 1.

* Os municípios com asterisco representam grupos de municípios. Veja-se a lista na Tabela 1 do Anexo 1.

O estado do Piauí apresenta-se numa situação apenas pouco mais favorável quanto ao número de municípios com crescimento não pró-pobre. Na definição mais estrita, apenas 11 municípios (12,8%) apresentaram diagnóstico não pró-pobre, e 4 pró-pobre. Entretanto, ao se considerar apenas o crescimento até os 30% mais pobres, apenas 2 municípios na situação de inconclusivo do conceito estrito, passariam para uma situação considerada pró-pobre, e por outro lado, mais 43 municípios passariam para o diagnóstico não pró-pobre, representando 62,8% com este tipo de definição. Esses resultados estão descritos na Tabela 17 abaixo, e podem ser visualizados nas Figuras 17 e 18, a seguir.

Tabela 17: Qualidade do crescimento econômico do Piauí (1991-200).

	Tipo de Crescimento		
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	54	43	11
Inconclusivo	19	32	64
Pró-Pobre	6	4	4
Empobrecedor	7	7	7

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

A Figura 17, a seguir, apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios do Piauí, utilizando-se a versão mais estrita de crescimento pró-pobre. Já a Figura 18, em seguida, apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios do Piauí na sua versão menos estrita a que considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres.

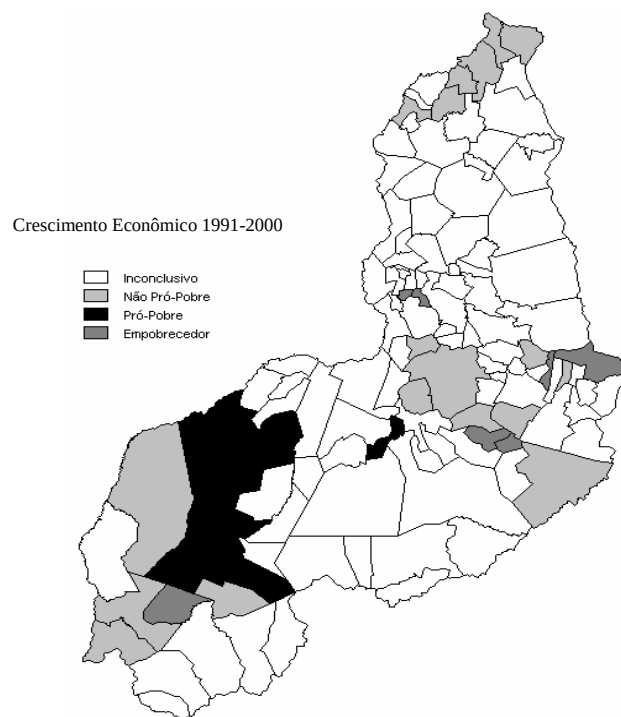


Figura 17: Qualidade do crescimento dos municípios piauienses, 1991-2000.

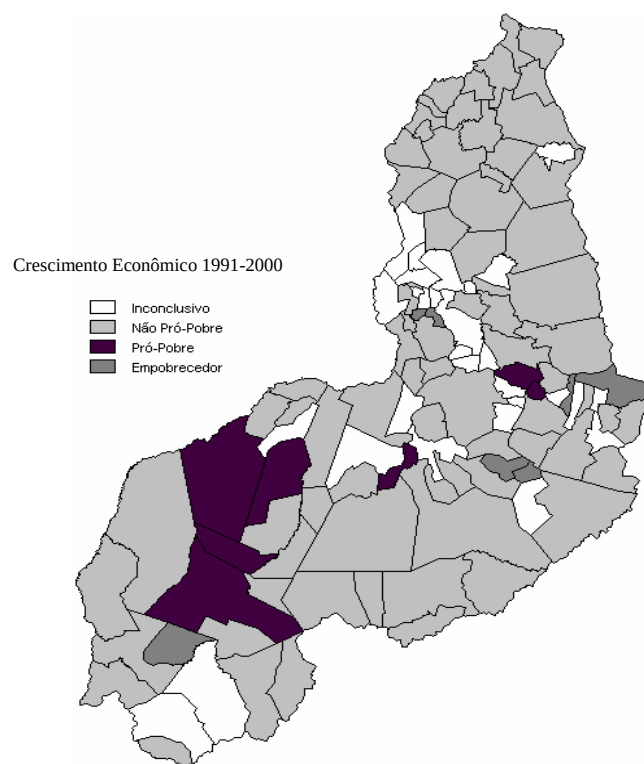
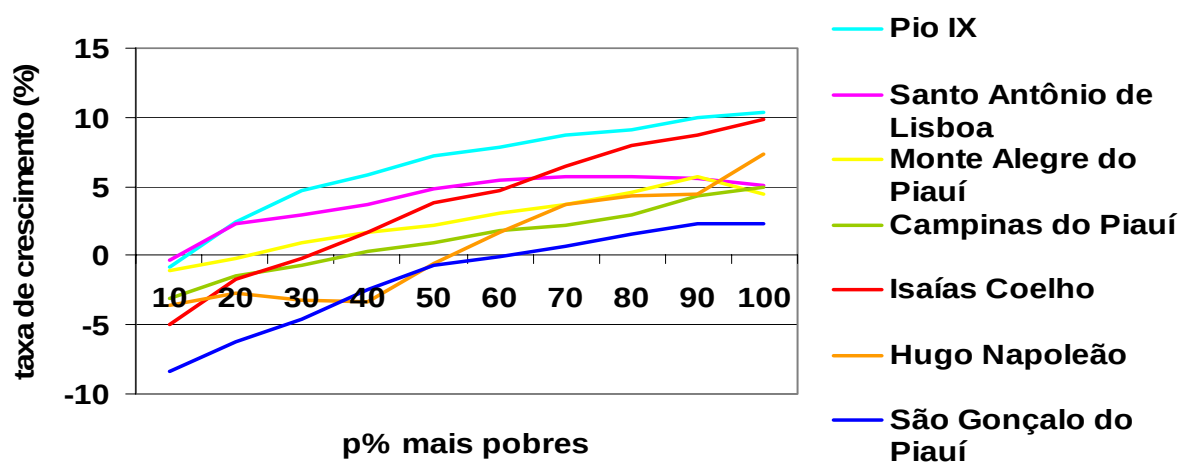


Figura 18: Qualidade do crescimento dos municípios piauienses – considerando apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 1991-2000.

Vale destacar ainda, que 7 municípios no Estado apresentaram crescimento negativo para pelo menos o primeiro percentil de renda, ou seja, com pelo menos os 10% mais pobres, ficando ainda mais pobres no período 1991-2000. Em 2 municípios, ambos da microrregião de Pio IX, os 10% mais pobres, ficaram ainda mais pobres: Pio IX e Santo Antônio de Lisboa; em Monte Alegre do Piauí, da microrregião de Alto Médio Gurguéia, o mesmo ocorreu para os 20% mais pobres; Campinas do Piauí e Isaías Coelho, da microrregião de Alto Médio Canindé apresentaram problemas até os 30% mais pobres; e, por fim, na microrregião de Médio Parnaíba Piauiense, no município de Hugo Napoleão, os 50% mais pobres ficaram mais pobres relativamente, e no município de São Gonçalo do Piauí, o mesmo ocorreu para os 60% mais pobres. O Gráfico 4, a seguir apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Gráfico 4: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com os piores desempenhos de crescimento do Estado, 1991-2000.



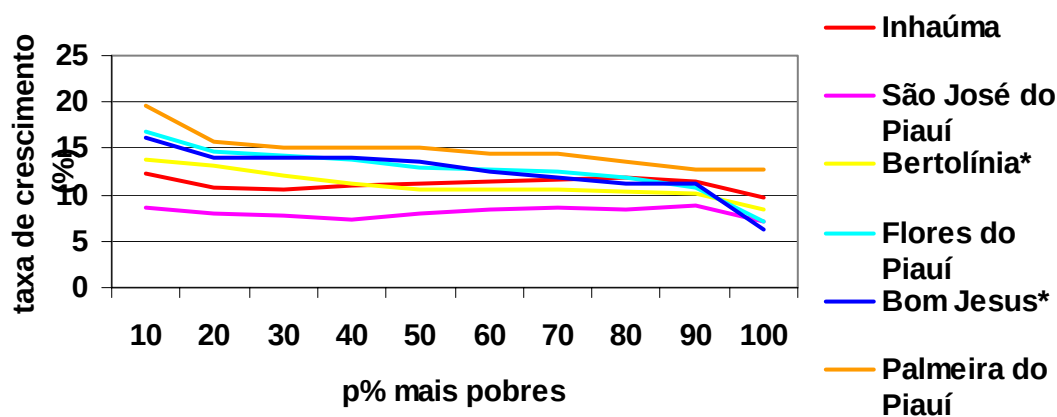
Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Por outro lado, 4 municípios apresentaram crescimento pró-pobre, mesmo no conceito estrito de Son (2004), quais sejam, Bertolândia*, da microrregião de Bertolândia,

* Bertolândia também abrange os municípios de Sebastião Leal e Uruçuí, e Bom Jesus também inclui o município de Currais. Veja-se a lista completa dos municípios que foram agregados na Tabela 2 do Anexo 1.

Flores do Piauí, da microrregião de Floriano, e Bom Jesus* e Palmeira do Piauí, ambos de Alto Médio Gurguéia. Ao se considerar o crescimento apenas até os 30% mais pobres, mais dois municípios saíram do diagnóstico inconclusivo para apresentar crescimento pró-pobre. São eles: Inhaúma, da microrregião de Valença do Piauí, e São José do Piauí, da microrregião de Picos, pró-pobre até 40%. O Gráfico 5, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Gráfico 5: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

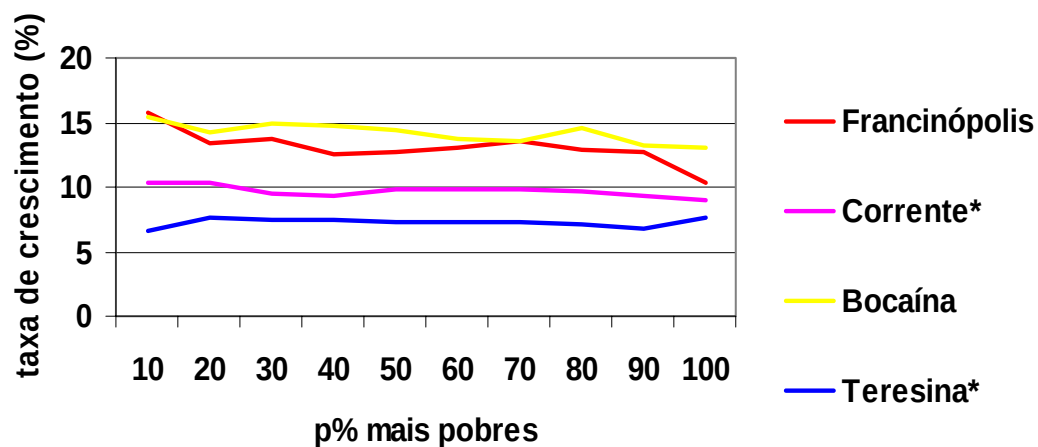
* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 2 do Anexo 1.

Outros municípios como Francinópolis, de Valença do Piauí, Corrente, da microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, e Bocaína, de Picos, apesar de não apresentarem diagnóstico pró-pobre em nenhum dos conceitos, apresentaram apenas uma tendência pró-pobre. O Gráfico 6, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios, e para a capital Teresina* diagnosticada como não pró-pobre quando se considera apenas o crescimento da renda até os 20% mais pobres²².

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 2 do Anexo 1.

²² Veja-se mais detalhes sobre os resultados para esses municípios e os demais do Estado na Tabela 2 do Anexo 2.

Gráfico 6: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 2 do Anexo 1.

CEARÁ

Observando-se as Figuras 19 e 20, a seguir, percebe-se que o Ceará assemelha-se mais ao Maranhão em condições desfavoráveis para os mais pobres. Pelo conceito mais estrito de crescimento pró-pobre, 37 municípios (representando 20,8%) são diagnosticados não pró-pobre, e apenas 2 como pró-pobre. Considerando apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 67 municípios saem da marca inconclusivo para o diagnóstico não pró-pobre (equivalente a quase um estado de Sergipe inteiro), totalizando 104 municípios, representando 58,4% do total. Entretanto, apenas mais 3 municípios seriam considerados pró-pobre. Além disso, o Estado apresenta o maior número (43) de municípios com crescimento empobrecedor do Nordeste. Esses resultados também são descritos na Tabela 18, a seguir.

Tabela 18: Qualidade do crescimento econômico do Ceará (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	$p=1,...,30$	$p=1,...,50$	$p=1,...,100$
Não Pró-Pobre	104	90	37
Inconclusivo	27	42	96
Pró-Pobre	4	3	2
Empobrecedor	43	43	43

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

A Figura 19 descreve a qualidade do crescimento da renda *per capita* média dos municípios cearenses no período de 1991-2000, e a Figura 20, em seguida, descreve a qualidade do crescimento para os mesmos municípios, no mesmo período, só que desta vez considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres.

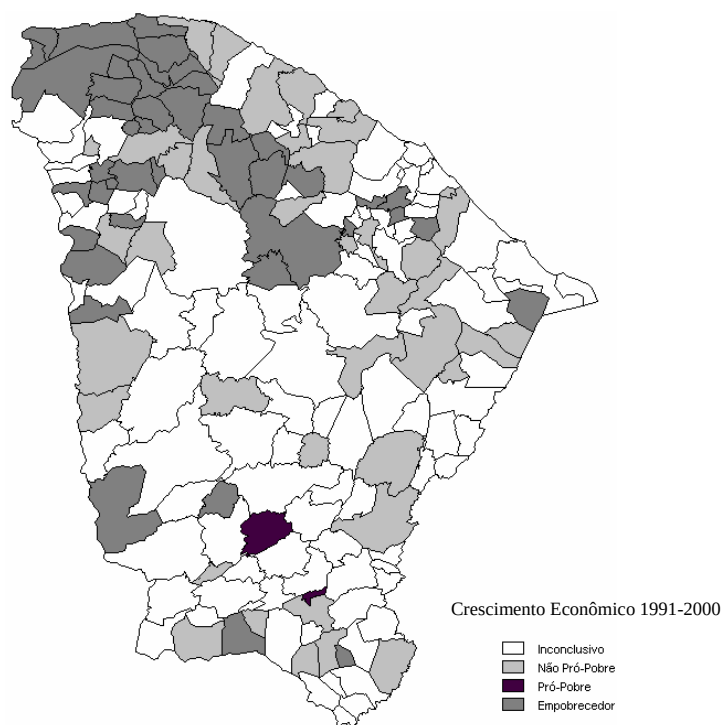


Figura 19: Qualidade do crescimento dos municípios do Ceará, 1991-2000.

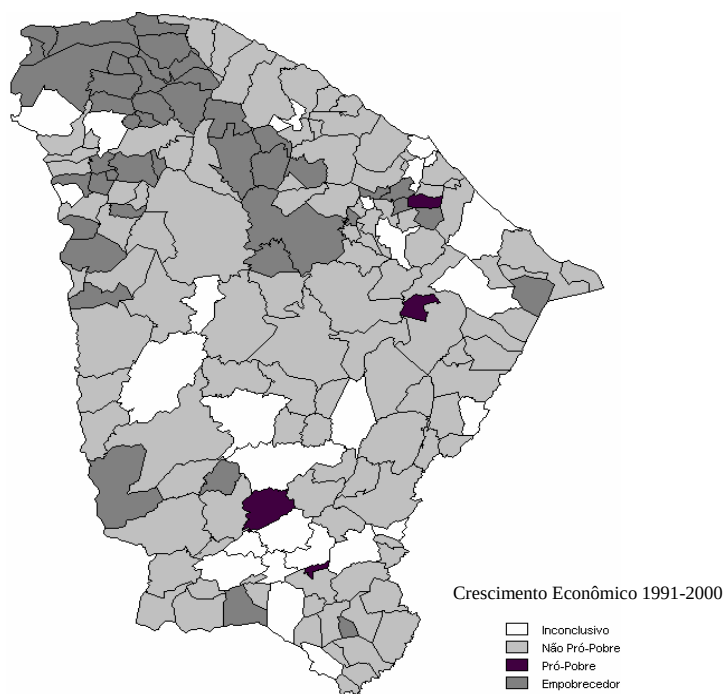
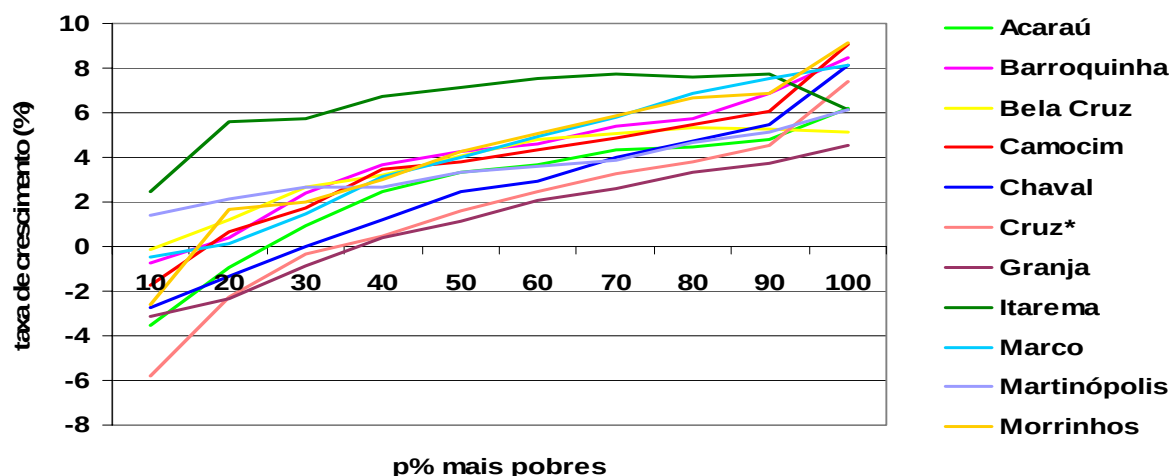


Figura 20: Qualidade do crescimento dos municípios do Ceará – considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 1991-2000.

Atendo-se ao desempenho de crescimento das microrregiões, destacam-se duas como as piores do Estado. Primeiro, na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, para apenas os municípios de Itarema e Acaraú, nenhum dos $p\%$ mais pobres ficaram ainda mais pobres no período 1991-2000, o que ocorreu para todos os outros municípios da microrregião. O Gráfico 7 a seguir, descreve as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

A segunda microrregião do Estado que também apresenta esse desempenho perverso de crescimento é a microrregião de Sobral. Apenas os municípios de Forquinha e Sobral não têm nenhum percentil de renda negativo, e no outro extremo encontra-se o município de Senador Sá, em que ao invés de crescimento da renda *per capita* no período de 1991-2000, houve decréscimo para até os 70% mais pobres. O Gráfico 8, em seguida, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

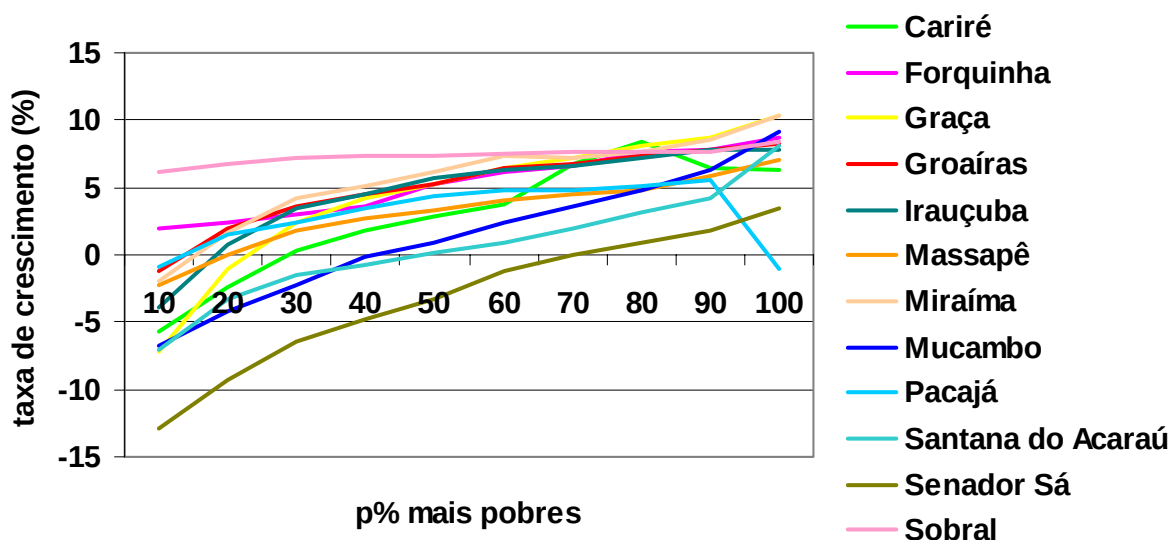
Gráfico 7: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 3 do Anexo 1.

Gráfico 8: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – microrregião de Sobral, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Além dos municípios dessas microrregiões, muitos outros no Estado também apresentaram decréscimo da renda domiciliar *per capita* para pelo menos algum *p%* mais pobre. Foram mais 12 municípios²³ com perda de renda para os 10% mais pobres, mais 4 municípios²⁴ até os 20%, mais 5 municípios²⁵ com perda de renda para os 30% mais pobres, 2 municípios²⁶ para os 40%, e mais 1²⁷ com perda de renda para os 70% mais pobres, totalizando mais 24 municípios, além dos já destacados nas duas microrregiões de Sobral e Litoral de Camocim e Acaraú. O Gráfico 9 apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para alguns desses municípios.

²³ São eles: São Benedito, Alcântaras, Meruoca, Ipueiras, Itapagé, Apuiarés, Tejuçuoca, Canindé, Itatira, Acarapé, Guaiúba e Jaguaruana.

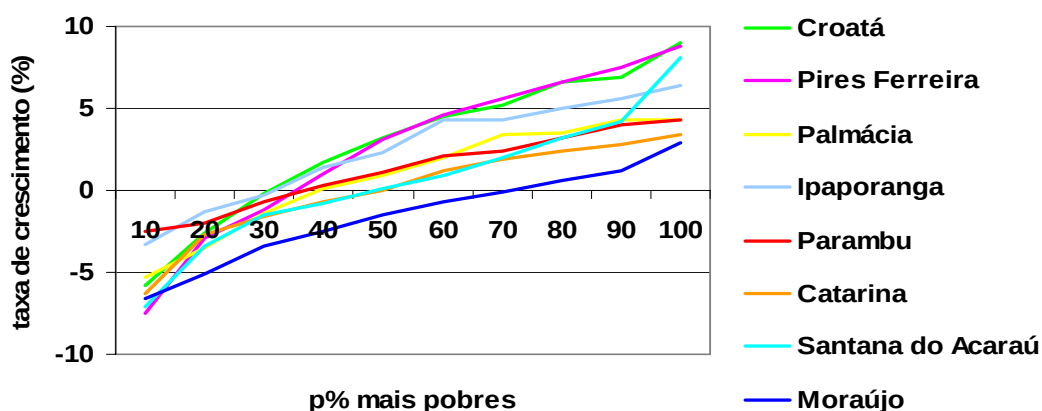
²⁴ Uruoca, Mulungu, Chorãozinho e Abairara.

²⁵ Croatá, Pires Ferreira, Palmácia, Ipaporanga e Parambú.

²⁶ Catarina e Santana do Cariri.

²⁷ Moraújo.

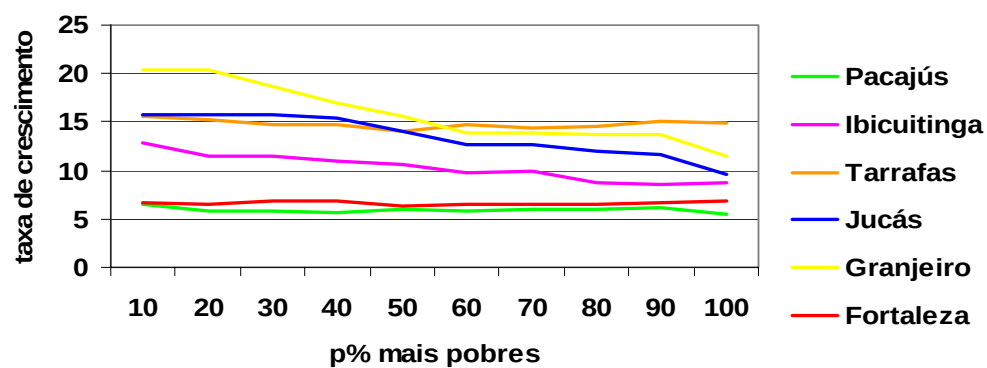
Gráfico 9: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios entres os piores desempenhos de crescimento econômico, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

No outro extremo, encontram-se os municípios com crescimento pró-pobre no sentido estrito de Son (2004): Jucás, da microrregião de Várzea Alegre, e Granjeiro, de Caririaçu. Além desses, Pacajus, da microrregião de Pacajus, apresentou crescimento pró-pobre até os 40% mais pobres, Ibicuitinga, da microrregião de Baixo Jaguaribe apresentou crescimento pró-pobre até os 60% mais pobres e Tarrafas, de Várzea Alegre foi pró-pobre até os 20% mais pobres. O Gráfico 10 abaixo, apresenta a curva de “crescimento-pobreza” para esses municípios e também para a capital, Fortaleza, com diagnóstico inconclusivo. Veja-se mais detalhes sobre os resultados para esses municípios e os demais do Estado na Tabela 3 do Anexo 2.

Gráfico 10: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre e Fortaleza, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

RIO GRANDE DO NORTE

Diferente de todos os resultados apontados até agora, o Rio Grande do Norte apresenta-se como o estado do Nordeste com o menor número de casos de municípios com decrescimento de renda para pelo menos algum $p\%$ de pobres no período 1991-2000 (são apenas 3), além de apresentar o maior número de municípios com diagnóstico pró-pobre de crescimento. Pelo conceito estrito de crescimento pró-pobre, são 12 municípios com diagnóstico não pró-pobre, e 9 pró-pobre. Esses resultados podem ser vistos na Tabela 19 abaixo.

Tabela 19: Qualidade do crescimento econômico do Rio Grande do Norte (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	$p=1,...,30$	$p=1,...,50$	$p=1,...,100$
Não Pró-Pobre	77	50	10
Inconclusivo	49	87	130
Pró-Pobre	23	12	9
Empobrecedor	3	3	3

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

Entretanto, ainda conforme a Tabela 19, acima, apesar de ser a melhor marca do Nordeste, os resultados ainda são extremamente perversos. Considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 77 municípios apresentam o tipo de crescimento não pró-pobre, o que representa 50,7% de todos os municípios do Estado, contra 23 municípios (15,1%) com diagnóstico pró-pobre. Esses resultados também podem ser vistos através das Figuras 21 e 22, a seguir.

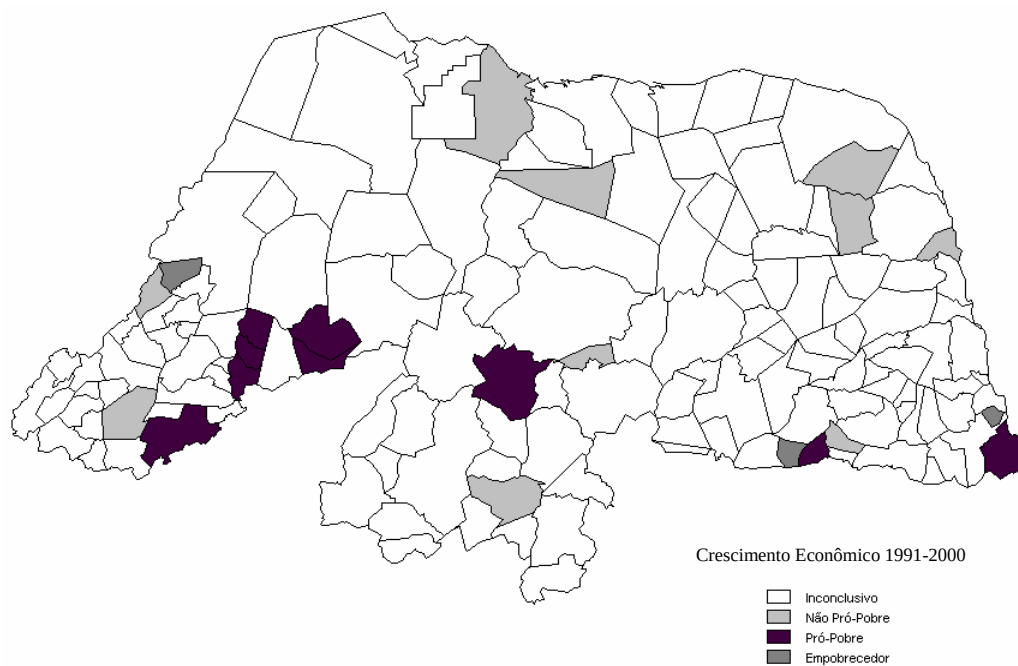


Figura 21: Qualidade do crescimento dos municípios do Rio Grande do Norte, 1991-2000.

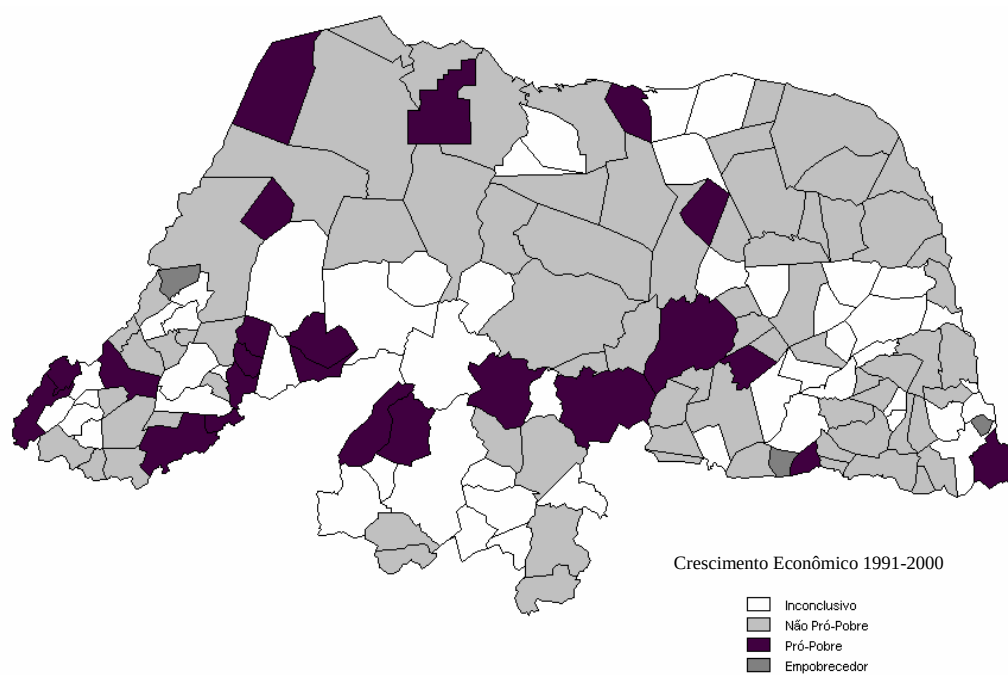
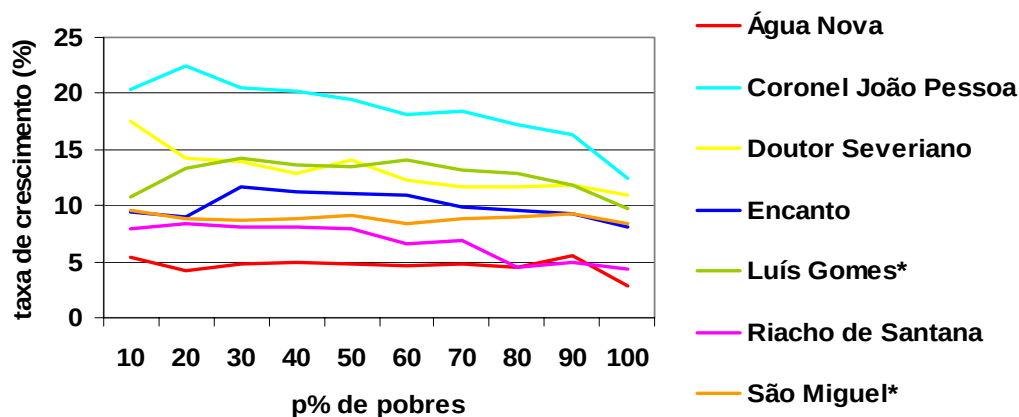


Figura 22: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios do Rio Grande do Norte, 1991-2000.

Como nos outros casos, a Figura 21, acima, apresenta a qualidade do crescimento para o rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios do Estado, e a Figura 22 mostra a qualidade do crescimento do rendimento domiciliar *per capita* até os 30% mais pobres dos municípios do Rio Grande do Norte, no período de 1991-2000.

Segundo Silveira Neto (2005) o Rio Grande do Norte é o estado do Nordeste a apresentar o maior número de microrregiões com crescimento pró-pobre. São 4: Mossoró, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal. Esses resultados são bastante consistentes com os encontrados aqui. Na microrregião de Mossoró, destacam-se os municípios de Baraúna e Serra do Mel, ambos pró-pobre quando se considera o crescimento da renda apenas até os 30% mais pobres. Em Serra de São Miguel, destacam-se Doutor Severiano pró-pobre até os 40% mais pobres e São Miguel*, pró-pobre até os 30% mais pobres. Além destes, tem-se Água Nova e Encanto pró-pobre até os 20% mais pobres e Coronel João Pessoa e Riacho de Santana com tendência pró-pobre a partir dos 20% mais pobres. Esses resultados podem ser vistos no Gráfico 11 a seguir, que apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Gráfico 11: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – microrregião Serra de São Miguel, 1991-2000.



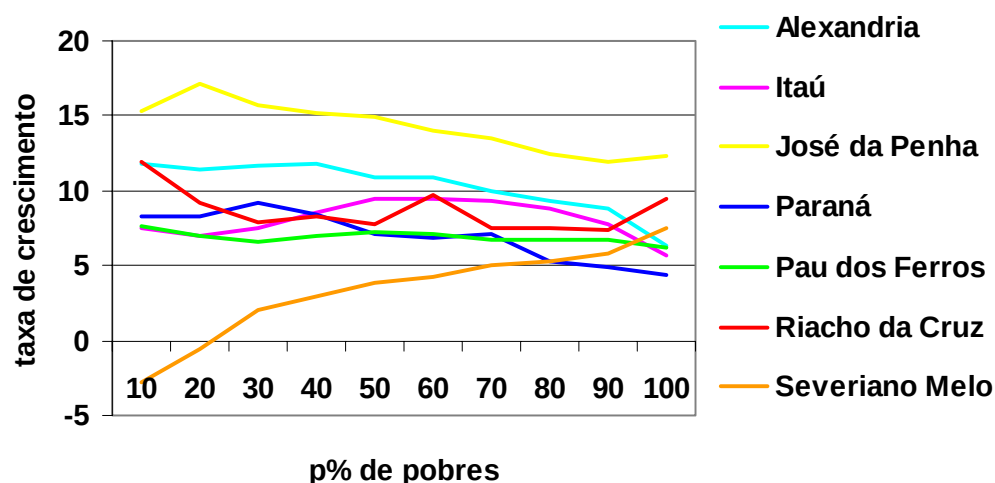
Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 4 do Anexo 1.

* Representa os municípios de São Miguel e Venha-Ver.

Na microrregião de Pau dos Ferros, o município de Alexandria apresenta-se como pró-pobre no sentido estrito de Son (2004), e Pau dos Ferros pró-pobre quando se considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres. Itaú e Riacho da Cruz ambos pró-pobre até os 20% mais pobres, José da Penha apresenta uma tendência pró-pobre mas só a partir dos 20% mais pobres, e o município do Paraná é não pró-pobre até os 30% mais pobres, mas também passa a apresentar uma tendência pró-pobre a partir dos 40% mais pobres. Por outro lado, o município de Severiano Melo foi o único do Estado a apresentar diminuição da renda *per capita* média para os 20% mais pobres no período de 1991-2000. O Gráfico 12, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios²⁸.

Gráfico 12: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – alguns municípios da microrregião de Pau dos Ferros, 1991-2000.



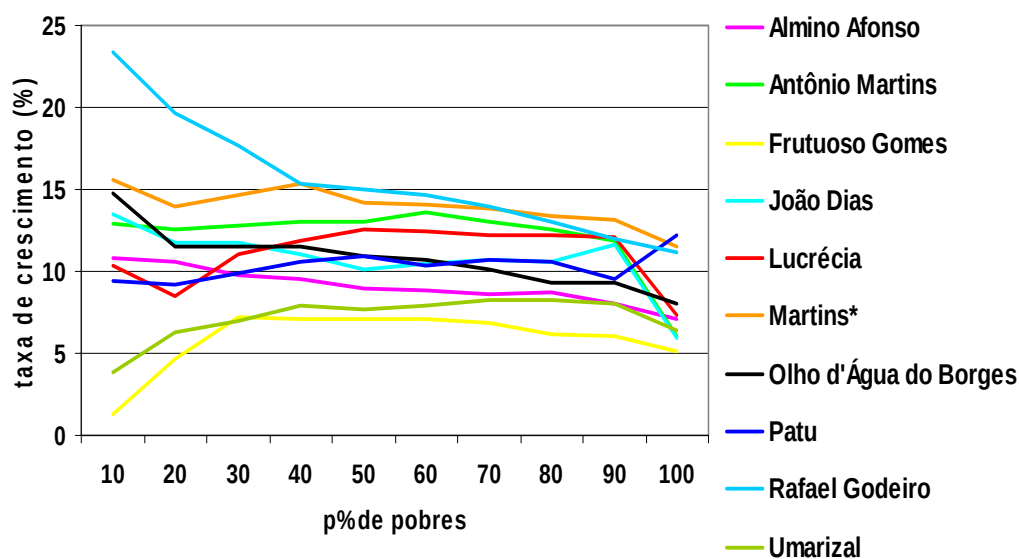
Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Na microrregião de Umarizal, são 3 os municípios a apresentar crescimento pró-pobre no conceito mais estrito ($p=100$), nominalmente, Almino Afonso, Olho d'Água do

²⁸ Veja-se os resultados para os demais municípios desta microrregião, na Tabela 4 do Anexo 2.

Borges e Rafael Godeiro. Além destes, João Dias, pró-pobre até os 50% mais pobres, e os municípios de Antônio Martins e Martins*, ambos pró-pobre até os 20% mais pobres. O Gráfico 13, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Gráfico 13: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – microrregião de Umarizal, 1991-2000.



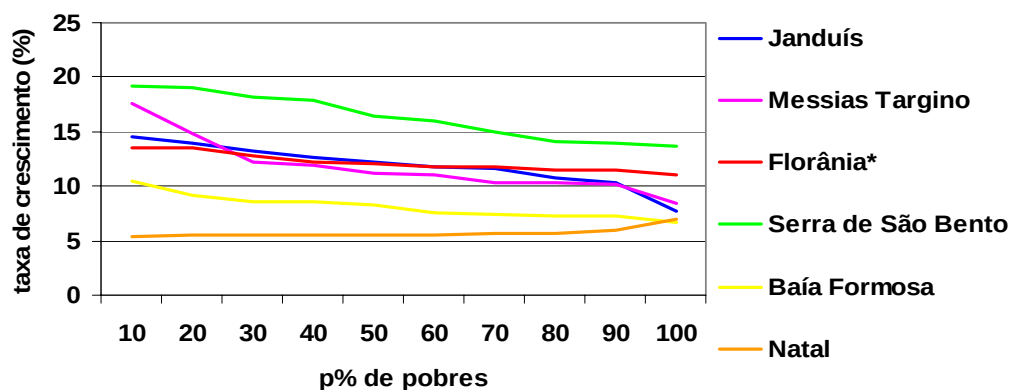
Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 4 do Anexo 1.

Os outros municípios do Estado a apresentar crescimento pró-pobre no sentido estrito são Janduís e Messias Targino, ambos da microrregião de Médio Oeste, Florânia, da microrregião de Serra de Santana, Serra de São Bento, da microrregião de Borborema Potiguar, e Baía Formosa, do Litoral Sul. O Gráfico14, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios e também para a capital Natal, não pró-pobre até os 30% mais pobres.

* Representa Martins e Serrinha dos Pintos.

Gráfico 14: Crescimento de renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre e Natal, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa Florânia e Tenente Laurentino Cruz. Veja-se a lista na Tabela 4 do Anexo 1.

Outras microrregiões merecem ainda alguns comentários. Em Seridó Ocidental, Jardim de Piranhas mostrou-se pró-pobre até os 60% mais pobres e São Fernando até os 40%. Em Seridó Oriental, Currais Novos foi pró-pobre quando se considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres e Ouro Branco até os 20% mais pobres. Na microrregião de Borborema Potiguar, além de Serra de São Bento, já destacado anteriormente como pró-pobre no sentido estrito de Son (2004), destacam-se Sítio Novo, pró-pobre até os 50% mais pobres, São Tomé pró-pobre até os 30% mais pobres e Tangará pró-pobre até os 20%. No outro extremo encontra-se Monte das Gameleiras, em que os 10% mais pobres, ficaram mais pobres no período. No Litoral Sul, além de Baía Formosa, o município de Senador Georgino Avelino foi pró-pobre até os 20% mais pobres e em Vila Flor, a renda *per capita* dos 10% mais pobres diminuiu no período. Por fim, outros 3 municípios apresentaram-se como pró-pobre considerando-se o crescimento da renda até os 30% mais pobres, quais sejam: Felipe Guerra, de Chapada do Apodi, Guamaré, da microrregião de Macau e Pedra Preta, da microrregião de Angicos²⁹.

²⁹ Os resultados para esses municípios e para os demais do Estado, podem ser vistos na Tabela 4 do Anexo 2.

PARAÍBA

A Paraíba, contrariamente ao Rio Grande do Norte, não apresenta muitos casos de municípios com crescimento pró-pobre. Nenhum caso pelo conceito mais estrito e apenas 4 considerando-se o crescimento da renda até os 30% mais pobres. Conforme a Tabela 20, a seguir, são 25 os municípios com crescimento não pró-pobre (14,9%), contra 135 casos inconclusivo (80,4%). Ao se considerar apenas o crescimento até os 30 % mais pobres, a situação se modifica de forma que 70,2% dos municípios (118) passam a apresentar crescimento não pró-pobre, contra 2,38% com crescimento pró-pobre, 22,6% inconclusivos e 8 casos (4,8%) empobrecedor.

Tabela 20: Qualidade do crescimento econômico paraibano (1991-2000).

	Tipo de Crescimento		
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	118	81	25
Inconclusivo	38	79	135
Pró-Pobre	4	-	-
Empobrecedor	8	8	8

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

Da mesma forma que para os estados anteriores, apresenta-se a seguir, as Figuras 23 e 24 que descrevem a qualidade do crescimento para a renda média da população, e a qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres, respectivamente.

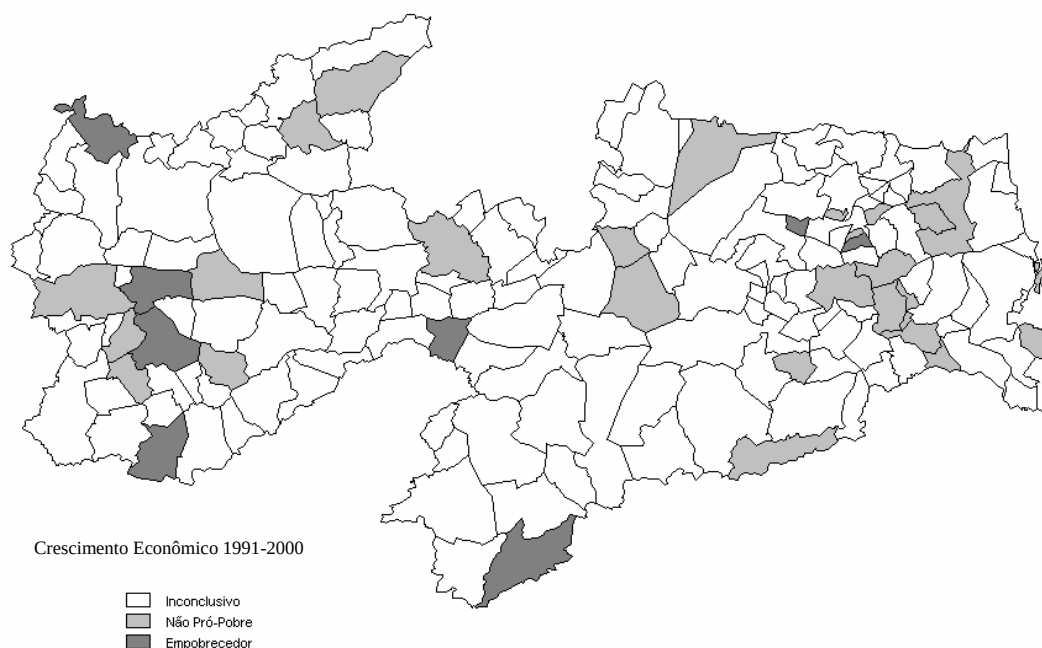


Figura 23: Qualidade do crescimento dos municípios da Paraíba, 1991-2000.

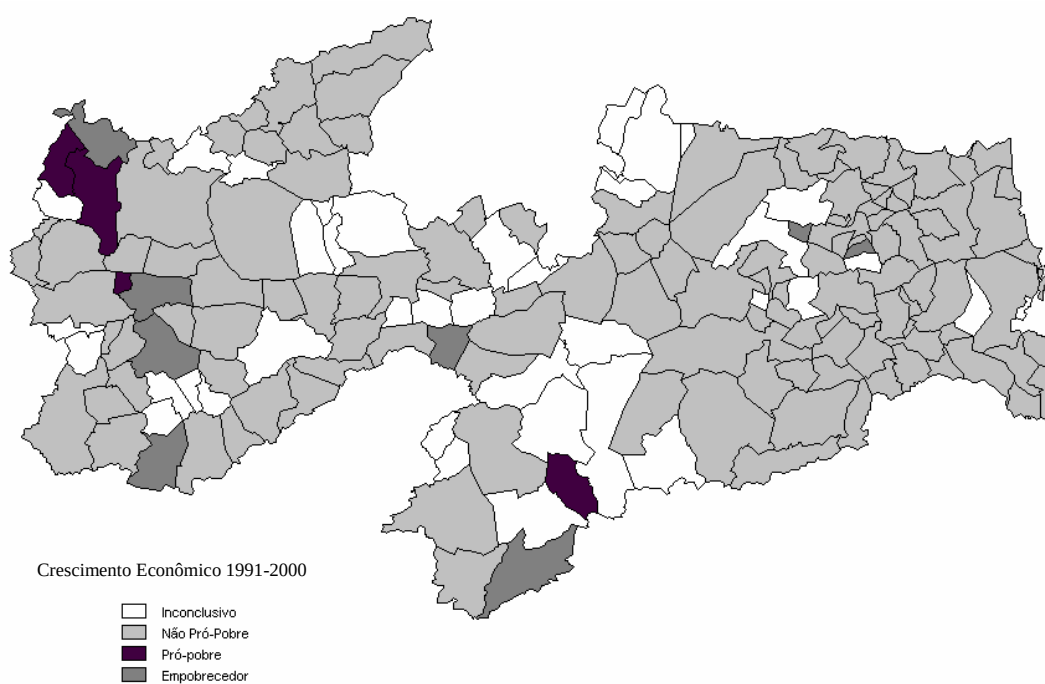
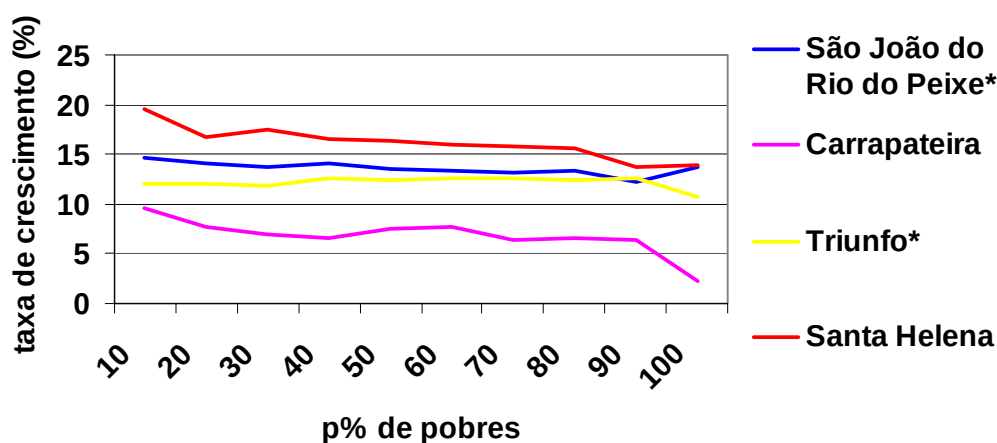


Figura 24: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios paraibanos, 1991-2000.

Segundo os resultados de Silveira Neto (2005), o Estado apresenta 2 microrregiões com crescimento pró-pobre, que são Cajazeiras e Patos. Os resultados encontrados aqui para o caso da microrregião de Cajazeiras, são bastante consistentes, pois foram identificados 2 municípios pró-pobre até os 30% mais pobres, quais sejam, São João do Rio do Peixe* e Triunfo*, Carrapateira, pró-pobre até os 40% mais pobres, e Santa Helena, como pró-pobre até os 20% mais pobres. Esses resultados podem ser vistos pelas curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios, no Gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – alguns municípios da microrregião de Cajazeiras, 1991-2000.



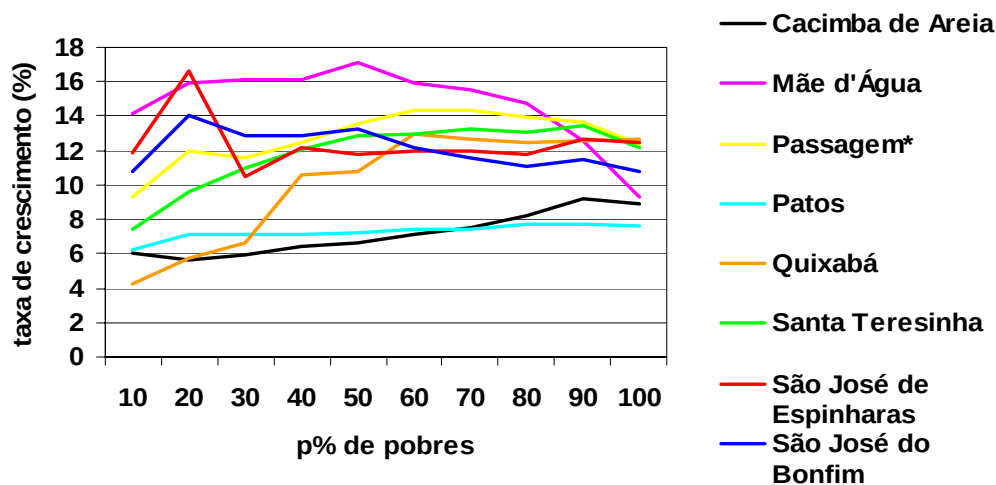
Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 1.

Entretanto, nenhum município com crescimento pró-pobre foi encontrado para a microrregião de Patos. O Gráfico 16, a seguir, apresenta a curva de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 2.

Gráfico 16: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – microrregião de Patos, 1991-2000.

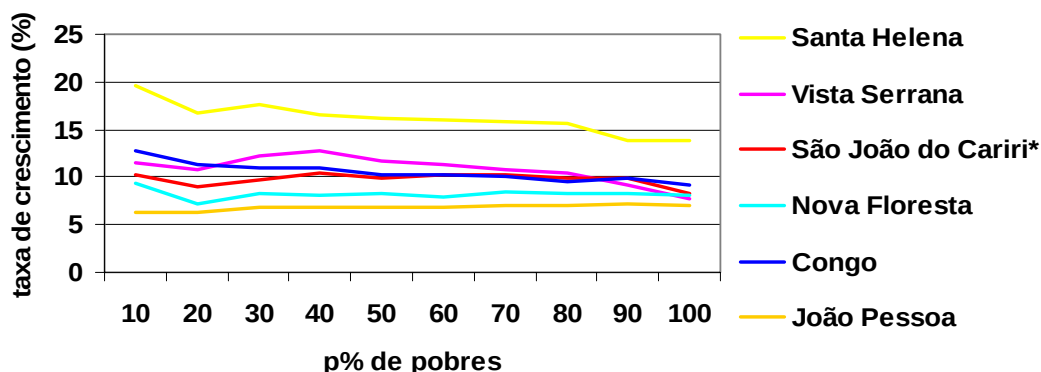


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 1.

Além desses, Congo, de Cariri Ocidental, apresentou-se pró-pobre quando se considerou apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, Vista Serrana, de Sousa, São João do Cariri, de Cariri Oriental e Nova Floresta, de Curimataú Ocidental, foram ambos pró-pobre até os 20% mais pobres. Veja-se no Gráfico 17, a seguir, as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios e a capital João Pessoa.

Gráfico 17: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre fraco e João Pessoa, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

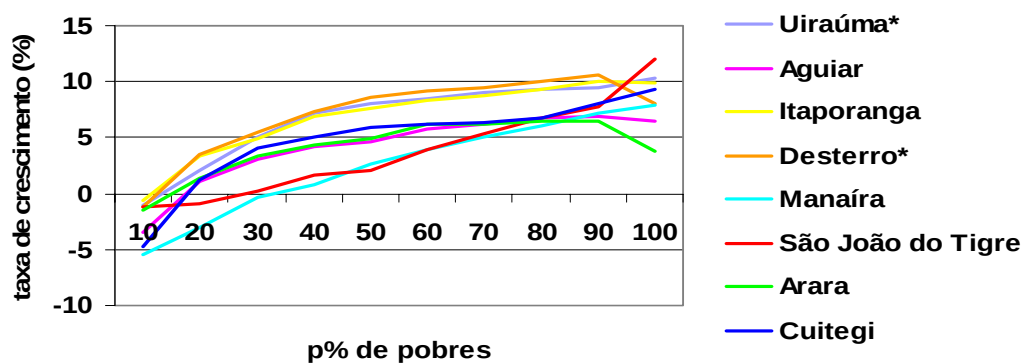
* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 1.

O Estado apresenta ainda 6 municípios em que os 10% mais pobres ficaram mais pobres, que são: Uiraúna*, de Cajazeiras, Aguiar, de Piancó, Itaporanga, de Itaporanga, Desterro*, de Serra do Teixeira, Arara, de Curimataú Ocidental e Cuitegi, de Guarabira. Um caso em que a renda *per capita* dos 20% mais pobres diminuiu que é São João do Tigre, de Cariri Ocidental, e um caso para os 30% mais pobres, Manaíra, também de Serra do Teixeira. As curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios são mostradas no Gráfico 18, a seguir³⁰.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 1.

³⁰ Para maiores detalhes sobre os resultados para esses municípios e também para os demais do Estado, consulte-se a Tabela 5 do Anexo 2.

Gráfico 18: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representam um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 5 do Anexo 1.

PERNAMBUCO

22 municípios pernambucanos (13,1%) são diagnosticados não pró-pobre no sentido estrito, enquanto 129 (76,8%) são considerados inconclusivos e apenas 1 município pró-pobre. Conforme a Tabela 21, a seguir, ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 112 municípios (66,7%) recebem diagnóstico não pró-pobre e somente 8 pró-pobre. Além disso, o Estado apresenta 16 casos de municípios (9,5%) com crescimento empobrecedor. Através das Figuras 25 e 26, em seguida, é possível visualizar a localização desses municípios.

Tabela 21: Qualidade do crescimento econômico pernambucano (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	112	75	22
Inconclusivo	32	73	129
Pró-Pobre	8	4	1
Empobrecedor	16	16	16

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

A Figura 25, a seguir, apresenta a qualidade do crescimento da renda domiciliar *per capita* dos municípios pernambucanos entre 1991-2000, e a Figura 26, em seguida, apresenta a qualidade do crescimento do rendimento domiciliar *per capita* médio até os 30% mais pobres dos municípios pernambucanos para o mesmo período. Como para todos os estados do Nordeste, quando se considera apenas o crescimento até os 30% mais pobres, mais de 50% dos municípios recebem diagnóstico não pró-pobre. No caso específico de Pernambuco, são 66,7%. Por isso, que na Figura 26 a cor cinza predomina.

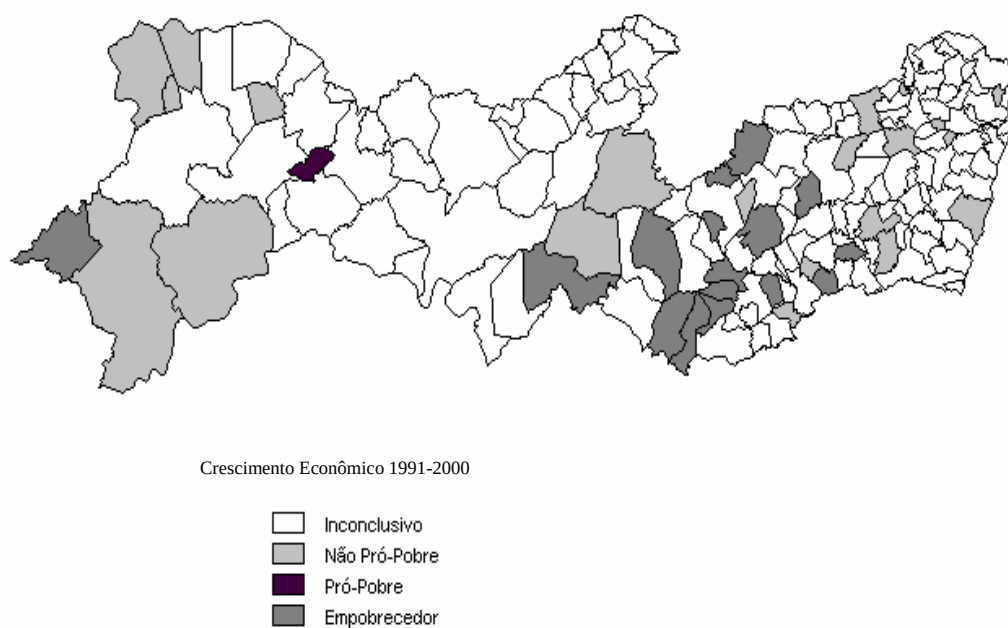


Figura 25: Qualidade do crescimento dos municípios de Pernambuco, 1991-2000.

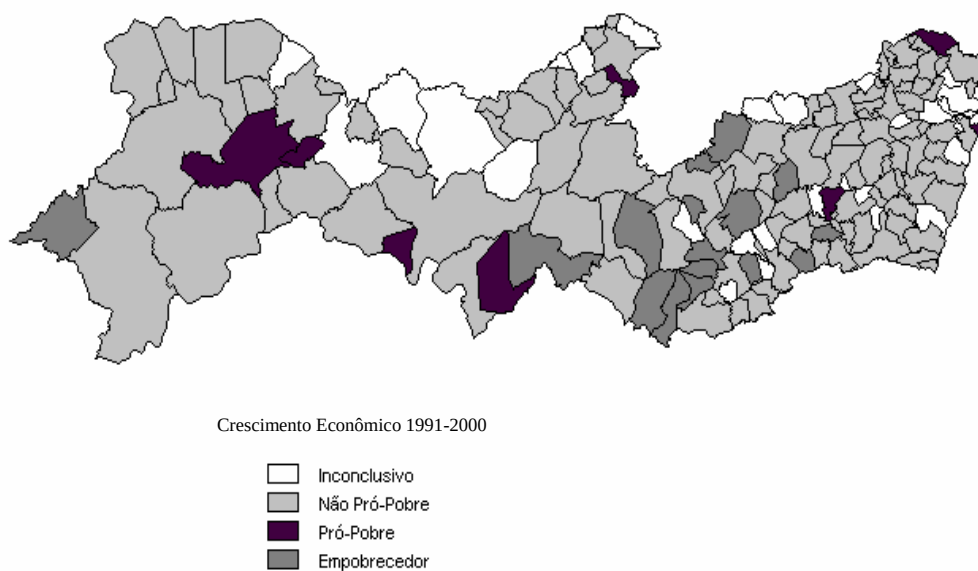


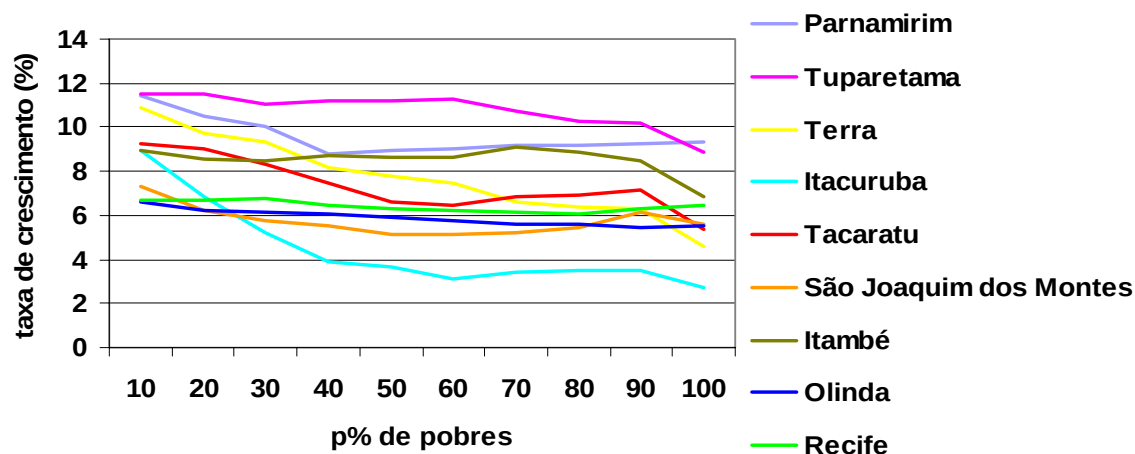
Figura 26: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios de Pernambuco, 1991-2000.

Ao se observar a Figura 25, percebe-se que os casos não pró-pobre se concentram mais na região Agreste e da Mata Pernambucana. Além disso, como para todos os outros estados exceto Maranhão, quando se considera o conceito estrito de crescimento pró-pobre, a maioria dos municípios recebe diagnóstico inconclusivo. A esse respeito são válidos alguns comentários. Primeiro, como já discutido anteriormente, os casos v' e v'' fraco pró-pobre e fraco não pró-pobre, respectivamente, se encontram rigorosamente caracterizados como inconclusivo. Assim, a princípio, não se teria como saber, quantos destes municípios que recebem a cor branca (diagnóstico inconclusivo) nas figuras que descrevem a qualidade do crescimento da renda média dos municípios dos Estados nordestinos apresentariam tendência pró-pobre ou não pró-pobre de crescimento. Entretanto, é válido ressaltar, que são exploradas aqui, para todos os estados do Nordeste, todas as possibilidades de crescimento pró-pobre, desde os que apresentam esse diagnóstico apenas até os 20% mais pobres, até mesmo os que não podem ser classificados como pró-pobre, mas que apenas apresentam uma tendência pró-pobre. E por outro lado, dos casos não pró-pobre fraco (v'') são destacados apenas, os municípios que para algum $p\%$ mais pobre, houve diminuição da renda domiciliar *per capita* no período. Dessa forma, o que se pretende enfatizar aqui, é que, para todos os estados nordestinos, a grande maioria dos municípios com tipo de crescimento inconclusivo, pertencem à classificação v'' de não pró-pobre fraco e poucos são os municípios com diagnóstico realmente inconclusivo, que não pertencem nem a v' , nem a v'' .

Terra, de Petrolina, é o único município do Estado pró-pobre no sentido estrito. Além dele, Olinda de Recife, foi pró-pobre até os 70% mais pobres. São mais 3 municípios pró-pobre considerando-se o crescimento da renda até os 60% mais pobres, sendo 2 da microrregião de Itaparica, Itacuruba e Tacaratu, e São Joaquim dos Montes, de Brejo Pernambucano. E pró-pobre apenas até os 30% mais pobres, são mais 3 municípios: Parnamirim, de Salgueiro, Tuparetama, de Pajeú e Itambé, da Mata Setentrional Pernambucana. O Gráfico 19, a seguir, mostra a curva de “crescimento-pobreza” para esses municípios e também para a capital Recife, não pró-pobre até os 30% mais pobres. Outros municípios a destacar ainda, como pró-pobre até os 20% mais pobres são: Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte, da microrregião de Alto Capibaribe, Angelim, Brejão e Lajedo, da microrregião de Garanhuns e Sirinhaém, da Mata Setentrional Pernambucana.

Além desses, São João do Belmonte, de Salgueiro, não se mostrou pró-pobre, mas apresentou apenas uma tendência pró-pobre.

Gráfico 19: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre fraco e a capital Recife, 1991-2000.

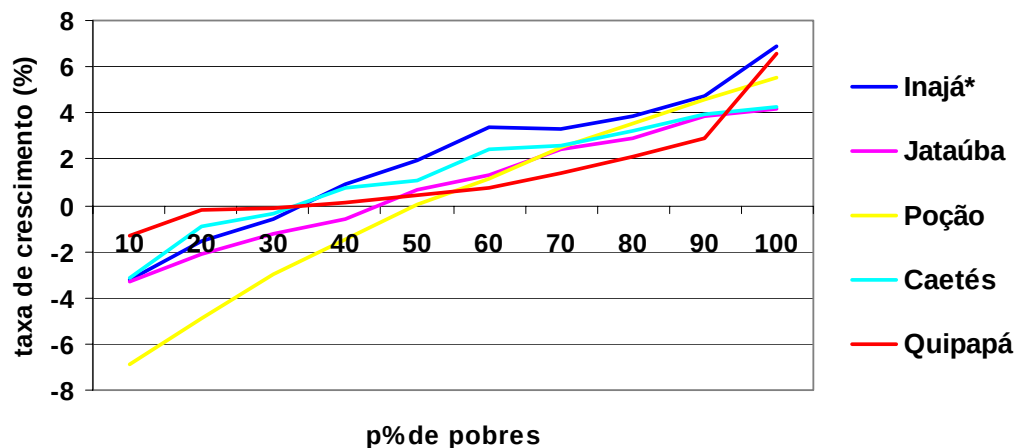


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

No outro extremo, 16 municípios apresentaram diminuição da renda *per capita* para algum *p%* de pobres. Desses, 10 estão concentrados em apenas 2 microrregiões: Vale do Ipojuca e Garanhuns. Em Vale do Ipojuca, Alagoinha, São Bento do Una e São Caitano para os 10% mais pobres, e Jataúba e Poção ambos para os 40% mais pobres. Na microrregião de Garanhuns, Paranatama e Saloá para os 10% mais pobres, Iatí e São João para os 20% mais pobres e Caetés para os 30% mais pobres. Além desses, mais 3 casos de redução da renda *per capita* para os 10% mais pobres, que foram Afrânio, de Petrolina e Águas Belas e Buíque, de Vale do Ipanema. Um caso para os 20% mais pobres em Lagoa dos Gatos, de Brejo Pernambucano, e por fim, mais 2 casos para os 30% mais pobres de

Inajá*, do Sertão de Moxotó e Quipapá, da Mata Setentrional Pernambucana. O Gráfico 20, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para alguns desses municípios³¹.

Gráfico 20: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento empobrecedor, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 6 do Anexo 1.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 6 do Anexo 1.

³¹ Veja-se mais detalhes sobre os resultados para esses municípios e para os demais do Estado na Tabela 6 do Anexo 2.

ALAGOAS

Conforme a Tabela 22, a seguir, pelo conceito estrito de crescimento pró-pobre, 20 municípios (20,6%) são considerados não pró-pobre, e nenhum município com crescimento pró-pobre. Ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, esse número mais que duplica, representando 53,6%, enquanto apenas 1 município passa a apresentar crescimento pró-pobre. Além desses, são mais 14 casos de municípios (14,4%) com crescimento empobrecedor.

Tabela 22: Qualidade do crescimento econômico de Alagoas (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	52	40	20
Inconclusivo	30	43	63
Pró-Pobre	1	-	-
Empobrecedor	14	14	14

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

As Figuras 27 e 28, em seguida, mostram a qualidade do crescimento da renda média dos municípios alagoanos, e do crescimento da renda até os 30% mais pobres, respectivamente. Proporcionalmente, os municípios não pró-pobre estão concentrados nas microrregiões de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca e São Miguel dos Campos.

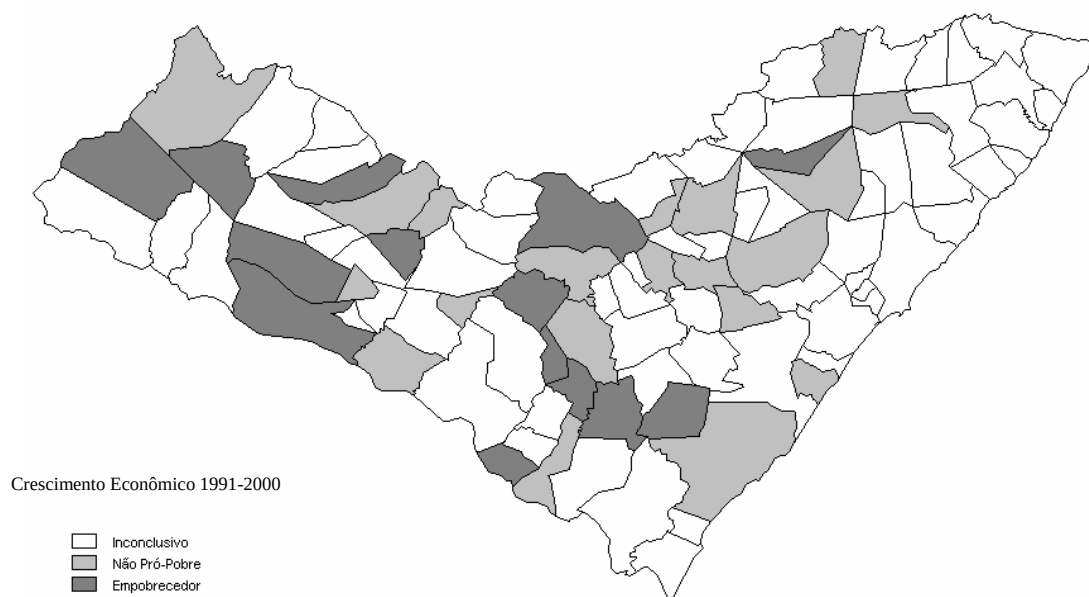


Figura 27: Qualidade do crescimento dos municípios de Alagoas, 1991-2000.

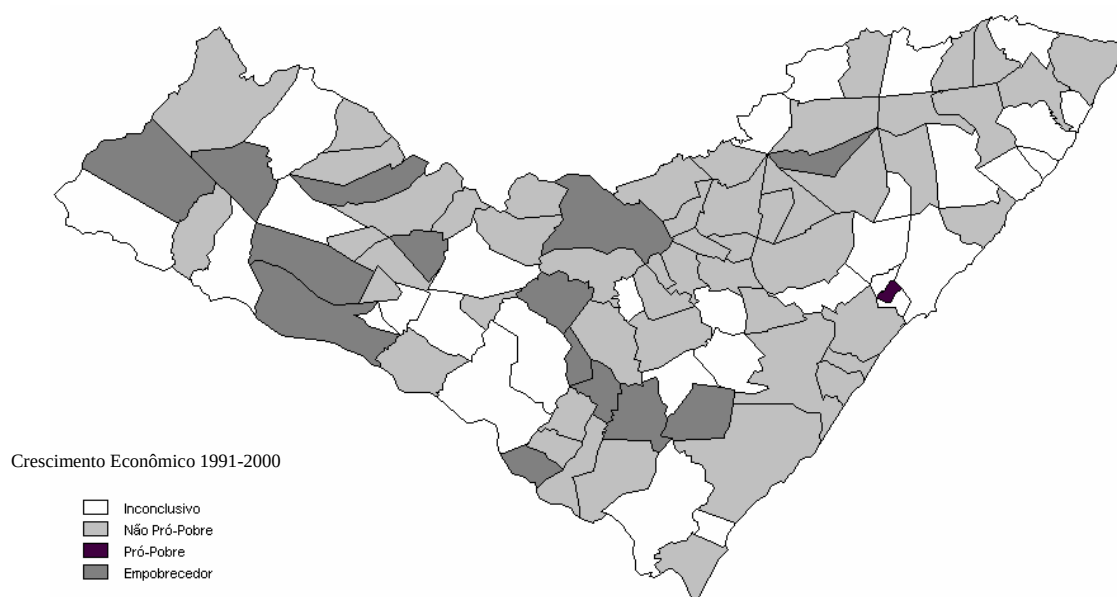
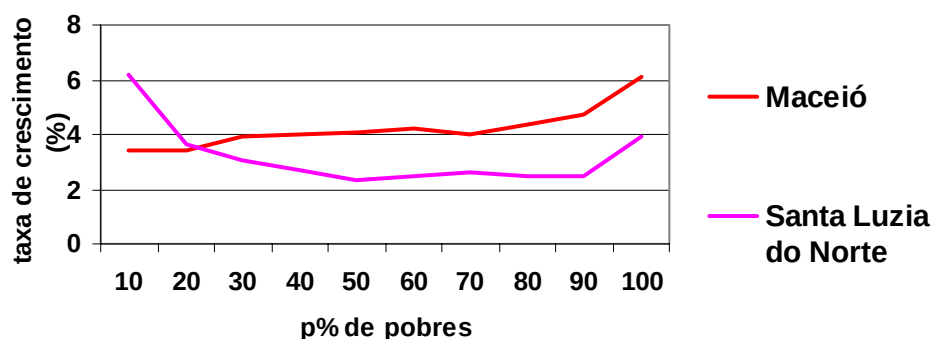


Figura 28: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios alagoanos, 1991-2000.

Vale destacar que o estado de Alagoas mostrou-se o pior do Nordeste em casos de municípios com crescimento pró-pobre. Apenas Santa Luzia do Norte da microrregião de Maceió mostrou-se pró-pobre até os 30% mais pobres. Não houve nenhum outro caso de município com esse diagnóstico nem até os 20% mais pobres, nem mesmo algum outro município com alguma tendência pró-pobre. Esses resultados são consistentes com Silveira Neto (2005), que identificou 12 microrregiões não pró-pobre no sentido estrito, e apenas a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco recebeu diagnóstico inconclusivo (são 13 no total). O Gráfico 21, a seguir, descreve as curvas de “crescimento-pobreza” para Santa Luzia do Norte, e a capital Maceió.

Gráfico 21: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios, 1991-2000.

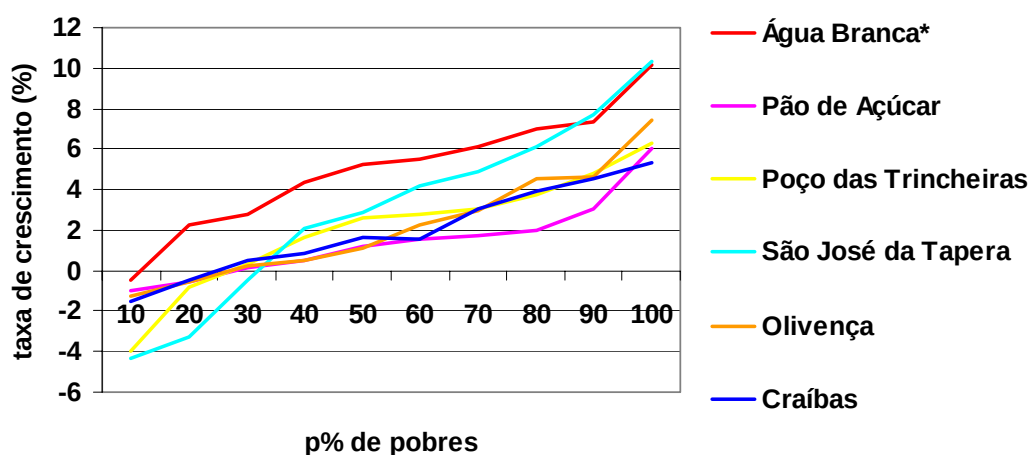


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Entretanto, são 14 o número de casos de municípios em que a renda *per capita* para algum *p%* de pobres diminuiu no período: 2 casos na microrregião Serrana do Sertão Alagoano: Água Branca e Inhapi, ambos para os 10% mais pobres; 3 casos na microrregião de Santana do Ipanema: Pão de Açúcar e Poço das Trincheiras ambos até os 20% mais pobres e São José da Tapera para até os 30% mais pobres; mais 4 casos na microrregião de Arapiraca: Feira Grande, Lagoa da Canoa e São Sebastião reduziram a renda *per capita* para os 10% mais pobres e Craíbas para os 20% mais pobres; mais 4 casos para os 10% mais pobres de Palmeira dos Índios (microrregião de Palmeira dos Índios), São Brás (de

Traipu), Branquinha (Mata Alagoana) e Teotônio Vilela (de São Miguel dos Campos); e por fim, mais 1 caso de redução de renda *per capita* para os 20% mais pobres de Olivença (microrregião de Batalha). As curvas de “crescimento-pobreza” para alguns desses municípios são mostradas no Gráfico 22³².

Gráfico 22: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios. Veja-se a lista na Tabela 7 do Anexo 1.

³² Para outros detalhes sobre os resultados desses municípios e para os demais do Estado, consulte-se a Tabela 7 do Anexo 2.

SERGIPE

Em Sergipe, conforme a Tabela 23, a seguir, foram identificados 26 municípios (35,1%) não pró-pobre e nenhum pró-pobre. Considerando-se apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, mais 32 municípios passam a apresentar esse diagnóstico, chegando a 78,4% enquanto apenas 1 passa a apresentar diagnóstico pró-pobre.

Tabela 23: Qualidade do crescimento econômico de Sergipe (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	48	34	20
Inconclusivo	15	29	44
Pró-Pobre	1	1	-
Empobrecedor	10	10	10

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

As Figuras 29 e 30, em seguida, apresentam a qualidade do crescimento da renda domiciliar *per capita* média e para até os 30% mais pobres, respectivamente, para os municípios sergipanos. É possível perceber, que os municípios não pró-pobre estão mais concentrados nas microrregiões Sergipana do Sertão do São Francisco, Estância, Boquim e Agreste de Itabaiana.

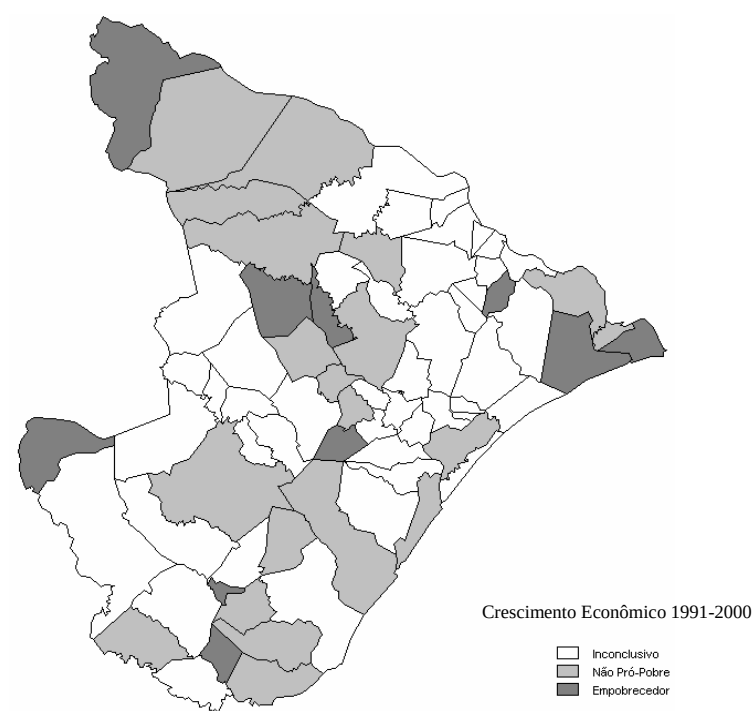


Figura 29: Qualidade do crescimento dos municípios de Sergipe, 1991-2000.

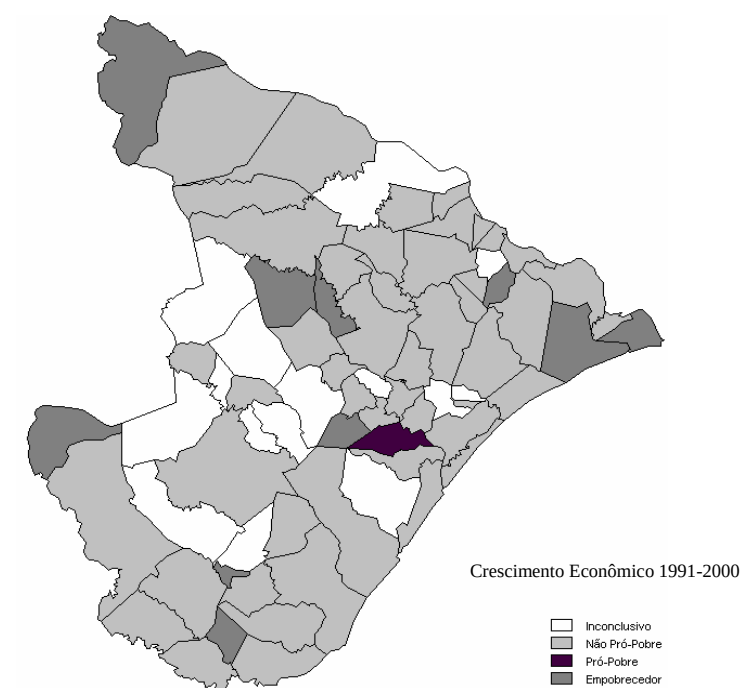
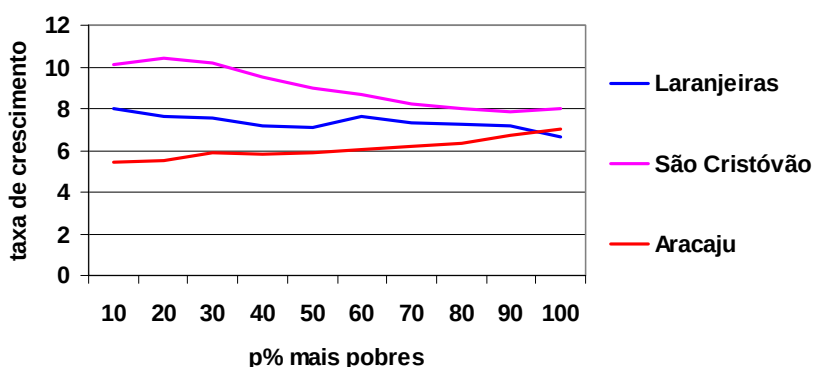


Figura 30: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios sergipanos, 1991-2000.

Como o estado de Alagoas, Sergipe encontra-se entre os piores do Nordeste em casos de municípios com crescimento pró-pobre. Apenas Laranjeiras, da microrregião de Baixo Cotinguiba, mostrou-se pró-pobre até os 50% mais pobres. O único outro caso a destacar é o de São Cristóvão, da microrregião de Aracaju, que não pode ser considerado pró-pobre para nenhum $p\%$ mais pobre, entretanto, apresentou alguma tendência pró-pobre. No outro extremo, Aracaju encontra-se como a única capital do Nordeste identificada como não pró-pobre no sentido estrito de Son (2004). O Gráfico 23, a seguir, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Gráfico 23: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre fraco e a capital Aracaju, 1991-2000.

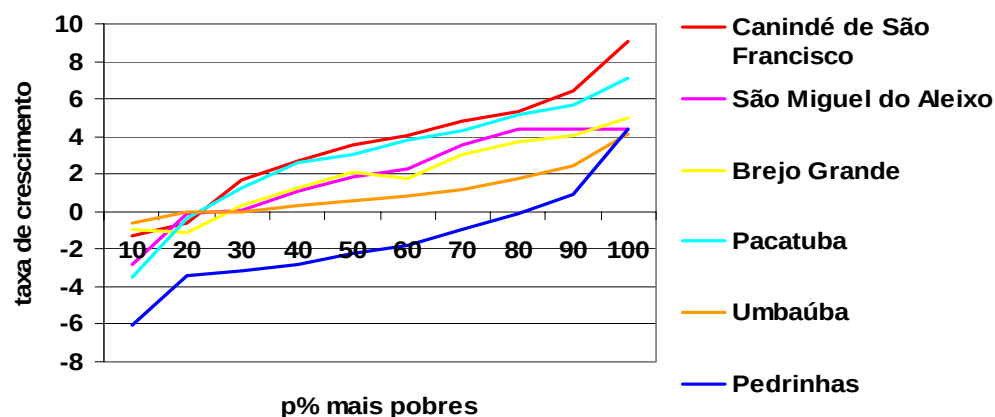


Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Sergipe apresentou ainda, 10 municípios com redução de renda *per capita* para algum $p\%$ de pobres: 4 para os 10% mais pobres, os quais, Nossa Senhora Aparecida, da microrregião de Carira, Poço Verde, de Tobias Barreto, São Francisco, de Japaratuba e Areia Branca, do Agreste de Itabaiana; mais 4 casos para os 20% mais pobres, Canindé do São Francisco, da microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, São Miguel do Aleixo, da microrregião de Nossa Senhora das Dores, Brejo Grande, de Propriá e Pacatuba, de Japaratuba; além desses, na microrregião de Boquim, Umbaúba teve redução de renda

per capita para os 30% mais pobres e Pedrinhas, para os 80% mais pobres. O Gráfico 24, a seguir, apresenta a curva de “crescimento-pobreza” para alguns desses municípios³³.

Gráfico 24: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios entre os piores em desempenho de crescimento do Estado, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

³³ Para outras informações sobre os resultados para esses municípios e os demais do Estado, veja-se a Tabela 8 do Anexo 2.

BAHIA

Na Bahia, são 64 municípios (15,4%) não pró-pobre, apenas 5 municípios (1,2%) pró-pobre e 24 empobrecedor (5,8%). Quando se considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, mais 202 municípios passam a apresentar diagnóstico não pró-pobre, totalizando agora 66,1% de municípios com esse diagnóstico, enquanto apenas mais 12 municípios saem da marca inconclusivo para pró-pobre, representando 4,09%, resultados descritos na Tabela 24, abaixo, e também visualizados nas Figuras 31 e 32 em seguida.

Tabela 24: Qualidade do crescimento econômico da Bahia (1991-2000).

Tipo de Crescimento			
	<i>p=1,...,30</i>	<i>p=1,...,50</i>	<i>p=1,...,100</i>
Não Pró-Pobre	266	201	64
Inconclusivo	108	184	322
Pró-Pobre	17	6	5
Empobrecedor	24	24	24

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos.

Os resultados para os municípios baianos não são diferentes dos resultados para os municípios dos outros estados do Nordeste, e sugerem, sobretudo, que o crescimento econômico nordestino impacta relativamente menos na renda dos mais pobres (até 30% mais pobres), o que denota por sua vez, a baixa capacidade do crescimento impactar na redução da pobreza na região, uma vez que o seu impacto sobre a renda dos mais pobres é pequeno.

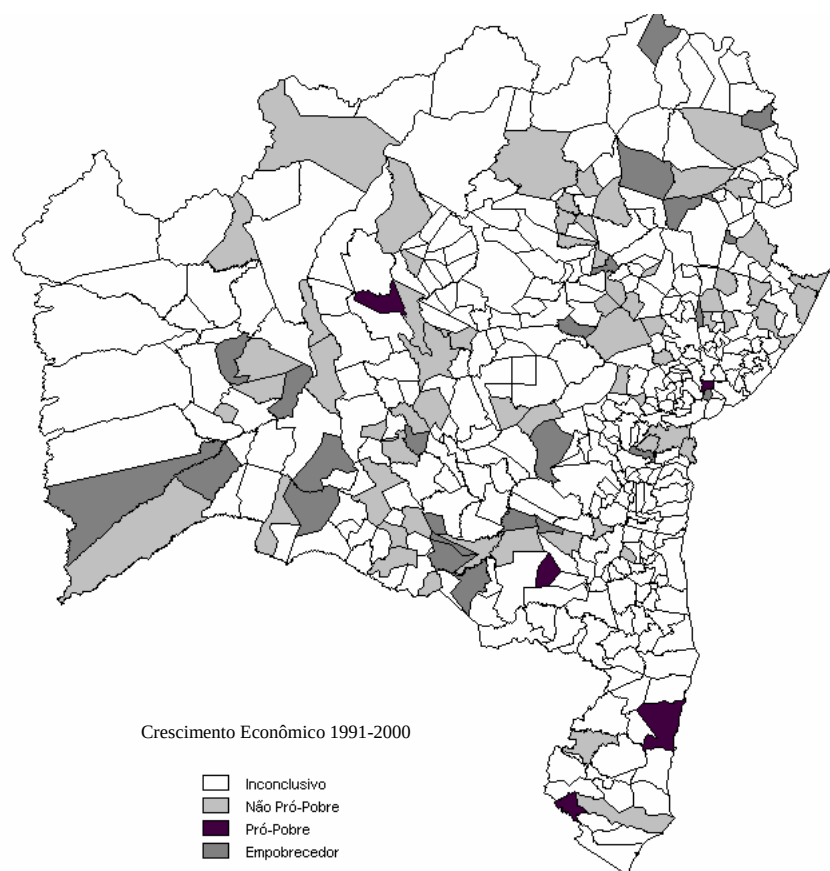


Figura 31: Qualidade do crescimento dos municípios da Bahia, 1991-2000.

As Figuras 31, acima, e 32 a seguir, mostram a qualidade do crescimento da renda domiciliar *per capita* média e do crescimento da renda até os 30% mais pobres, dos municípios baianos, respectivamente. É possível perceber que os municípios não pró-pobre estão mais concentrados, proporcionalmente, nas microrregiões de Brumado, Feira de Santana, Santa Maria da Vitória, Senhor do Bonfim e Guanambi.

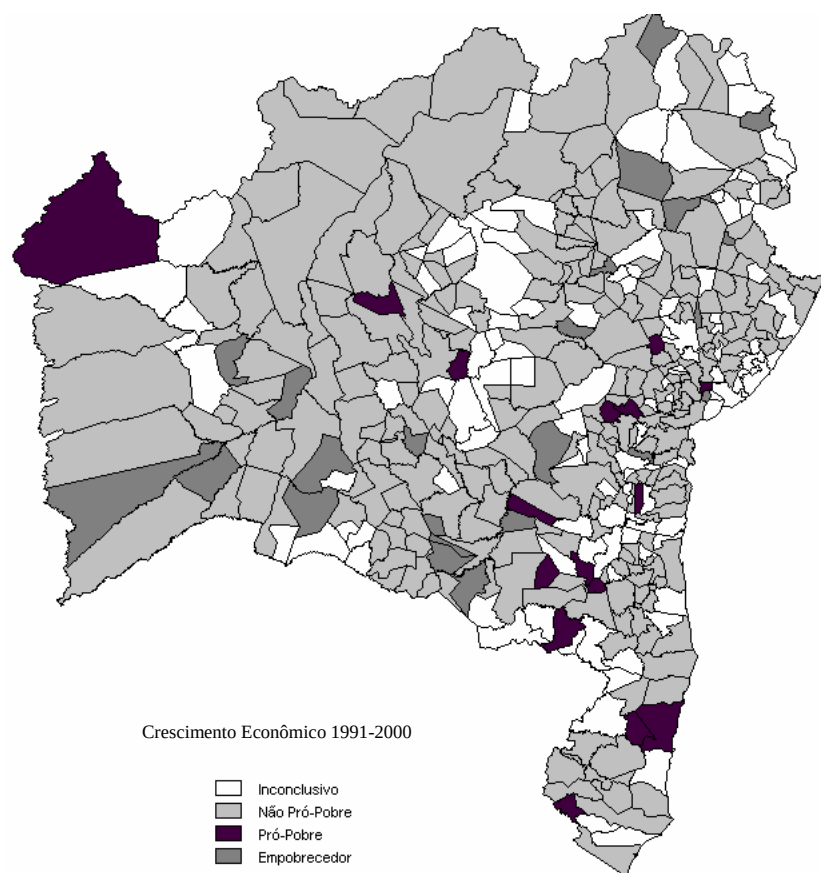
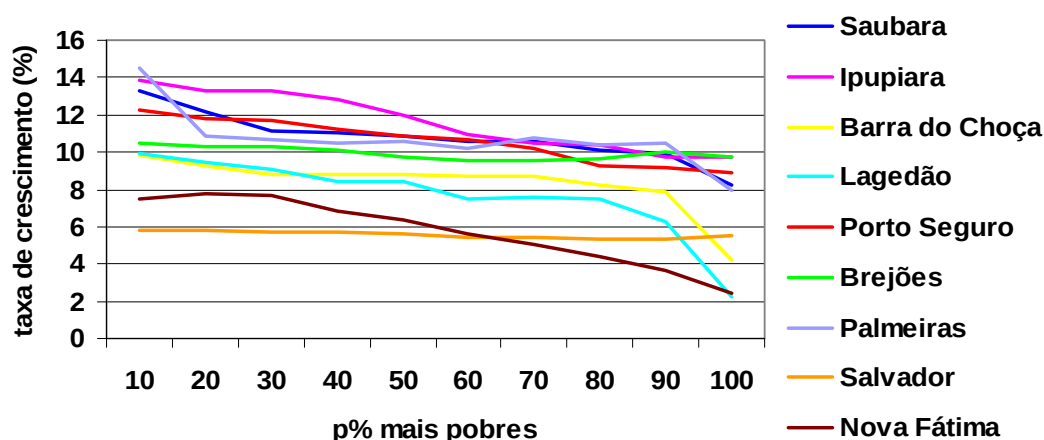


Figura 32: Qualidade do crescimento da renda até os 30% mais pobres dos municípios baianos, 1991-2000.

São 5 municípios no Estado que apresentam crescimento pró-pobre, nominalmente, Saubara, da microrregião de Serrinha, Ipupiara, da microrregião de Boquira, Barra do Choça, de Vitória da Conquista e Lagedão e Porto Seguro, da microrregião de Porto Seguro. Além desses, Brejões, de Jequié apresentou-se como pró-pobre até os 50% mais pobres e Palmeiras, da microrregião de Seabra, até os 40% mais pobres. Salvador não chegou a ser considerada pró-pobre porque houve problema com o 2º percentil, entretanto, apresentou uma tendência pró-pobre até os 50% mais pobres. Um caso interessante, foi o município de Nova Fátima, da microrregião de Serrinha, que mostrou-se “pró-pobre” a partir dos 20% mais pobres. O Gráfico 25, em seguida, apresenta as curvas de “crescimento-pobreza” para esses municípios.

Adicionalmente, mais 10 municípios apresentaram-se pró-pobre quando considerado apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres: Formosa do Rio Preto, da microrregião de Barreiras, Ipecaetá, da microrregião de Feira de Santana, Madre de Deus, da microrregião de Salvador, Amargosa, de Jequié, Mirante e Nova Canaã, da microrregião de Vitória da Conquista, Itororó e Macarani, de Itapetinga, Ubatã, de Ilhéus-Itabuna e por fim, Itabela, da microrregião de Porto Seguro.

Gráfico 25: Crescimento da renda domiciliar *per capita* média por percentis de pobres – municípios com crescimento pró-pobre, 1991-2000.



Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

É importante ressaltar, ainda, a existência de mais 8 municípios com crescimento pró-pobre até os 20% mais pobres: Sobradinho, da microrregião de Juazeiro, Ourulândia, de Jacobina, Mata de São João, da microrregião de Catu, Dom Macedo Costa, de Serrinha, Andaraí e Mucugê, da microrregião de Seabra, Planaltino, de Jequié e Itapitinga, de Ilhéus-Itabuna.

No outro extremo, o Estado apresentou 24 casos de municípios (5,8%) em que a renda domiciliar *per capita* diminuiu, no período de 1991-2000, para algum *p%* mais pobre: 17 casos para os 10% mais pobres, 3 casos para os 20% mais pobres e 4 casos para os 30% mais pobres. Das 32 microrregiões existentes no Estado, 17 apresentaram ao menos

algum município com este problema. A Tabela 25, a seguir, apresenta a lista dos municípios e suas respectivas microrregiões em que pelo menos algum $p\%$ mais pobre, tornou-se mais pobre no período³⁴.

Tabela 25: Municípios baianos e respectivas microrregiões com redução na renda para algum $p\%$ mais pobre entre 1991-2000.

Microrregião	Município	Redução na renda dos [p%] mais pobres
Cotegipe	Tabocas do Brejo Velho	10%
	Santa Maria da Vitória	20%
Paulo Afonso	Coribe	30%
	Abaré	30%
Bom Jesus da Lapa	Sítio do Mato	10%
Jacobina	São José do Jacuípe	10%
Itaberaba	Macajuba	10%
Feira de Santana	Santanópolis	10%
Jeremoabo	Santa Brígida	10%
Euclides da Cunha	Monte Santo	10%
	Quijique	20%
Ribeira do Pombal	Cipó	10%
Serrinha	Salinas da Margarida	10%
Jequié	Maracás	10%
Livramento do Brumado	Érico Cardoso	10%
Guanambi	Palmas de Monte Alto	10%
	Riacho de Santana	10%
Brumado	Maetinga	10%
	Malhada de Pedras	20%
	Presidente Jânio Quadros	10%
	Tremedal	10%
Vitória da Conquista	Bom Jesus da Serra	30%
	Caetanos	10%
Ilhéus-Itabuna	Teolândia	30%

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

³⁴ Para outras informações sobre esses municípios e os demais do Estado, veja-se a Tabela 9 do Anexo 2.

6 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTARAM CRESCIMENTO PRÓ-POBRE OU REDUZIRAM DESIGUALDADE

Esta parte do trabalho tem como objetivo construir o perfil dos municípios que reduziram a desigualdade através do crescimento econômico, entre 1991 e 2000. Isso será feito de três maneiras. A primeira, através do modelo logit, identificar as variáveis que mostraram maior associação com os municípios que reduziram a desigualdade, e não, necessariamente, achar relações de causalidade que permitem explicar quando o crescimento reduz desigualdade, ou quando o município apresenta crescimento pró-pobre, ou ainda, determinar a natureza pró-pobre do crescimento. Assim, a regressão estimada permitirá determinar aquelas variáveis que, depois de controlados os efeitos das outras, se correlacionam mais com o crescimento redutor de desigualdade. A segunda, fazendo uma análise descritiva dos municípios que reduziram desigualdade, em relação a variáveis que descrevem as diferenças entre geografia, estrutura produtiva, escolaridade, renda, desigualdade, pobreza, infra-estrutura e políticas públicas. A terceira e última parte deste capítulo, segue, em parte, a sugestão de Birdsall e Londoño (1997), e procura identificar as variáveis mais correlacionadas ao crescimento da renda dos mais pobres.

6.1 Regressão Logit

Considere-se, neste sentido, P_i como a probabilidade do município i reduzir a desigualdade através do crescimento econômico:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-\sum \beta_{it} X_i}}, \quad (9)$$

que é a função de distribuição logística. Assim, a probabilidade do município apresentar crescimento redutor de desigualdade toma valores zero ou um. Considere-se também, X_i como vetor das características dos municípios, como geografia, renda, infra-estrutura,

educação e políticas públicas. Como P é a probabilidade do crescimento reduzir desigualdade, assumindo-se a mesma distribuição, $(1-P)$ é a probabilidade de ele não reduzir, de modo que a razão das probabilidades é dada por:

$$\frac{P_i}{1-P_i} = \frac{1 + e^{\sum \beta X}}{1 + e^{-\sum \beta X}} = e^{\sum \beta X} \quad , \quad (10)$$

Tomando-se o logaritmo natural de (10), e para fins de estimação, considerando-se um componente aleatório de perturbação (ε_i), obtemos:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \sum \beta_i X_i + \varepsilon_i \quad , \quad (11)$$

que é o modelo logit propriamente dito. É possível mostrar que embora L seja linear em X , as probabilidades propriamente ditas não são. Assim, o efeito marginal de uma variável sobre a probabilidade, depende do nível das outras variáveis. Considere-se, então, o efeito marginal ou elasticidade dado por:

$$\frac{dP}{dX} = \beta_i P(1-P) \quad , \quad (12)$$

que mostra que a taxa de variação na probabilidade relativa a X envolve não somente β_i , mas também o nível de probabilidade a partir do qual é medida a variação. Note-se que o efeito da variação de uma unidade em X_i sobre P é máximo quando $P = 0,5$ e mínimo quando P é próximo de 0 ou 1. Há duas formas de interpretar os resultados ou o nível a partir do qual se calcula o efeito marginal. A primeira consiste em fazer estimações para “municípios típicos”, colocando-se os valores que caracterizam os tais municípios e avaliando-se o efeito marginal de cada variável a partir desse nível. A segunda, avalia a função nos valores médios das variáveis explicativas e mede o efeito marginal na probabilidade a partir dos tais valores.

Formalmente, é possível testar os fatores que mostram maior associação com o crescimento redutor de desigualdade de acordo com:

$$\ln\left(\frac{P}{1-P}\right) = \beta_0 + geog\beta_1 + edu\beta_2 + rda\beta_3 + inf\beta_4 + pol\beta_5 + local\beta_6 + prod\beta_7 + \varepsilon, \quad (13)$$

onde, a variável dependente é uma dummy que apresenta valor igual a 1 caso o município tenha reduzido sua desigualdade através do crescimento econômico, e 0 caso contrário. Em **geog** estão incluídas as variáveis que tentam apreender os efeitos das características geográficas dos municípios, como *sema* (dummy que assume valor 1 caso o município se localize no semi-árido nordestino e 0 caso contrário), *rm* (dummy que assume valor 1 caso o município pertença à região metropolitana, e 0 caso contrário), e *cap* (dummy que assume valor 1 caso o município seja uma capital, e 0 caso contrário).

Em **edu** estão incluídas as variáveis que apreendem os efeitos da educação dos municípios, como *mest* (média de estudo das pessoas de 25 anos ou mais), e *analf* (taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais); em **rda** estão incluídas as variáveis que apreendem os efeitos de renda e desigualdade dos municípios como *rpc* (renda domiciliar *per capita*), *tranf* (percentual de renda proveniente de transferências governamentais), *idhr* (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda) e *gini* (índice de Gini).

Já em **inf** estão definidas as variáveis que captam os efeitos de acesso a infraestrutura dos municípios como *energia* (percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica), *lixo* (percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo), *densmor* (percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório) e *poprur* (participação da população rural) e *densdemog* (que representa a densidade demográfica do município); em **pol** estão definidas as variáveis que captam efeitos de políticas públicas como *idoso* (percentual de pessoas com mais de 65 anos) e *ctrab* (percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham); em **prod** estão as variáveis que tentam captar os efeitos de estrutura produtiva como *agro* (percentual de pessoas de 10 anos ou mais ocupados na agropecuária) e *ind* (percentual de pessoas de 10 anos ou mais ocupados na indústria).

Por fim, em **local** estão definidas as variáveis de localização, 8 dummies para os Estados (ma, pi, ce, pb, pe, al, se, ba) e o estado do Rio Grande do Norte como variável de comparação. Todas as variáveis foram extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, exceto as de estrutura produtiva que são do Censo Demográfico, e se referem ao ano de 1991.

É importante ressaltar que para a definição da variável dependente (municípios com crescimento redutor de desigualdade), utilizou-se o conceito menos estrito, no qual se considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres. De modo que, sob este conceito, 897 municípios receberam diagnóstico não pró-pobre (assumindo valor 0 na variável dependente), mais 159 municípios assumiram diagnóstico empobrecedor (assumindo também 0 na variável dependente) e 69 municípios foram identificados com crescimento pró-pobre (sendo atribuindo 1 na variável dependente). Entretanto, ainda restam 333 municípios³⁵ diagnosticados com crescimento do tipo inconclusivo. Para resolver este problema e identificar, para cada um desses municípios, o melhor atributo (seja 1 para crescimento redutor de desigualdade ou 0 caso contrário), calculou-se o índice de Gini para esses 333 municípios entre os anos de 1991 e 2000, na tentativa de identificar municípios com um tipo de crescimento não diagnosticado como pró-pobre, mas redutor de desigualdade. Dos 333 casos inconclusivos, apenas 46 reduziram o índice de Gini nesse período, os quais, 1 caso no Maranhão, 2 no Piauí, 3 no Ceará, 6 no Rio Grande do Norte, 7 na Paraíba, 4 em Pernambuco, 2 em Sergipe e 21 na Bahia, assumindo agora valor 1 na variável dependente, e os demais casos inconclusivo que apresentaram aumento do Gini (287 municípios), receberam 0 na variável dependente. Assim, na variável dependente, 1.343 municípios receberam valor 0 (identificados como municípios com crescimento não pró-pobre ou com crescimento que aumentou a desigualdade) e 115 municípios com valor 1 (municípios com crescimento pró-pobre ou com crescimento que reduziu desigualdade), e o objetivo desta parte do trabalho é traçar o perfil desses municípios.

A Tabela 26, a seguir, apresenta os resultados da estimação Logit realizada para captar os fatores mais correlacionados com o crescimento redutor da desigualdade dos municípios nordestinos, utilizando-se do estado do Rio Grande do Norte como variável de

³⁵ Dos quais 15 estão no Maranhão, 19 no Piauí, 27 no Ceará, 49 no Rio Grande do Norte, 38 na Paraíba, 32 em Pernambuco, 30 em Alagoas, 15 em Sergipe e 108 na Bahia. Veja-se a lista nas tabelas do Anexo 2.

comparação. A coluna (1) apresenta as estimações Logit utilizando-se como variáveis independentes apenas as dummies dos estados. Exceto por PE, todos os estados mostraram-se significantes e com sinal negativo, ou seja, a probabilidade do crescimento reduzir desigualdade é maior no Rio Grande do Norte que nos demais estados. Além disso, BA também se mostrou negativo, mas não significativo. A coluna (2) apresenta as estimações Logit, sendo que agora incluindo a variável de localização no semi-árido. Mais uma vez, PE mostrou-se não significativo e sem o sinal esperado. Já a variável *sema*, apesar de não significativa, mostrou-se positiva, indicando que a probabilidade de um município reduzir a desigualdade deve ser maior se este estiver localizado no semi-árido.

A coluna (3) apresenta os mesmos resultados só que desta vez utilizando-se dos controles de estrutura produtiva. Ambas as variáveis mostraram-se negativas, indicando que a probabilidade do crescimento reduzir desigualdade é menor em municípios com maior número de empregados na indústria e na agropecuária, entretanto *agropecuária* mostrou-se não significativa. Na coluna (4) são mostrados os resultados utilizando-se de um controle de educação. Média de estudo mostrou-se negativa e significativa, indicando que a probabilidade do município reduzir desigualdade é menor em municípios com maior média de estudo. Além disso, PE continua sem o sinal esperado e não significativo, só que agora BA passa a mostrar-se significativa.

A coluna (5) apresenta os resultados utilizando-se os controles de renda, desigualdade e pobreza. Apenas as variáveis de renda *per capita* e IDH-R mostraram-se significantes, BA continua significativa, e PE passa a apresentar-se negativa, mas não significativa. Assim, a probabilidade do município reduzir desigualdade é maior em municípios com maior IDH-Renda e com renda *per capita* mais elevada. As colunas (6) e (7) apresentam os resultados dos controles de infra-estrutura e políticas públicas e a variável BA passa a oscilar entre significativa e não significativa, e PE entre apresentar-se com sinal esperado e não esperado.

Por problemas de correlação, os sinais esperados das variáveis se alternaram muito nas estimações além de não se mostrarem significantes. Neste sentido, na subseção a seguir, utilizando-se dessas mesmas variáveis, será feita uma análise descritiva dos dados na tentativa de identificar as variáveis mais correlacionadas com o crescimento redutor de desigualdade.

Tabela 26: Variáveis correlacionadas com o crescimento redutor de desigualdade – Modelo

Logit, municípios do Nordeste.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
const	-2,10173 (0,40008)	-2,37224 (0,50469)	-1,61523 (0,51983)	0,99938 (2,47143)	-21,83430 (13,64942)	0,45697 (1,70547)	-1,69109 (0,40269)	-1,41809 (4,20294)	-18,68972 (10,49677)
sema		0,41590 (0,49664)						0,53686 (0,52163)	0,71336 (0,42489)
agro			-0,00077 (0,00135)						-0,00042 (0,00091)
ind			-0,00008 (0,00004)					-0,00054 (0,00022)	-0,00058 (0,00019)
mest				-0,39576 (0,33034)				0,20117 (0,29756)	0,38425 (0,49250)
rpc					0,03857 (0,00998)			0,02578 (0,02314)	0,01747 (0,02232)
transf					-0,09764 (0,53167)			-0,07128 (0,05506)	-0,08289 (0,04912)
IDH-R					34,57378 (18,80680)			3,19585 (1,10497)	10,08910 (17,16288)
Gini					-3,79190 (10,04126)				-1,12983 (8,45779)
pobres					-0,03283 (0,15781)				-0,37849 (0,11853)
luz						-0,01199 (0,12287)			0,00551 (0,01548)
densdemog						-0,03931 (0,24266)			0,01599 (0,01179)
idosos							-0,00004 (0,00002)	0,00003 (0,00008)	0,00007 (0,00060)
MA	-1,02664 (0,68865)	-0,75612 (0,75425)	-0,74161 (0,73980)	-1,13697 (0,68113)	-1,79774 (0,68859)	-0,71165 (0,85160)	-1,09654 (0,63202)	-0,22558 (0,81558)	0,30891 (0,75082)
PI	-1,17026 (0,66974)	-1,04074 (0,60610)	-0,93136 (0,67447)	-1,22195 (0,59023)	-1,76217 (0,57080)	-1,35666 (0,77196)	-1,17208 (0,54508)	-0,93951 (0,66227)	-0,57012 (0,64864)
CE	-1,63432 (0,66974)	-1,62577 (0,62065)	-1,28820 (0,65148)	-1,75761 (0,64121)	-1,72451 (0,63350)	-1,62493 (0,77869)	-1,40234 (0,58764)	-1,32883 (0,63997)	-0,92846 (0,67926)
PB	-1,48839 (0,57560)	-1,47856 (0,54126)	-1,48607 (0,50887)	-1,46693 (0,54315)	-1,60693 (0,51148)	-1,54574 (0,64379)	-1,46063 (0,51798)	-1,81460 (0,68614)	-1,75958 (0,70675)
PE	0,05177 (0,70017)	0,13323 (0,62437)	0,30294 (0,73034)	0,03250 (0,65909)	-0,38861 (0,50842)	-0,07260 (0,69169)	0,21595 (0,68314)	-0,12318 (0,50187)	0,00094 (0,53318)
AL	-3,95262 (1,11245)	-3,82473 (1,10364)	-3,80681 (1,09965)	-3,88140 (1,10383)	-4,21425 (1,10910)	-3,82532 (1,14761)	-3,94516 (1,07323)	-3,82983 (1,11772)	-3,71764 (1,14991)
SE	-1,54614 (0,82447)	-1,38775 (0,82117)	-1,55486 (0,75594)	-1,60781 (0,79464)	-1,83677 (0,81607)	-1,61235 (0,89252)	-1,63288 (0,76044)	-1,81233 (1,08387)	-1,49241 (0,94446)
BA	-0,50022 (0,54070)	-0,45764 (0,50649)	-0,22932 (0,41536)	-0,71905 (0,56606)	-1,21451 (0,49834)	-0,60171 (0,65705)	-0,45603 (0,45409)	-0,77235 (0,61434)	-0,32632 (0,65310)
R2	0,05490	0,05960	0,09710	0,05890	0,16230	0,06680	0,08890	0,23240	0,24400

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

6.2 Análise Descritiva

A Tabela 27, a seguir, apresenta os resultados sobre a análise bivariada que tem os municípios que reduziram desigualdade como principal variável de análise. Ela mostra que os municípios que reduziram desigualdade têm o seguinte perfil: localizam-se em maior número no semi-árido; têm menos pessoas ocupadas tanto no setor de agropecuária como na indústria; têm maiores médias de estudo e menos pessoas analfabetas; são municípios com mais alta renda *per capita*; recebem menos transferências governamentais; têm IDH-Renda mais alto; têm mais altos índices de Gini e Theil; têm maior percentual de pessoas indigentes, mas menores percentuais de pessoas pobres; têm mais domicílios com acesso a energia elétrica e coleta de lixo; têm maior densidade demográfica; têm maior percentual de população rural; têm menos idosos; e têm menos crianças trabalhando.

Tabela 27: Análise descritiva – municípios que reduziram desigualdade.

Variável	Grupo	Municípios com Crescimento Redutor de Desigualdade (%)	Municípios com Crescimento Aumentando Desigualdade (%)
Geografia	Estão no Semi-Árido	70,00	60,00
Atividade Produtiva			
Ocupados Agropecuária	até 25%	71,55	62,31
	Acima 25%	28,45	37,69
Ocupados Indústria	Até 5%	19,83	13,78
	De 6% até 10%	53,45	52,84
	Acima 10%	26,72	33,38
Escolaridade			
Média Estudo	Menos de 1 ano	1,72	2,44
	De 1 a 2 anos	40,52	58,65
	De 2 a 3 anos	45,69	28,72
	De 3 a 4 anos	8,62	7,32
	Mais de 4 anos	3,40	2,87
Analfabetismo	Até 40%	12,07	7,90
	De 40% a 60%	67,24	59,01
	Mais de 60%	20,69	33,09

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 27: Análise descritiva – municípios que reduziram desigualdade
(Continuação).

Variável	Grupo	Municípios com Crescimento Redutor de Desigualdade (%)	Municípios com Crescimento Aumentando Desigualdade (%)
Renda/Desigualdade/Pobreza			
Renda <i>per Capita</i> 1991	Até R\$ 50,00	12,93	26,49
	De R\$ 50,01 até R\$ 100,00	75,00	66,69
	Acima de R\$ 100,00	12,07	6,87
Transferências Governamentais	Menos de 10%	31,90	22,25
	De 10% até 20%	66,38	75,81
	Acima de 20%	1,72	1,94
IDH-Renda	Até 0,5	72,41	82,63
	Acima 0,5	27,59	17,37
Índice de Gini	Até 0,5	12,93	41,92
	Acima 0,5	87,07	58,08
Índice de Theil	Até 0,5	39,66	67,34
	Acima 0,5	60,34	32,66
% de Pessoas Indigentes	Até 40%	18,10	22,04
	Acima 40%	81,90	77,96
% de Pessoas Pobres	Até 60%	64,66	33,52
	Acima 60%	35,34	66,48
Infra-estrutura			
Energia Elétrica	Até 30%	5,17	11,13
	Acima 30%	94,83	88,87
Coleta de Lixo	Até 20%	20,69	28,21
	Acima 20%	79,31	71,79
Densidade Demográfica	Até 10	82,76	87,58
	Acima 10	17,24	12,42
% de População Rural	Até 50%	97,41	99,35
	Acima de 50%	2,59	0,65
Políticas Públicas			
% de Idosos	Até 5% População	36,21	31,95
	Mais de 5% da População	63,79	68,05
% de Crianças que Trabalham	Até 10%	50,86	47,38
	Acima 10%	49,14	52,62

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

6.3 Natureza Pró-Pobre do Crescimento Econômico

A última parte do trabalho de tentativa de construção do perfil dos municípios que reduziram a desigualdade através do crescimento econômico, entre 1991 e 2000 seguirá, em parte, a sugestão de Birdsall e Londoño (1997). A idéia é investigar em que medida as diferenças municipais em geografia, educação, infra-estrutura, renda, pobreza, estrutura produtiva, etc, afetam o crescimento da renda, particularmente da renda dos mais pobres. Mais uma vez, dada a simplicidade, tal relação está muito longe de explicar os canais pelos quais o crescimento econômico afeta as condições de pobreza ou desigualdade.

Assim, para obter evidências a esse respeito, ao contrário de Birdsall e Londoño (1997) e Silveira Neto (2005), foram estimadas regressões que consideram diretamente os diferenciais de taxas de crescimento observados entre os mais pobres (G_{yp}) e toda a economia (G_y), ou seja:

$$G_{yp_{it}} - G_{y_{it}} = \alpha + \beta' Z_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad , \quad (14)$$

onde, Z corresponde a variáveis que poderiam estar correlacionadas com o crescimento da renda média dos mais pobres e da economia como um todo. Assim, na medida em que os diferenciais municipais em geografia, educação, estrutura produtiva, níveis de renda, desigualdade, pobreza, infra-estrutura e políticas públicas poderiam fazer com que os mais pobres usufríssem dos benefícios do crescimento econômico em alguns municípios, e não usufríssem em outros.

Neste sentido, a Tabela 27, a seguir, apresenta os resultados das regressões feitas para identificação das variáveis mais correlacionadas ao crescimento da renda dos mais pobres a partir da equação (14) acima. Com relação aos diferenciais de educação, as variáveis média de estudo e taxa de analfabetismo mostraram-se todas significantes a 1%, sendo média de estudo positiva e analfabetismo negativa, de modo que, municípios com maior média de estudo e menor analfabetismo tendem a aumentar o crescimento da renda domiciliar *per capita* média dos mais pobres em relação àquele da renda domiciliar *per capita* média da economia.

Com relação às variáveis de estrutura produtiva, as variáveis de pessoas ocupadas na agropecuária e indústria mostraram-se todas significativas a 1%, entretanto *agro* mostrou-se negativa e *ind* mostrou-se positiva indicando que os pobres se beneficiam mais com o crescimento econômico em municípios em que há mais ocupados na indústria que na agropecuária.

A variável de renda *per capita* mostrou-se negativa e significativa a 1% em todas as estimações indicando que em municípios com renda *per capita* mais alta, os pobres se beneficiam menos do crescimento econômico. Já a variável *IDH-R* mostrou-se positiva e significativa a 1%. As variáveis que apreendem os efeitos de desigualdade nos municípios mostraram-se significantes a 1% mas com sinais contraditórios. A variável *Gini* mostrou-se negativa (como esperado) e a variável *Theil* mostrou-se positiva. As variáveis de *pobreza* e *indigência* mostraram-se positivas, mas só foram significantes para o *G50p-G*.

Por fim, as variáveis *energia* (positivamente), *idoso* e *ctrab* (negativamente) mostraram-se ambas significantes a 1%, indicando que em municípios com maior número de domicílios com acesso a energia elétrica, menor percentual de pessoas idosas e menor percentual de crianças trabalhando, os pobres se beneficiam mais com o crescimento econômico.

Tabela 28: Variáveis correlacionadas com o crescimento redutor de desigualdade. Variável dependente é crescimento da renda domiciliar *per capita* média dos *p%* mais pobres menos o crescimento da renda domiciliar *per capita* média da economia – municípios nordestinos, 1991-2000.

	G10p-G	G20p-G	G30p-G	G40p-G	G50p-G
Cte	-33,6484 (7,2219)	-30,0632 (6,5271)	-28,5877 (6,3903)	-27,5109 (6,0870)	-26,6956 (5,7804)
mest	1,0086 (0,0002)	0,7492 (0,1863)	0,7021 (0,1675)	0,6419 (0,1549)	0,5824 (0,1487)
Analf	-0,0523 (0,0191)	-0,0549 (0,0152)	-0,0435 (0,0138)	-0,0467 (0,0125)	-0,0408 (0,0122)
Agro	-0,0017 (0,0004)	-0,0017 (0,0003)	-0,0016 (0,0003)	-0,0015 (0,0002)	-0,0016 (0,0002)
Ind	0,0004 (0,0002)	0,0003 (0,0001)	0,0002 (0,0001)	0,0002 (0,0001)	0,0002 (0,0001)
Rpc	-0,0626 (0,0161)	-0,0545 (0,0146)	-0,0481 (0,0142)	-0,0458 (0,0135)	-0,0400 (0,0126)
Idhr	63,6335 (13,1958)	52,8902 (12,0387)	48,3629 (11,8121)	44,8943 (11,2461)	41,7008 (10,7000)
Gini	-26,4682 (9,1665)	-14,5659 (7,7823)	-12,2600 (6,8531)	-8,2540 (6,6306)	-5,8848 (6,5640)
Theil	19,1424 (3,8718)	14,3359 (3,2666)	13,2390 (2,8380)	11,7678 (2,7446)	10,3243 (2,6888)
Indig	0,3079 (0,4585)	0,2544 (0,3798)	0,1974 (0,3414)	0,1403 (0,2318)	0,0937 (0,0298)
Pobreza	-0,0459 (0,0796)	-0,0387 (0,0686)	0,0087 (0,6557)	0,0433 (0,0609)	0,0830 (0,0589)
Energia	0,0269 (0,0080)	0,0230 (0,0065)	0,1761 (0,0058)	0,0122 (0,0054)	0,0062 (0,0052)
Idoso	-0,0002 (0,0001)	-0,0001 (0,0000)	-0,0001 (0,0000)	-0,0001 (0,0000)	-0,0001 (0,0000)
Ctrab	-0,0336 (0,0179)	-0,0284 (0,0144)	-0,0233 (0,0125)	-0,0162 (0,0111)	-0,0035 (0,0129)
R2	0,3121	0,3508	0,3533	0,3570	0,3256
F	54,98	66,76	66,08	73,83	62,79
n.obs.	1.458	1.458	1.458	1.458	1.458

Fonte: Cálculos da autora através das informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou neste trabalho foi fornecer evidências a respeito da qualidade do crescimento econômico nordestino, no sentido do seu impacto relativo sobre a pobreza e sobre renda dos mais pobres, sobretudo respondendo a seguinte questão: “quem se beneficia com o crescimento econômico dos municípios do Nordeste?”.

Neste sentido, mostrou-se inicialmente que apesar das relativamente altas taxas de crescimento dos estados do Nordeste, todos apresentam mais de 50% de sua população em estado de pobreza. Além disso, dos 1.787 municípios nordestinos, apenas 5 apresentam menos de 30% de pobres³⁶. Ademais, os municípios com menor proporção de pobres localizam-se nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Paraíba, e, por outro lado, os estados que concentram os municípios com as maiores proporções de pobres são Maranhão, Alagoas e no Piauí.

Mostrou-se também a partir da sugestão de Ravallion (1997) e Ravallion e Datt (1999), que a capacidade do crescimento reduzir a pobreza nos municípios nordestinos é muito pequena, quando comparadas com os resultados de Tochetto et al. (2004) e Silveira Neto (2005), além disso, o crescimento parece reduzir mais a pobreza no Rio Grande do Norte que nos demais estados nordestinos, e parece reduzir menos em Pernambuco e Alagoas que nos demais estados.

A seguir, utilizando-se da metodologia de Son (2004), que considera o crescimento pró-pobre se o crescimento da renda média de todos os p% mais pobres for maior que o crescimento da renda média do universo de todos os indivíduos, foram identificados apenas 21 municípios nordestinos com crescimento pró-pobre no período de 1991-2000, dos quais 4 localizam-se no Piauí, 2 no Ceará, 9 no Rio Grande do Norte, 1 em Pernambuco e 5 na Bahia. Por outro lado, 247 municípios foram diagnosticados como não pró-pobre e 1.031 inconclusivos. Além disso, foram identificados 159 casos de municípios com crescimento empobrecedor, em que há redução de renda *per capita* para algum p% mais pobre ($p=1,...,99$). Destes, 34 casos localizam-se no Maranhão, 7 no Piauí, 43 no Ceará, 3 no

³⁶ Leia-se indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, ou ½ salário mínimo de 2000.

Rio Grande do Norte, 8 na Paraíba, 16 em Pernambuco, 14 em Alagoas, 10 em Sergipe e 24 na Bahia.

Adicionalmente, investigou-se se esses resultados de crescimento tão desfavoráveis para os municípios nordestinos não foram decorrentes de uma definição de pró-pobre muito estrita. Neste sentido, utilizando-se de uma noção menos estrita, a que considera o crescimento pró-pobre se o crescimento da renda até os 30% mais pobres for maior que o crescimento da renda média de toda a população, verificou-se que apenas 48 municípios, antes entre os 1.031 casos de diagnóstico inconclusivo passaram a ser considerados como apresentando crescimento pró-pobre, e, no entanto, 650 municípios diagnosticados inconclusivo pelo conceito estrito, passariam a apresentar crescimento não pró-pobre. Tais resultados permitiram rejeitar a hipótese de superdimensionamento de crescimento econômico desfavorável dos municípios nordestinos, e sugerem, sobretudo, que o crescimento econômico no Nordeste apresenta pouca efetividade como um mecanismo de combate à pobreza, uma vez que ele impacta relativamente menos na renda dos mais pobres.

Por fim, através do modelo Logit, de uma análise descritiva e da sugestão de Birdsall e Londoño (1997), o trabalho buscou construir um perfil dos municípios que apresentaram crescimento redutor de desigualdade entre 1991 e 2000, ou seja, identificar as variáveis que mostraram maior associação com tal tipo de crescimento, e não, necessariamente, achar relações de causalidade para explicar quando o crescimento reduz ou não a desigualdade. As evidências mostraram que os municípios que reduziram sua desigualdade de renda através do crescimento econômico localizam-se em maior número no semi-árido; têm menos pessoas ocupadas tanto no setor de agropecuária como na indústria; têm maiores médias de estudo e menos pessoas analfabetas; são municípios com mais alta renda *per capita*; recebem menos transferências governamentais; têm IDH-Renda mais alto; têm mais altos índices de Gini e Theil; têm maior percentual de pessoas indigentes, mas menores percentuais de pessoas pobres; têm mais domicílios com acesso a energia elétrica e coleta de lixo; têm maior densidade demográfica; têm maior percentual de população rural; têm menos idosos; e têm menos crianças trabalhando. Por fim, conforme esperado, a probabilidade do crescimento reduzir a desigualdade é maior se o município estiver localizado no Rio Grande do Norte e menor se ele for de Alagoas, Sergipe ou Ceará.

Percebe-se que muito ainda pode ser feito na tentativa de entender ou conhecer alguns dos fatores que condicionam a capacidade do crescimento de reduzir a pobreza nos municípios nordestinos. Uma importante questão que ainda pode ser explorada, é investigar em que medida a desigualdade de ativos impacta na renda dos mais pobres, sugestão de Birdsall e Londoño (1997), também estudada por Silveira Neto (2005), mas apenas para as microrregiões do Nordeste, sem a utilização de dados longitudinais. Outra questão, não menos importante em virtude do alto percentual de pobres existentes nos municípios nordestinos, e conforme sugestão de Ravallion e Datt (1998), é como as diferentes condições iniciais das regiões impactam na tendência de redução dos índices de pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHION, P. et al. Inequality and Economic Growth: The Perspectives of the New Growth Theories. *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1615-1660, 1999.
- ALESINA, A., PEROTTI, R. Income Distribution, Political Instability, and Investment. *European Economic Review*, 40, 1203-28, 1996.
- ALESINA, A., RODRIK, D. Distributive Politics and Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, n.108, p.465-90, 1994.
- ATKINSON, A.B. On the Measurement of Poverty. *Econometrica*, 55, 749-764, 1987.
- BANERJEE, V., NEWMAN, A. Occupational Choice and the Process of Development. *Journal of Political Economy*. 101(2): 274-298, 1993.
- BAULCH, R., McCULLOCH, N. Tracking Pro-Poor Growth. ID21 Insights No.31. Sussex: Institute of Development Studies, 2000.
- BARROS, R. P. de., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 42, fev. 2000a.
- BENABOU, R., Inequality and Growth in Ben Bernanke and Julio Rotemberg (eds.) *National Bureau of Economic Research Macroeconomics Annual*, Cambridge: MIT Press, pp.11-74, 1996.
- BIRDSALL, N., LONDOÑO, J. L. Asset Inequality Matters: An Assessment of World Bank's Approach to Poverty Reduction. *American Economic Review*, v.87, p.32-7, 1997.
- _____. No Tradeoff: Efficient Growth via More Equal Human Capital Accumulation. In: GRAHAM, C. et al. (eds.) *Beyond Tradeoffs: Market Reform and Equitable Growth in Latin America*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, em associação com o Inter-American Development Bank, 1998.
- BOURGUIGNON, F. Pareto-Superiority of Unequalitarian Equilibria in Stiglitz' Model of Wealth Distribution with Convex Savings Function. *Econometrica* 49, 1469-75, 1981.
- _____. The Growth Elasticity of Poverty Reduction. In T. Eicher and S. Turnovsky: *Inequality and Growth*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- DATT, G., RAVALLION, M. Growth and Redistribution Components of Changes in Poverty Measures: A Decomposition with Applications to Brazil and India in the 1980s'. *Journal of Development Economics*, 38, 275-298, 1992.
- DEININGER, K., SQUIRE, L. New Ways of Looking at Old Issues: Inequality and Growth. *Journal of Development Economics*, v.57, n.2, p.259-87, 1998.
- DEININGER, K., OLINTO, P. Asset Distribution, Inequality and Growth. Policy Research Working Paper 2375, World Bank, 2000.
- _____. Asset Distribution, Inequality and Growth. Policy Research Working Papers n.2375, World Bank, 2001.
- DOLLAR, D., KRAAY, A. Growth Is Good for the Poor. Working Paper. World Bank, Policy Research Department, Washington, D.C., 2000.
- GALOR, O., ZEIRA, J. Income Distribution and Macroeconomics. *Review of Economic Studies*, n.60, p.35-52, 1993.
- KAKWANI, N., PERNIA, E. What Is Pro-Poor Growth? *Asian Development Review*. 18(1): 1-16, 2000.

- KLASEN, S. Economics Growth and Poverty Reduction: Measurement and Policy Issues. Paper of POVNET for Work Program on Pro-Poor Growth, 2005.
- KRAAY, A. When is Growth Pro-Poor? Evidence from a Panel of Countries. The World Bank, Policy Research Working Paper No.3225, 2004.
- KUZNETS, S. Economic Growth and Inequality. The American Economic Review, v.XLV, n.01, 1955.
- LIPTON, M., e M. RAVALLION. Poverty and Policy. In J. Berhman and T.N. Srinivasan, (eds.), *Handbook of Development Economics*, vol. III, Elsevier Science, 1995.
- LI, H. et al. Explaining International and Intertemporal Variations in Income Inequality. Economic Journal, n.108, p.26-43, 1998.
- LOPEZ, J. H. Pro-Poor Growth: A Review of What We Know (and of what we don't). World Bank's PREM Poverty Group, 2004.
- LOPEZ, H., SERVEN, L. The Mechanics of Growth-Poverty-Inequality Relationship. Mimeo, The World Bank, 2004.
- LUNDBERG, M., SQUIRE, L. The Simultaneous Evolution of Growth and Inequality. Manuscript, The World Bank, 1999.
- RAVALLION, M. Can High-Inequality Developing Countries Escape Absolute Poverty? Economics Letters, n.56, p.51-7, 1997.
- _____. Growth, Inequality and Poverty: Looking Beyond Averages. World Development, 29(11), 1803-1815, 2000.
- RAVALLION, M., CHEN, S. What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Distribution and Poverty? World Bank Economic Review, v.11, n.2, p.357-82, 1997.
- _____. Measuring Pro-Poor Growth. Economics Letters, 78(1), 93-99, 2003.
- RAVALLION, M., DATT, G. Why Have Some Indian States Done Better Than Others at Reducing Rural Poverty? Economica, n.65, p.17-38, 1998.
- _____. When Is Growth Pro-Poor? Evidence from the Diverse Experiences of India's States. Policy Research Working Paper n. 2263. World Bank, Development Research Group, Washington, D.C., 1999.
- _____. Why Has Economic Growth Been More Pro-Poor in Some States of India than Others? Journal of Development Economics, 68, 381-400, 2002.
- _____. Pro-Poor Growth: A Primer. Policy Research Working Papers n.3242, World Bank, 2004.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil, afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003a.
- _____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 34, n.1, p. 7-41, 2003b.
- SILVEIRA NETO, R. Quão Pró-Pobre tem sido o Crescimento Econômico no Nordeste? Evidências para o Período 1991-2000. Revista Econômica do Nordeste (forthcoming), 2005.
- SON, H.H. A Note on Pro-Poor Growth. Economic Letters, 82, 307-314, 2004.
- TOCHETTO, D. G. et al. Crescimento Pró-Pobre no Brasil: Uma análise Explanatória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2004.
- WHITE, H. ANDERSON, A. Growth vs. Redistribution: Does the Pattern of Growth Matter? DFID white paper on eliminating World Poverty: Making Globalization Work for the Poor, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1: LISTA DOS CÓDIGOS MUNICIPAIS QUE TRATAM DE MAIS DE UM MUNICÍPIO, POR ESTADO E MICRORREGIÃO.

Tabela 1.1: Estado do Maranhão

21001 Litoral Ocidental Maranhense
130 Bacuri (130) e Apicum-Açu (83)
240 Cajapió (240) e Bacurituba (135)
310 Cedral (310) e Porto Rico do Maranhão (905)
370 Cururupu (370) e Serrano do Maranhão (1178)
680 Mirinzal (380) e Central do Maranhão (312)
21002 Aglomeração Urbana de São Luís
750 Paço do Lumiar (750) e Raposa (945)
21003 Rosário
710 Morros (710) e Cachoeira Grande (237)
960 Rosário (960) e Bacabeira (125)
21004 Lençóis Maranhenses
170 Barreirinhas (170), Paulino Neves (805), São Francisco do Brejão (1085) e Tutóia (1250)
940 Primeira Cruz (940) e Santo Amaro do Maranhão (1027)
21005 Baixada Maranhense
650 Matinha (650), Olinda Nova do Maranhão (745), São João Batista (1100), São Vicente Ferrer (1170) e Viana (1280)
860 Pinheiro (860), Pedro do Rosário (825) e Presidente Sarney (927)
1290 Vitória do Mearim (1290), Bela Vista do Maranhão (177), Conceição do Lago-Açu (355) e Igapé do Meio (515)
21007 Gurupi
260 Cândido Mendes (260), Governador Nunes Freire (467), Junco do Maranhão (565) e Maranhãozinho (637)
290 Carutapera (290), Amapá do Maranhão (55), Godofredo Viana (430), Luis Domingues (620), Boa Vista do Gurupi (197), Bacurituba (135), Caichoeira Grande (137) e Maracaçumé (632)
1240 Turiaçu (1240) e Turilândia (1245)
21008 Pindaré
40 Altamira do Maranhão (40) e Brejo de Areia (215)
200 Bom Jardim (200) e São João do Carú (1102)
570 Lago da Pedra (570) e Lagoa Grande do Maranhão (596)
810 Paulo Ramos (810) e Marajá do Sena (635)
850 Pindaré Mirim (850) e Tufilândia (1227)
1000 Santa Luzia (1000), Alto Alegre do Pindaré (47), Bom Jesus das Selvas (203) e Buriticupu (232)
1003 Santa Luzia do Paruá (1003), Nova Olinda do Maranhão (735) e Presidente Médici (923)
1400 Zé Doca (1400), Araguanã (87) e Governador Newton Bello (465)
21009 Imperatriz
05 Açailândia (05) e Itinga do Maranhão (542)
530 Imperatriz (530), Cidelândia (325), Davinópolis (375), Governador Edson Lobão (455) e Vila Nova dos Martírios (1285)
550 João Lisboa (550), Buritirama (235) e Senador La Rocque (1176)
700 Montes Altos (700), Lajeado Novo (598) e Ribamar Fiquene (955)

Tabela 1.1: Estado do Maranhão (continuação)

21010 Médio Mearim	Bacabal (120), Bom Lugar (207), Coroatá (360), São Luís Gonzaga do Maranhão (1140), São Mateus do Maranhão (1150), Alto Alegre do Maranhão (43), Peritoró (845), Codó (330), Capinzal do Norte (275), Lima Campos (600), Santo Antônio dos Lopes (1030), Catanhede (270) e Matões do Norte (663)
400	Esperantinópolis (400), São Raimundo do Zé Doca (1163) e São Roberto (1167)
520	Igapé Grande (520) e Bernardo do Mearim (193)
580	Lago do Junco (580) e Lagoa dos Rodrigues (594)
820	Pedreiras (820) e Trizidela do Vale (1223)
870	Pio XII (870) e Satubinha (1172)
21011 Alto Mearim e Grajaú	
160	Barra do Corda (160), Fernando Falcão (408) e Jenipapo dos Vieiras (547)
1230	Tuntum (1230) e Santa Filomena do Maranhão (975)
21012 Presidente Dutra	
460	Governador Eugênio Barros (460) e Senador Alexandre Costa (1174)
910	Presidente Dutra (910) e São José dos Basílios (1125)
1070	São Domingos Do Maranhão (1070) e Governador Luiz Rocha (462)
21013 Baixo Parnaíba Maranhense	
90	Araioses (90) e Água Doce do Maranhão (15)
1060	São Bernardo (1060) e Santana do Maranhão (1023)
21014 Chapadinha	
210	Brejo (210), Milagres do Maranhão (667) e Santa Quitéria do Maranhão (1010)
1260	Urbano Santos (1260) e Belágua (173)
21017 Caxias	
300	Caxias (300) e São João do Soter (1107)
21018 Chapadas do Alto Itapecuru	
350	Colinas (350) e Jatobá (545)
790	Passagem Franca (790) e Lagoa do Mato (592)
1110	São João dos Patos (1110) e Sucupira do Riachão (1195)
21019 Porto Franco	
405	Estreito (405), São Pedro dos Crentes (1157) e São Pedro da Água Branca (1153)
900	Porto Franco (900), Campestre do Maranhão (255) e São João do Paraíso (1105)
21020 Gerais de Balsas	
950	Riachão (950) e Feira Nova do Maranhão (407)
21021 Chapadas das Mangabeiras	
180	Benedito Leite (180), São Domingos do Azeitão (1065), Pastos Bons (800) e Sucupira do Norte (1190)
410	Fortaleza dos Nogueira (410) e Nova Colinas (725)

Tabela 1.2: Estado do Piauí

22001 Baixo Parnaíba Piauiense	
120	Barras (120), Boa Hora (177), Lagoa Alegre (555), União (1110) e Cabeceiras do Piauí (205)
150	Batalha (150), Brasileira (196), Piracuruca (830), Piripiri (840), Lagoa de São Francisco (557), Pedro II (790), Milton Brandão (635), São João da Fronteira (987) e São José do Divino (1005)
370	Esperantina (370), Morro do Chapéu do Piauí (667), Joaquim Pires (540), Buriti dos Lopes (200), Murici dos Portelas (669), Bom Princípio do Piauí (191), Luís Correia (570), Parnaíba (770), Caraúbas do Piauí (253), Caxingó (265), Cajueiro da Praia (208) e Ilha Grande (465)
580	Luzilândia (580), Joca Marques (545), Madeiro (585), São João do Arraial (997) e Matias Olímpio (610)
850	Porto (850) e Campo Largo do Piauí (217)
22002 Litoral Piauiense	
270	Cocal (270) e Cocal dos Alves (272)
22003 Teresina	
40	Altos (40) e Coivaras (273)
1100	Teresina (1100), Lagoa do Piauí (558), Beneditinos (160), Demerval Lobão (330), Passagem Franca do Piauí (775), Barro Duro (140), Elesbão Veloso (350), Barra d'Alcântara (117), Novo Oriente do Piauí (690), Várzea Grande (1140), Lagoinha do Piauí (554), Agricolândia (10), Água Branca (20), Olho d'Água do Piauí (710), Monsenhor Gil (640), Curralinhos (325) e Palmeirais (750)
22004 Campo Maior	
30	Alto Longá (30) e Novo Santo Antônio (695)
220	Campo Maior (220), Boqueirão do Piauí (194), Cocal de Telha (271), Jatobá do Piauí (527), Sigefredo Pacheco (1065) e Nossa Senhora de Nazaré (675)
260	Castelo do Piauí (260), Buriti dos Montes (202) e Juazeiro do Piauí (551)
1040	São Miguel do Tapuio (1040) e Assunção do Piauí (105)
22005 Médio Parnaíba Piauiense	
880	Regeneração (880) e Jardim do Mulato (525)
980	São Gonçalo do Piauí (980) e Santo Antônio dos Milagres (945)
22006 Valença do Piauí	
90	Aroazes (90) e Santa Cruz dos Milagres (915)
810	Pimenteiras (810), Lagoa do Sítio (559) e Valença do Piauí (1130)
960	São Félix do Piauí (960) e São Miguel da Baixa Grande (1038)
22007 Alto Parnaíba Piauiense	
890	Ribeiro Gonçalves (890) e Baixa Grande do Ribeiro (115)
22008 Bertolândia	
80	Antônio Almeida (80), Porto Alegre do Piauí (855), Guadalupe (450) e Marcos Parente (600)
170	Bertolândia (170), Sebastião Leal (1063) e Uruçuí (1120)
360	Eliseu Martins (360) e Colônia do Gurguéia (275)
22009 Floriano	
530	Jurumenha (530) e Caridade do Piauí (255)
900	Rio Grande do Piauí (900) e Pavussu (785)
22010 Alto Médio Gurguéia	
130	Barreiras do Piauí (130), São Gonçalo do Gurguéia (975) e Gilbués (440)
190	Bom Jesus (190) e Currais (323)
310	Cristino Castro (310), Alvorada do Gurguéia (45) e Manoel Emídio (590)
22011 São Raimundo Nonato	
1060	São Raimundo Nonato (1060), Bonfim do Piauí (192), Coronel José Dias (285), Fartura do Piauí (375), São Braz do Piauí (955), Anísio de Abreu (70), São Lourenço do Piauí (1035), Várzea Branca (1135), Guaribas (455), Caracol (250) e Jurema (553)

Tabela 1.2: Estado do Piauí (continuação)

22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense
290*	Corrente (290) e Sebastião Barros (1062)
320*	Curimatá (320), Júlio Borges (552), Morro Cabeça no Tempo (665) e Avelino Lopes (110)
760*	Parnaguá (760) e Riacho Frio (885)
22013	Picos
700*	Oeiras (700), Cajazeiras do Piauí (207), Santa Rosa do Piauí (937), Colônia do Piauí (277), São João da Varjota (995), Tanque do Piauí (1097) e Arraial (100)
800*	Picos (800), Geminiano (435), Paquetá (755), Santana do Piauí (935), São Luís do Piauí (1037) e Sussuapara (1093)
910*	Santa Cruz do Piauí (910) e Wall Ferraz (1170)
22014	Pio IX
1030*	São Julião (1030) e Alegrete do Piauí (27)
22015	Alto Médio Canindé
280*	Conceição do Canindé (280) e São Francisco de Assis do Piauí (965)
430*	Fronteiras (430) e Caldeirão Grande do Piauí (209)
500*	Itainópolis (500) e Vera Mendes (1150)
520*	Jaicós (520), Campo Grande do Piauí (213), Massapê do Piauí (605) e Patos do Piauí (777)
720*	Padre Marcos (720), Belém do Piauí (157), Francisco Macedo (415), Marcolândia (595) e Vila Nova do Piauí (1160)
730*	Paes Landim (730) e São Miguel do Fidalgo (1039)
780*	Paulistana (780), Acauã (5), Betânia do Piauí (173), Jacobina do Piauí (515) e Queimada Nova (865)
950*	Santo Inácio do Piauí (950) e Floresta do Piauí (385)
1000*	São João do Picuí (1000), João Costa (535), Campo Alegre do Fidalgo (211), Lagoa do Barro do Piauí (556), Capitão Gervásio Oliveira (245), Dom Inocêncio (345), Pedro Laurentino (793), Socorro do Piauí (1090), Ribeira do Piauí (887), Canto do Buriti (230), Petrônio Portela (795), Pajeú do Piauí (735), Tamboril do Piauí (1095) e Brejo do Piauí (198)
1070*	municípios de Simões (1070), Curral Novo do Piauí (327) e Caridade do Piauí (255)
1080*	Simplicio Mendes (950) e Bela Vista do Piauí (155)

Tabela 1.3: Estado do Ceará

23001 Litoral de Camocim e Acaraú 425 Cruz (425) e Jicoca de Jericoacoara (725)
23007 Santa Quitéria 1220 Santa Quitéria (1220) e Catunda (365)
23016 Fortaleza 970 Pacatuba (970) e Itaitinga (625)
23018 Sertão de Cratêus 930 Nova Russas (930) e Ararendá (125)
23019 Sertão de Quixeramobim 1130 Quixadá (1130) e Choró (393)
23022 Litoral de Aracati 110 Aracati (110) e Fortim (445)

Tabela 1.4: Estado do Rio Grande do Norte

24001 Mossoró 440 Grossos (440) e Timbau (1105)
24003 Médio Oeste 130 Augusto Severo (130) e Triunfo Potiguar (1445)
24004 Vale do Açu 250 Carnaubais (250) e Porto do Mangue (1025) 470 Ipangaçu (470) e Itajá (485)
24005 Serra de São Miguel 700 Luís Gomes (700) e Major Sales (725) 1250 São Miguel (1250) e Venha-Ver (1475)
24007 Umarizal 740 Martins (740) e Serrinha dos Pintos (1355)
24008 Macau 1160 São Bento do Norte (1160) e Caiçara do Norte (185)
24009 Angicos 80 Angicos (80) e Fernando Pedrosa (375)
24010 Serra de Santana 380 Florânia (380) e Tenente Laurentino Cruz (1415) 1140 Santana do Matos (1140) e Bodó (165)
24015 Agreste Potiguar 1260 São Paulo do Potengi (1260) e Santa Maria (933)
24016 Litoral Nordeste 750 Maxaranguape (750) e Rio do Fogo (895) 1440 Touros (1440) e São Miguel de Touros (1255)

Tabela 1.5: Estado da Paraíba

25001 Catolé do Rocha 280 Brejo do Cruz (280) e São José do Brejo do Cruz (1465) 740 Jericó (740) e Mato Grosso (937)
25002 Cajazeiras 70 São João do Rio do Peixe (70) e Poço de José de Moura (1207) 1680 Triunfo (1680) e Bernardino Batista (205) 1690 Uiraúna (1690), Poço Dantas (1203) e Santarém (1365)
25003 Sousa 1210 Pombal (1210), Cajazeirinhas (375) e São Domingos de Pombal (1396) 1620 Sousa (1620), Aparecida (77), Marizópolis (915), Vieirópolis (1720) e São Francisco (1398)
25004 Patos 1070 Passagem (1070) e Areia de Baraúnas (115)
25006 Itaporanga 440 Conceição (440) e Santa Inês (1335)
25007 Serra do Teixeira 540 Desterro (540) e Cacimbas (355) 1230 Princesa Isabel (1230) e São José de Princesa (1455) 1670 Teixeira (1670) e Maturéia (939)
25009 Seridó Oriental Paraibano 770 Juazeirinho (770), Assunção (135), Taperoá (1650) e Tenório (1675) 1140 Picuí (1140) e Baraúna (153)
25010 Cariri Ocidental 1480 São José dos Cordeiros (1480) e Parari (1065) 1520 São Sebastião do Umbuzeiro (1520) e Zabelê (1740) 1550 Serra Branca (1550) e Coxixola (485) 1630 Sumé (1630) e Amparo (73)
25011 Cariri Oriental 250 Boqueirão (250), Alcantil (53), Riacho de Santo Antônio (1278), Caturité (435) e Barra de Santana (157) 310 Cabaceiras (310) e São Domingos do Cariri (1394) 650 Gurjão (650) e Santo André (1385) 1400 São João do Cariri (1400) e Caraúbas (407)
25012 Curimataú Ocidental 160 Barra de Santa Rosa (160) e Damião (535) 510 Cuité (510) e Sossêgo (1615) 1270 Remígio (1270) e Algodão de Jandaira (57)
25013 Curimataú Oriental 100 Araruna (100) e Riachão (1274) 1600 Solânea (1600) e Casserengue (415)
25015 Brejo Paraibano 40 Alagoa Nova (40) e Matinhas (933)
25016 Guarabira 360 Caiçara (360) e Logradouro (855) 580 Duas Estradas (580) e Sertãozinho (1593)
25017 Campina Grande 400 Campina Grande (400) e Boa Vista (215)
25018 Itabaiana 380 Caldas Brandão (380), São José dos Ramos (1445), Gurinhém (640) e Pilar (1150)

Tabela 1.5: Estado da Paraíba (continuação)

25019 Umbuzeiro 130 Aroeira (130) e Gado Bravo (625) 1700 Umbuzeiro (1700) e Santa Cecília de Umbuzeiro (1315)
25020 Litoral Norte 730 Jacaraú (730) e Pedro Régis (1272) 890 Mamanguape (890), Capim (403), Cuité de Mamanguape (523) e Curral de Cima (527) 1290 Rio Tinto (1290) e Marcação (905)
25021 Sapé 1530 Sapé (1530), Sobrado (1597) e Riachão do Poço (1276)

Tabela 1.6: Estado de Pernambuco

26001 Araripina 990 Ouricuri (990), Santa Cruz (1245) e Santa Filomena (1255)
26003 Pajeú 390 Carnaíba (390) e Quixabá (1153) 1570 Triunfo (1570), e Santa Cruz da Baixa Verde (1247)
26004 Sertão do Moxotó 700 Inajá (700) e Manari (915)
26005 Petrolina 1110 Petrolina (1110) e Dormentes (515) 1260 Santa Maria da Boa Vista (1260) e Lagoa Grande (875)
26006 Itaparica 570 Floresta (570) e Carnaubeira da Penha (392) 1100 Petrolândia (1100) e Jatobá (805)
26009 Alto Capibaribe 1450 Surubim (1450), Casinhas (415) e Vertente do Lério (1618)
26011 Garanhuns 830 Jupi (830) e Jucati (825)
26013 Mata Setentrional Pernambucana 400 Carpina (400) e Lagoa do Carro (845)
26015 Mata Meridional Pernambucana 40 Água Preta (40) e Xexéu (1650) 1190 Rio Formoso (1190) e Tamandaré (1485)
26016 Itamaracá 680 Igarassu (680) e Araçoiaba (105)

Tabela 1.7: Estado de Alagoas

27001	Serrana do Sertão Alagoano
10	Água Branca (10) e Pariconha (642)
27005	Palmeira dos Índios
630	Palmeira dos Índios (630) e Estrela de Alagoas (255)
27009	Mata Alagoana
390	Jundiá (390) e Campestre (125)
27011	Maceió
50	Barra de Santo Antônio (50) e Paripueira (644)

Tabela 1.8: Estado de Sergipe

28007	Propriá
440	Neópolis (440) e Santana de São Francisco (640)

ANEXO 2: QUALIDADE DO CRESCIMENTO NOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS

Observação 1: os resultados para as microrregiões são de Silveira Neto (2005).

Observação 2: os asteriscos referem-se aos códigos municipais que tratam de mais de um município, os quais estão especificados no Anexo 1.

Tabela 2.1: Maranhão

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
21001	Litoral Ocidental Maranhense			Não Pró-Pobre
20	Alcântara	Empobrecedor (até os 10%)		
130*	Bacuri	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
190	Bequimão	Empobrecedor (até os 10%)		
240*	Cajapió	Empobrecedor (até os 40%)		
310*	Cedral	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
370*	Cururupu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
490	Guimarães	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
680*	Mirinhal	Empobrecedor (até os 10%)		
21002	Aglomerado Urbana de São Luís			Não Pró-Pobre
750*	Paço do Lumiar	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1120	Timon	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1130	São Luís	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
21003	Rosário			Não Pró-Pobre
110	Axixá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
510	Icatu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
710*	Morros	Empobrecedor (até os 50%)		
920	Presidente Juscelino	Empobrecedor (até os 90%)		
960*	Rosário	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1020	Santa Rita	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
21004	Lençóis Maranhenses			Não Pró-Pobre
170*	Barreirinhas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
500	Humberto Campos	Empobrecedor (até os 10%)		
940*	Primeira Cruz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
21005	Baixada Maranhense			Não Pró-Pobre
70	Anajatuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
100	Arari	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
250	Cajari	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
650*	Matinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
690	Monção	Empobrecedor (até os 30%)		
760	Palmeirândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
830	Penalva	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
840	Peri-Mirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
860*	Pinheiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
980	Santa Helena	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1050	São Bento	Empobrecedor (até os 20%)		
1290*	Vitória do Mearim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.1: Maranhão (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
21006	Itapecuru-Mirim			Não Pró-Pobre
540	Itapecuru-Mirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
675	Miranda do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
720	Nina Rodrigues	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
880	Pirapemas	Empobrecedor (até os 30%)		
930	Presidente Vargas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1270	Vargem Grande	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
21007	Gurupi			Não Pró-Pobre
260*	Cândido Mendes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
290*	Carutapera	Empobrecedor (até os 10%)		
1240*	Turiação	Empobrecedor (até os 20%)		
21008	Pindaré			Não Pró-Pobre
40*	Altamira do Maranhão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
200*	Bom Jardim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
570*	Lago da Pedra	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
810*	Paulo Ramos	Empobrecedor (até os 40%)		
850*	Pindaré Mirim	Empobrecedor (até os 10%)		
990	Santa Inês	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1000*	Santa Luzia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1003*	Santa Luzia do Paruá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1300	Vitorino Freire	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1400*	Zé Doca	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
21009	Imperatriz			Não Pró-Pobre
5*	Açailândia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
60	Amarante do Maranhão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
530*	Imperatriz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
550*	João Lisboa	Empobrecedor (até os 10%)		
700*	Montes Altos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
21010	Médio Mearim			Não Pró-Pobre
120*	Bacabal	Empobrecedor (até os 10%)		
400*	Esperantinópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
520*	Igapé Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
580*	Lago do Junco	Empobrecedor (até os 30%)		
590	Lago Verde	Empobrecedor (até os 10%)		
740	Olho d'Água das Cunhãs	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
820*	Pedreiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
870*	Pio XII	Empobrecedor (até os 10%)		
890	Poção de Pedras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
21011	Alto Mearim e Grajaú			Não Pró-Pobre
95	Arame	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
160*	Barra do Corda	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
480	Grajaú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
560	Joselândia	Empobrecedor (até os 10%)		
1180	Sítio Novo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1230*	Tuntum	Empobrecedor (até os 30%)		

Tabela 2.1: Maranhão (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
21012	Presidente Dutra			Inconclusivo
380	Dom Pedro	Empobrecedor (até os 20%)		
420	Fortuna	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
440	Gonçalves Dias	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
450	Governador Archer	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
460*	Governador Eugênio Barros	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Graça Aranha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
910*	Presidente Dutra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1070*	São Domingos do Maranhão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
21013	Baixo Parnaíba Maranhense			Não Pró-Pobre
90*	Araioses	Empobrecedor (até os 10%)		
630	Magalhães de Almeida	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1060*	São Bernardo	Empobrecedor (até os 20%)		
21014	Chapadinha			Não Pró-Pobre
80	Anapurus	Empobrecedor (até os 20%)		
210*	Brejo	Empobrecedor (até os 10%)		
220	Buriti	Empobrecedor (até os 50%)		
320	Chapadinha	Empobrecedor (até os 30%)		
640	Mata Roma	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1040	São Benedito do Rio Preto	Empobrecedor (até os 10%)		
1260*	Urbano Santos	Empobrecedor (até os 20%)		
21015	Codó			Não Pró-Pobre
1210	Timbiras	Empobrecedor (até os 20%)		
21016	Coelho Neto			Não Pró-Pobre
10	Afonso Cunha	Empobrecedor (até os 40%)		
30	Aldeias Altas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
340	Coelho Neto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
390	Duque Bacelar	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
21017	Caxias			Não Pró-Pobre
230	Buriti Bravo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
300*	Caxias	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
660	Matões	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
780	Parnarama	Empobrecedor (até os 10%)		
1220	Timon	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
21018	Chapadas do Alto Itapecuru			Inconclusivo
150	Barão de Grajaú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
350*	Colinas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
670	Mirador	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
730	Nova Iorque	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
770	Paraibano	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
790*	Passagem Franca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1090	São Francisco do Maranhão	Empobrecedor (até os 50%)		
1110*	São João dos Patos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
21019	Porto Franco			Não Pró-Pobre
280	Carolina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
405*	Estreito	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
900*	Porto Franco	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.1: Maranhão (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
21020	Gerais de Balsas			Não Pró-Pobre
50	Alto Parnaíba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
140	Balsas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
950*	Riachão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1200	Tasso Fragoso	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
21021	Chapadas das Mangabeiras			Inconclusivo
180*	Benedito Leite	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
410*	Fortaleza dos Nogueira	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
610	Loreto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
970	Sambaíba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1080	São Felix de Balsas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1160	São Raimundo das Mangabeiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.2: Piauí

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
22001	Baixo Parnaíba Piauiense			Inconclusivo
120*	Barras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
150*	Batalha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
370*	Esperantina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
580*	Luzilândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Miguel Alves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
680	Nossa Senhora dos Remédios	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
850*	Porto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
22002	Litoral Piauiense			Não Pró-Pobre
270*	Cocal	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
22003	Teresina			Não Pró-Pobre
40*	Altos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
550	José de Freitas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
630	Miguel Leão	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1100*	Teresina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
22004	Campo Maior			Inconclusivo
30*	Alto Longá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
220*	Campo Maior	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
240	Capitão de Campos	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
260*	Castelo do Piauí	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
342	Domingos Mourão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
990	São João da Serra	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1040*	São Miguel do Tapuio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
22005	Médio Parnaíba Piauiense			Inconclusivo
50	Amarante	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
60	Angical do Piauí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
410	Francisco Ayres	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
460	Hugo Napoleão	Empobrecedor (até os 50%)		
880*	Regeneração	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
980*	São Gonçalo do Piauí	Empobrecedor (até os 60%)		
1050	São Pedro do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
22006	Valença do Piauí			Inconclusivo
90*	Aroazes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
400	Francinópolis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Inhuma	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
810*	Pimenteiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
860	Prata do Piauí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
960*	São Félix do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
22007	Alto Parnaíba Piauiense			Não Pró-Pobre
890*	Ribeiro Gonçalves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
920	Santa Filomena	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
22008	Bertolândia			Pró-Pobre
80*	Antônio Almeida	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
170*	Bertolândia	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
360*	Eliseu Martins	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
560	Landri Sales	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.2: Piauí (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
22009 Floriano				Inconclusivo
380	Flores do Piauí	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
390	Floriano	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
510	Itaueira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
530*	Jurumenha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
670	Nazaré do Piauí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
900*	Rio Grande do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
970	São Francisco do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1010	São José do Peixe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
22010 Alto Médio Gurguéia				Inconclusivo
130*	Barreiras do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
190*	Bom Jesus	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
310*	Cristino Castro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
660	Monte Alegre do Piauí	Empobrecedor (até os 20%)		
740	Palmeira do Piauí	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
870	Redenção do Gurguéia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
930	Santa Luz	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
22011 São Raimundo Nonato				Inconclusivo
335	Dirceu Arcoverde	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1060*	São Raimundo Nonato	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
22012 Chapadas do Extremo Sul Piauiense				Inconclusivo
290*	Corrente	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
300	Cristalândia do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
320*	Curimatá	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
760*	Parnaguá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
22013 Picos				Não Pró-Pobre
180	Bocaína	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
340	Dom Expedito Lopes	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
480	Ipiranga do Piauí	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
700*	Oeiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
800*	Picos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
910*	Santa Cruz do Piauí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
985	São João da Canabrava	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1020	São José do Piauí	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
22014 Pio IX				Inconclusivo
25	Alagoinha do Piauí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
420	Francisco Santos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
650	Mosenhor Hipólito	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
820	Pio IX	Empobrecedor (até os 10%)		
940	Santo Antônio de Lisboa	Empobrecedor (até os 10%)		
1030*	São Julião	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.2: Piauí (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
22015	Alto Médio Canindé			Inconclusivo
210	Campinas do Piauí	Empobrecedor (até os 30%)		
280*	Conceição do Canindé	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
430*	Fronteiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
490	Isaías Coelho	Empobrecedor (até os 30%)		
500*	Itainópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
520*	Jaicós	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
720*	Padre Marcos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
730*	Paes Landim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
780*	Paulistana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
950*	Santo Inácio do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1000*	São João do Piauí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1070*	Simões	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1080*	Simplício Mendes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.3: Ceará

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
23001	Litoral de Camocim e Acaraú			Não Pró-Pobre
20	Acaraú	Empobrecedor (até os 20%)		
205	Barroquinha	Empobrecedor (até os 10%)		
230	Bela Cruz	Empobrecedor (até os 10%)		
260	Camocim	Empobrecedor (até os 10%)		
390	Chaval	Empobrecedor (até os 30%)		
425*	Cruz	Empobrecedor (até os 30%)		
470	Granja	Empobrecedor (até os 30%)		
655	Itarema	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
780	Marco	Empobrecedor (até os 10%)		
790	Martinópolis	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
890	Morrinhos	Empobrecedor (até os 10%)		
23002	Ibiapaba			Não Pró-Pobre
340	Carnaubal	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
423	Croatá	Empobrecedor (até os 30%)		
500	Guaraciaba do Norte	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
530	Ibiapina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1230	São Benedito	Empobrecedor (até os 10%)		
1340	Tianguá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1360	Ubajara	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1410	Viçosa do Ceará	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23003	Coreaú			Não Pró-Pobre
400	Coreaú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
450	Frecheirinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
880	Moraújo	Empobrecedor (até os 70%)		
1390	Uruoca	Empobrecedor (até os 20%)		
23004	Meruoca			Não Pró-Pobre
50	Alcantaras	Empobrecedor (até os 10%)		
820	Meruoca	Empobrecedor (até os 10%)		
23005	Sobral			Não Pró-Pobre
310	Cariré	Empobrecedor (até os 20%)		
435	Forquinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
465	Graça	Empobrecedor (até os 20%)		
490	Groaíras	Empobrecedor (até os 10%)		
610	Irauçuba	Empobrecedor (até os 10%)		
800	Massapê	Empobrecedor (até os 10%)		
837	Miraíma	Empobrecedor (até os 10%)		
900	Mucambo	Empobrecedor (até os 40%)		
990	Pacajá	Empobrecedor (até os 10%)		
1200	Santana do Acaraú	Empobrecedor (até os 40%)		
1280	Senador Sá	Empobrecedor (até os 70%)		
1290	Sobral	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.3: Ceará (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
23006 Ipu				Não Pró-Pobre
580	Ipu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
590	Ipueiras	Empobrecedor (até os 10%)		
1095	Pires Ferreira	Empobrecedor (até os 30%)		
1100	Poranga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1170	Reriutaba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1395	Varjota	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23007 Santa Quitéria				Não Pró-Pobre
520	Hidrolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1220*	Santa Quitéria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23008 Itapipoca				Não Pró-Pobre
75	Amontada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
640	Itapipoca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1350	Trairi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23009 Baixo Curu				Não Pró-Pobre
1020	Paracuru	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1025	Paraipaba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1240	São Gonçalo do Amarante	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23010 Uruburetama				Não Pró-Pobre
630	Itapagé	Empobrecedor (até os 10%)		
1355	Tururu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1375	Umirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1380	Uruburetama	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23011 Médio Curu				Não Pró-Pobre
90	Apuiarés	Empobrecedor (até os 10%)		
460	General Sampaio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1070	Pentecoste	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1260	São Luís do Curu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1335	Tejuçuoca	Empobrecedor (até os 10%)		
23012 Canindé				Não Pró-Pobre
280	Canindé	Empobrecedor (até os 10%)		
300	Caridade	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
660	Itatira	Empobrecedor (até os 10%)		
1040	Paramoti	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23013 Baturité				Não Pró-Pobre
15	Acarapé	Empobrecedor (até os 10%)		
120	Araçoiaba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
140	Aratuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
210	Baturité	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
290	Capistrano	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
510	Guaramiranga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
650	Itapiúna	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
910	Mulungu	Empobrecedor (até os 20%)		
980	Pacoti	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1010	Palmácia	Empobrecedor (até os 30%)		
1160	Redenção	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.3: Ceará (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
23014	Chorãozinho			Não Pró-Pobre
195	Barreira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
395	Chorãozinho	Empobrecedor (até os 20%)		
945	Ocara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23015	Cascavel			Não Pró-Pobre
220	Beberibe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
350	Cascavel	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1085	Pindoretama	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23016	Fortaleza			Não Pró-Pobre
100	Aquiraz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
370	Caucaia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
428	Eusébio	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
440	Fortaleza	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
495	Guaiúba	Empobrecedor (até os 10%)		
765	Maracanaú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
770	Maranguape	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
970*	Pacatuba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23017	Pacajus			Não Pró-Pobre
523	Horizonte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
960	Pacajus	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
23018	Sertão de Cratêus			Não Pró-Pobre
410	Cratêus	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
560	Independência	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
565	Ipaporanga	Empobrecedor (até os 30%)		
860	Mosenhor Tabosa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
930*	Nova Russas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
940	Novo Oriente	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1126	Quiterianópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1320	Tamboril	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23019	Sertão de Quixeramobim			Inconclusivo
185	Banabuiú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
240	Boa Viagem	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
526	Ibaretama	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
763	Madalena	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1130*	Quixadá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1140	Quixeramobim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23020	Sertão de Inhamuns			Não Pró-Pobre
40	Aiuaba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
150	Arniroz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
360	Catarina	Empobrecedor (até os 40%)		
1030	Parambu	Empobrecedor (até os 30%)		
1190	Saboeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1330	Tauá	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.3: Ceará (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
23021	Sertão de Senador Pompeu			Inconclusivo
30	Acopiara	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
426	Deputado Irapuan Pinheiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
835	Milhã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
850	Mombaça	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1050	Pedra Branca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1090	Piquet Carneiro	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1270	Senador Pompeu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1300	Solonópole	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23022	Litoral de Aracati			Inconclusivo
110*	Aracati	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
535	Icapuí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Itaiçaba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23023	Baixo Jaguaribe			Não Pró-Pobre
70	Alto Santo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
533	Ibicuitinga	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
700	Jaguaruana	Empobrecedor (até os 10%)		
760	Limoeiro do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
870	Morada Nova	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1000	Palhano	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1150	Quixeré	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1180	Russas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1250	São João do Jaguaribe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1310	Tabuleiro do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23024	Médio Jaguaribe			Não Pró-Pobre
670	Jaguaretama	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
680	Jaguaribara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
690	Jaguaribe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23025	Serra do Pereiro			Inconclusivo
427	Ererê	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
600	Iracema	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1080	Pereiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1123	Potiretama	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23026	Iguatu			Inconclusivo
380	Cedro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
540	Icó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
550	Iguatu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
950	Orós	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1135	Quixeló	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23027	Várzea Alegre			Pró-Pobre
80	Antonina do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
330	Cariús	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
740	Jucás	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
1325	Tarrafas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1400	Várzea Alegre	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.3: Ceará (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
23028	Lavras da Manguabeira			Inconclusivo
180	Baixio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
570	Ipaumirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
750	Lavras da Manguabeira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1370	Umari	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
23029	Chapada do Araripe			Não Pró-Pobre
130	Araripe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
160	Assaré	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
270	Campos Sales	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1120	Potengi	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1195	Salitre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
23030	Caririaçu			Inconclusivo
60	Altaneira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Caririaçu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
430	Farias Brito	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
480	Granjeiro	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
23031	Barro			Inconclusivo
170	Aurora	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
200	Barro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
810	Mauriti	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
23032	Cariri			Não Pró-Pobre
190	Barbalha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
420	Crato	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
710	Jardim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
730	Juazeiro do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
840	Missão Velha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
920	Nova Olinda	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1110	Porteiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1210	Santana do Cariri	Empobrecedor (até os 40%)		
23033	Brejo Santo			Inconclusivo
10	Abairara	Empobrecedor (até os 20%)		
250	Brejo Santo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
720	Jati	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
830	Milagres	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1060	Penaforte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.4: Rio Grande do Norte

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
24001 Mossoró				Pró-Pobre
110	Areia Branca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
145	Baraúna	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
440*	Grossos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
800	Mossoró	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1335	Serra do Mel	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
24002 Chapada do Apodi				Inconclusivo
100	Apodi	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
230	Caraúbas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
370	Felipe Guerra	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
430	Governador Dix-Sept Rosado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
24003 Médio Oeste				Inconclusivo
130*	Augusto Severo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
520	Janduí	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
760	Messias Targino	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
870	Paraú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1460	Upanema	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
24004 Vale do Açu				Inconclusivo
20	Açu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
70	Alto do Rodrigues	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
250*	Carnaubais	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
470*	Ipanguaçu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
610	Jucurutu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
990	Pendências	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1280	São Rafael	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24005 Serra de São Miguel				Pró-Pobre
40	Água Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
290	Coronel João Pessoa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Doutor Severiano	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
330	Encanto	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
700*	Luís Gomes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1080	Riacho de Santana	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1250*	São Miguel	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.4: Rio Grande do Norte (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
24006	Pau dos Ferros			Pró-Pobre
50	Alexandria	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
390	Francisco Dantas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
490	Itaú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
600	José da Penha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
730	Marcelino Vieira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
860	Paraná	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
940	Pau dos Ferros	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1000	Pilões	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1020	Portalegre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1050	Rafael Fernandes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1070	Riacho da Cruz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1100	Rodolfo Fernandes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1190	São Francisco do Oeste	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1360	Severiano Melo	Empobrecedor (até os 20%)		
1380	Taboleiro Grande	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1410	Tenente Ananias	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1490	Viçosa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
24007	Umarizal			Pró-Pobre
60	Almino Afonso	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
90	Antônio Martins	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
400	Frutuoso Gomes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
590	João Dias	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
690	Lucrécia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
740*	Martins	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
840	Olho d'Água do Borges	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
930	Patu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1060	Rafael Godeiro	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
1450	Umarizal	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
24008	Macau			Inconclusivo
410	Galinhos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
450	Guamaré	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
720	Macau	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1160*	São Bento do Norte	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24009	Angicos			Não Pró-Pobre
30	Afonso Bezerra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
80*	Angicos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
190	Caiçara do Rio do Vento	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
550	Jardim de Angicos	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
670	Lages	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
960	Pedra Preta	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
970	Pedro Avelino	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.4: Rio Grande do Norte (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
24010	Serra de Santana			Não Pró-Pobre
270	Cerro Corá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
380*	Florânia	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
650	Lagoa Nova	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1140*	Santana do Matos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1300	São Vicente	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24011	Seridó Ocidental			Não Pró-Pobre
200	Caicó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
480	Ipueira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
560	Jardim de Piranhas	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
1180	São Fernando	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1210	São João do Sabugi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1340	Serra Negra do Norte	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1430	Timbaúba dos Batistas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24012	Seridó Oriental			Inconclusivo
10	Acari	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
240	Carnaúba dos Dantas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
300	Cruzeta	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
310	Currais Novos	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
340	Equador	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
570	Jardim do Seridó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
850	Ouro Branco	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
890	Parelhas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1142	Santana do Seridó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1240	São José do Seridó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24013	Baixa Verde			Não Pró-Pobre
160	Bento Fernandes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
510	Jandaíra	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
580	João Câmara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
880	Parazinho	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1010	Poço Branco	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.4: Rio Grande do Norte (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
24014	Borborema Potiguar			Inconclusivo
150	Barcelona	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
210	Campo Redondo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
280	Coronel Ezequiel	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
500	Jaçanã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
540	Japi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
640	Lagoa de Velhos	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
680	Lages Pintadas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
790	Monte das Gameleiras	Empobrecedor (até os 10%)		
1110	Ruy Barbosa	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1120	Santa Cruz	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1170	São Bento do Trairi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1230	São José do Campestre	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1290	São Tomé	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1330	Serra de São Bento	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
1370	Sítio Novo	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
1400	Tangará	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24015	Agreste Potiguar			Não Pró-Pobre
170	Bom Jesus	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
180	Brejinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
460	Ielmo Marinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
530	Januário Cicco	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
620	Lagoa d'Anta	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
630	Lagoa de Pedras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
660	Lagoa Salgada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
780	Monte Alegre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
830	Nova Cruz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
910	Passa e Fica	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
920	Passagem	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1030	Presidente Juscelino	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1090	Riachuelo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1150	Santo Antônio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1260*	São Paulo do Potengi	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1270	São Pedro	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1310	Senador Elói de Souza	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1350	Serrinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1470	Várzea	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1480	Vera Cruz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
24016	Litoral Nordeste			Inconclusivo
750*	Maxaranguape	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
950	Pedra Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1040	Pureza	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1390	Taipu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1440*	Touros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.4: Rio Grande do Norte (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
24017	Macaíba			Não Pró-Pobre
260	Ceará-Mirim	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
710	Macaíba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
820	Nísia Floresta	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1200	São Gonçalo do Amarante	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1220	São José de Mipibu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
24018	Natal			Não Pró-Pobre
325	Parnamirim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
360	Extremoz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
810	Natal	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
24019	Litoral Sul			Não Pró-Pobre
120	Arês	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
140	Baía Formosa	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
220	Canguaretama	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
350	Espírito Santo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
420	Goianinha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
770	Montadas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
980	Pedro Velho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1320	Senador Georgino Avelino	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1420	Tibau do Sul	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1500	Vila Flor	Empobrecedor (até os 10%)		

Tabela 2.5: Paraíba

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
25001	Catolé do Rocha			Inconclusivo
200	Belém do Brejo do Cruz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
230	Bom Sucesso	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
280*	Brejo do Cruz	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
290	Brejo dos Santos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
430	Catolé do Rocha	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
740*	Jericó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
810	Lagoa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1280	Riacho dos Cavalos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1390	São Bento	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25002	Cajazeiras			Pró-Pobre
70*	São João do Rio do Peixe	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
220	Bom Jesus	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
240	Bonito de Santa Fé	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
330	Cachoeira dos Índios	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
370	Cajazeiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
410	Carrapateira	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
960	Monte Horebe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1330	Santa Helana	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1450	São José das Piranhas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1680*	Triunfo	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1690*	Uiraúna	Empobrecedor (até os 10%)		
25003	Sousa			Inconclusivo
450	Condado	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
550	Vista Serrana	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
840	Lastro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
880	Malta	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1000	Nazarezinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1090	Paulista	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1210*	Pombal	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1320	Santa Cruz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1420	São José da Lagoa Tapada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1620*	Sousa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
25004	Patos			Pró-Pobre
340	Cacimba de Areia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
870	Mãe d'Água	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1070*	Passagem	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1080	Patos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1260	Quixabá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1380	Santa Teresinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1440	São José de Espinharas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1460	São José do Bonfim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.5: Paraíba (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
25005	Piancó			Inconclusivo
20	Aguiar	Empobrecedor (até os 10%)		
260	Igaracy	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
420	Catingueira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
480	Coremas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
590	Emas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1020	Nova Olinda	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1040	Olho d'Água	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1130	Piancó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1360	Santana dos Garrotes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
25006	Itaporanga			Inconclusivo
210	Boa Ventura	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
440*	Conceição	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
530	Curral Velho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
560	Diamante	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
660	Ibiara	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
700	Itaporanga	Empobrecedor (até os 10%)		
1100	Pedra Branca	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1350	Santana de Mangueira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1430	São José de Caiana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1570	Serra Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
25007	Serra do Teixeira			Inconclusivo
10	Água Branca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
540*	Desterro	Empobrecedor (até os 10%)		
670	Imaculada	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
800	Juru	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
900	Manaíra	Empobrecedor (até os 30%)		
1230*	Princesa Isabel	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1660	Tavares	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1670*	Teixeira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25008	Seridó Ocidental Paraibano			Inconclusivo
780	Junco do Seridó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1300	Salgadinho	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1340	Santa Luzia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1470	São José do Sabugi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1490	São Mamede	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1710	Várzea	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
25009	Seridó Oriental Paraibano			Inconclusivo
500	Cabati	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Frei Martinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
770*	Juazeirinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1030	Nova Palmeira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1110	Pedra Lavrada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1140*	Picuí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1540	Seridó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.5: Paraíba (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
25010	Cariri Ocidental			Inconclusivo
390	Camalaú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Congo	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
850	Livramento	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
970	Monteiro	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1060	Ouro Velho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1220	Prata	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1410	São João do Tigre	Empobrecedor (até os 20%)		
1480*	São José dos Cordeiros	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1520*	São Sebastião do Umbuzeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1550*	Serra Branca	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1630*	Sumé	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25011	Cariri Oriental			Inconclusivo
170	Barra de São Miguel	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
250*	Boqueirão	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
310*	Cabaceiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
650*	Gurjão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1400*	São João do Cariri	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
25012	Curimataú Ocidental			Inconclusivo
90	Arara	Empobrecedor (até os 10%)		
160*	Barra de Santa Rosa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
510*	Cuité	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1010	Nova Floresta	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1050	Olivedos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1200	Pocinhos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1270*	Remígio	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1610	Soledade	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
25013	Curimataú Oriental			Inconclusivo
100*	Araruna	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
350	Cacimba de Dentro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
570	Dona Inês	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1600*	Solânea	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1640	Tacima	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
25014	Esperança			Inconclusivo
120	Areial	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
600	Esperança	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
950	Montadas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1510	São Sebastião da Lagoa da Roça	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25015	Brejo Paraibano			Inconclusivo
30	Alagôa Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
40*	Alagôa Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
110	Areia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
150	Bonaneiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
270	Borborema	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1160	Pilões	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1590	Serraria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.5: Paraíba (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
25016	Guarabira			Inconclusivo
50	Alagoinha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
80	Araçagi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
190	Belém	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
360*	Caiçara	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
520	Cuitegi	Empobrecedor (até os 10%)		
580*	Duas Estradas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
630	Guarabira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
820	Lagoa de Dentro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
980	Mulungu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1170	Pilõesinhos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1180	Pirpirituba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1560	Serra da Raiz	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25017	Campina Grande			Inconclusivo
400*	Campina Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
610	Fagundes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
830	Lagoa Seca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
920	Massaranduba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1240	Puxinanã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1250	Queimadas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1580	Serra Redonda	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25018	Itabaiana			Inconclusivo
380*	Caldas Brandão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
680	Ingá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
690	Itabaiana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
720	Itatuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
760	Juarez Távora	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
940	Mogeiro	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1310	Salgado de São Félix	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25019	Umbuzeiro			Inconclusivo
130*	Aroeira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
990	Natuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1700*	Umbuzeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
25020	Litoral Norte			Não Pró-Pobre
140	Baia da Traição	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
710	Itapororoca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
730*	Jacaraú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
890*	Mamanguape	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
930	Mataraca	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1290*	Rio Tinto	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25021	Sapé			Não Pró-Pobre
490	Cruz do Espírito Santo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
790	Juripitanga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
910	Mari	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1500	São Miguel de Taipu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1530*	Sapé	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.5: Paraíba (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
25022	João Pessoa			Inconclusivo
180	Bayeux	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Cabedelo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
460	Conde	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
750	João Pessoa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
860	Lucena	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1370	Santa Rita	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
25023	Litoral Sul			Inconclusivo
60	Alhandra	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
300	Caaporã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1120	Pedras de Fogo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1190	Pitimbu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.6: Pernambuco

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
26001	Araripina			Não Pró-Pobre
110	Araripina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
200	Bodocó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
530	Exu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
630	Granito	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
730	Ipubi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
990*	Ouricuri	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1430	Moreilândia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1560	Trindade	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
26002	Salgueiro			Inconclusivo
430	Cedro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
930	Mirandiba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1040	Parnamirim	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1220	Salgueiro	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1350	São João de Belmonte	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1400	Serrita	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1610	Verdejante	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
26003	Pajeú			Inconclusivo
10	Afogados da Ingazeira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
250	Brejinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
340	Calumbi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
390*	Carnaíba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
560	Flores	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
690	Igaraci	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
710	Ingazeira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
770	Itapetim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1280	Santa Terezinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1360	São José do Egito	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1390	Serra Talhada	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1440	Solidão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1460	Tabira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1570*	Triunfo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1590	Tuparetama	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
26004	Sertão do Moxotó			Não Pró-Pobre
120	Arcoverde	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
180	Betânia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
510	Custódia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
660	Ibimirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
700*	Inajá	Empobrecedor (até os 30%)		
1410	Sertânia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
26005	Petrolina			Não Pró-Pobre
20	Afrânio	Empobrecedor (até os 10%)		
300	Cabrobó	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
980	Orocó	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1110*	Petrolina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1260*	Santa Maria da Boa Vista	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1520	Terra	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre

Tabela 2.6: Pernambuco (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
26006	Itaparica			Não Pró-Pobre
160	Belém de São Francisco	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
570*	Floresta	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
740	Itacuruba	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
1100*	Petrolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1480	Tacaratu	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
26007	Vale do Ipanema			Inconclusivo
50	Águas Belas	Empobrecedor (até os 10%)		
280	Buíque	Empobrecedor (até os 10%)		
750	Itaíba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1080	Pedra	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1580	Tupanatinga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1600	Venturosa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
26008	Vale do Ipojuca			Não Pró-Pobre
60	Alagoinha	Empobrecedor (até os 10%)		
170	Belo Jardim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
190	Bezerros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
260	Brejo da Madre de Deus	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
310	Cachoeirinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
380	Capoeiras	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
410	Caruaru	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
640	Gravatá	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
800	Jataúba	Empobrecedor (até os 40%)		
1090	Pesqueira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1120	Poção	Empobrecedor (até os 40%)		
1170	Riacho das Almas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1240	Sanharó	Empobrecedor (até os 10%)		
1300	São Bento do Uma	Empobrecedor (até os 10%)		
1310	São Caitano	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1470	Tacaimbó	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
26009	Alto Capibaribe			Inconclusivo
580	Frei Miguelinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1250	Santa Cruz do Capibaribe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1270	Santa Maria do Cambucá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1450*	Surubim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1500	Taquaritinga do Norte	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1540	Toritama	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1620	Vertentes	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.6: Pernambuco (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
26010	Médio Capibaribe			Inconclusivo
220	Bom Jardim	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
490	Cumaru	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
540	Feira Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
810	João Alfredo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
890	Limoeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
910	Machados	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
970	Orobó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1050	Passira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1210	Salgadinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1380	São Vicente Ferrer	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
26011	Garanhuns			Inconclusivo
100	Angelim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
210	Bom Conselho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
240	Brejão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Caetés	Empobrecedor (até os 30%)		
330	Calçado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
370	Canhotinho	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Correntes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
600	Garanhuns	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
650	Iatí	Empobrecedor (até os 20%)		
830*	Jupi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
840	Jurema	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
860	Lagoa do Ouro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
880	Lajedo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1010	Palmeirinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1030	Paranatama	Empobrecedor (até os 20%)		
1230	Saloá	Empobrecedor (até os 10%)		
1320	São João	Empobrecedor (até os 20%)		
1510	Terezinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
26012	Brejo Pernambucano			Não Pró-Pobre
30	Agrestina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
80	Altinho	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
130	Barra do Guabiraba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
230	Bonito	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
350	Camocim de São Félix	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
500	Cupira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
670	Ibirajuba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
870	Lagoa dos Gatos	Empobrecedor (até os 20%)		
1020	Panelas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1200	Sairé	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1330	São Joaquim dos Montes	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.6: Pernambuco (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
26013	Mata Setentrional Pernambucana			Não Pró-Pobre
70	Aliança	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
270	Buenos Aires	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
360	Camutanga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
400*	Carpina	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
460	Condado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
550	Ferreiros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Goiana	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
765	Itambé	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
780	Itaquitinga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
850	Lagoa do Itaenga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
900	Macaparana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
950	Nazaré da Mata	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1060	Paudalho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1530	Timbaúba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1550	Tracunhaém	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1630	Vicência	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
26014	Vitória de Santo Antão			Inconclusivo
440	Chã de Alegria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
450	Chã Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
610	Glória de Goitá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1130	Pombos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1640	Vitória de Santo Antão	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
26015	Mata Meridional Pernambucana			Inconclusivo
40*	Água Preta	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
90	Amaraji	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
140	Barreiros	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
150	Belém de Maria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
420	Catende	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
480	Cortês	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
520	Escada	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
590	Gameleira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
820	Joaquim Nabuco	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
920	Maraial	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1000	Palmares	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1140	Primavera	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1150	Quipapá	Empobrecedor (até os 30%)		
1180	Ribeirão	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1190*	Rio Formoso	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1290	São Benedito do Sul	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1340	São José da Coroa Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1420	Sirinhaém	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
26016	Itamaracá			Não Pró-Pobre
680*	Igarassu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
760	Itamaracá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
775	Itapissuma	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.6: Pernambuco (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
26017	Recife			Inconclusivo
05	Abreu e Lima	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
345	Camaragibe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
790	Jaboatão dos Guararapes	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
940	Moreno	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
960	Olinda	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
1070	Paulista	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1160	Recife	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1370	São Lourenço da Mata	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
26018	Suape			Não Pró-Pobre
290	Cabo de Santo Agostinho	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
720	Ipojuca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
26019	Fernando de Noronha			Não Pró-Pobre
545	Fernando de Noronha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.7: Alagoas

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
27001	Serrana do Sertão Alagoano			Não Pró-Pobre
10*	Água Branca	Empobrecedor (até os 10%)		
160	Canapi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
330	Inhapi	Empobrecedor (até os 10%)		
500	Mata Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
27002	Alagoana do Sertão do São Francisco			Inconclusivo
240	Delmiro Golveia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
580	Olho d'Água do Casado	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
710	Piranhas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
27003	Santana do Ipanema			Não Pró-Pobre
180	Carneiros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
250	Dois Riachos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
460	Maravilha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
610	Ouro Branco	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Palestina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
640	Pão de Açúcar	Empobrecedor (até os 20%)		
720	Poço das Trincheiras	Empobrecedor (até os 20%)		
800	Santana do Ipanema	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
840	São José da Tapera	Empobrecedor (até os 30%)		
895	Senador Rui Palmeira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
27004	Batalha			Não Pró-Pobre
70	Batalha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
90	Belo Monte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
340	Jacaré dos Homens	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
370	Jaramataia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
440	Major Isidoro	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
540	Monteirópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
570	Olho d'Água das Flores	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
600	Oliveira	Empobrecedor (até os 20%)		
27005	Palmeira dos Índios			Não Pró-Pobre
80	Belém	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
120	Cacimbinhas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
310	Igaci	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
480	Maribondo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
490	Mar Vermelho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
530	Minador do Negrão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
630*	Palmeira dos Índios	Empobrecedor (até os 10%)		
660	Paulo Jacinto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
760	Quebrangulo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
900	Tanque d'Arca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.7: Alagoas (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
27006	Arapiraca			Não Pró-Pobre
30	Arapiraca	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
150	Campo Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
200	Coité do Nória	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
235	Craibas	Empobrecedor (até os 20%)		
260	Feira Grande	Empobrecedor (até os 10%)		
290	Girau do Ponciano	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
410	Lagoa da Canoa	Empobrecedor (até os 10%)		
420	Limoeiro de Anadia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
880	São Sebastião	Empobrecedor (até os 10%)		
910	Taquarana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
27007	Traipu			Não Pró-Pobre
590	Olho d'Água Grande	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
820	São Brás	Empobrecedor (até os 10%)		
920	Traipu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
27008	Serrana dos Quilombos			Não Pró-Pobre
190	Chã Preta	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
300	Ibateguara	Empobrecedor (até os 10%)		
700	Pindoba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
810	Santana do Mundaú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
830	São José da Lage	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
930	União dos Palmares	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
940	Viçosa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
27009	Mata Alagoana			Não Pró-Pobre
40	Atalaia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
110	Branquinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
130	Cajueiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
170	Capela	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
210	Colônia Leopoldina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
280	Flexeiras	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
350	Jacuípe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
380	Joaquim Gomes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
390*	Jundiá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
510	Matriz de Camaragibe	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
520	Messias	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
550	Murici	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
560	Novo Lino	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
730	Porto Calvo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
850	São Luís do Quitunde	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
27010	Litoral Norte Alagoano			Não Pró-Pobre
360	Japaratinga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
450	Maragogi	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
650	Passo de Camaragibe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
740	Porto de Pedras	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
870	São Miguel dos Milagres	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.7: Alagoas (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
27011	Maceió			Não Pró-Pobre
50*	Barra de Santo Antônio	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
60	Barra de São Miguel	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
220	Coqueiro Seco	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
430	Maceió	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Marechal Deodoro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
690	Pilar	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
770	Rio Largo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
790	Santa Luzia do Norte	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
890	Satuba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
27012	São Miguel dos Campos			Não Pró-Pobre
20	Anadia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
100	Boca da Mata	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
140	Campo Alegre	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
230	Coruripe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
400	Junqueiro	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
780	Roteiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
860	São Miguel dos Campos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
915	Teotônio Vilela	Empobrecedor (até os 10%)		
27013	Penedo			Não Pró-Pobre
270	Feliz Deserto	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Igreja Nova	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
670	Penedo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
680	Piaçabuçu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
750	Porto Real do Colégio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.8: Sergipe

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
28001	Sergipana do Sertão do São Francisco			Não Pró-Pobre
120	Canindé de São Francisco	Empobrecedor (até os 20%)		
220	Feira Nova	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
240	Gararu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
260	Gracho Cardoso	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
310	Itabi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
420	Monte Alegre de Sergipe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
450	Nossa Senhora da Glória	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
540	Poço Redondo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
560	Porto da Folha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
28002	Carira			Não Pró-Pobre
140	Carira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
230	Frei Paulo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
445	Nossa Senhora Aparecida	Empobrecedor (até os 10%)		
500	Pedra Mole	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
520	Pinhão	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
600	Ribeirópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
28003	Nossa Senhora das Dores			Inconclusivo
20	Aquidabã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
190	Cumbe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
380	Malhada dos Bois	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
430	Muribeca	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Não Pró-Pobre
460	Nossa Senhora das Dores	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
700	São Miguel do Aleixo	Empobrecedor (até os 20%)		
28004	Agreste de Itabainana			Inconclusivo
50	Areia Branca	Empobrecedor (até os 10%)		
100	Campo do Brito	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
290	Itabaiana	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
370	Macambira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
390	Malhador	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
410	Moita Bonita	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
680	São Domingos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
28005	Tobias Barreto			Não Pró-Pobre
550	Poço Verde	Empobrecedor (até os 10%)		
710	Simão Dias	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
740	Tobias Barreto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
28006	Agreste do Lagarto			Não Pró-Pobre
350	Lagarto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
580	Riação do Dantas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.8: Sergipe (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
28007	Propriá			Não Pró-Pobre
10	Amparo de São Francisco	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
70	Brejo Grande	Empobrecedor (até os 20%)		
110	Candoba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
160	Cedro de São João	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
270	Ilha das Flores	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
440*	Neópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
470	Nossa Senhora de Lourdes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
570	Propriá	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
730	Telha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
28008	Cotinguiba			Inconclusivo
130	Capela	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
200	Divina Pastora	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
650	Santa Rosa de Lima	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
720	Siriri	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
28009	Japaratuba			Não Pró-Pobre
330	Japaratuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
340	Japoatã	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
490	Pacatuba	Empobrecedor (até os 20%)		
530	Pirambu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
690	São Francisco	Empobrecedor (até os 10%)		
28010	Baixo Cotinguiba			Inconclusivo
150	Carmópolis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
250	General Maynard	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
360	Laranjeiras	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
400	Maruim	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
590	Riachuelo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
610	Rosário do Catete	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
660	Santo Amaro das Brotas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
28011	Aracaju			Inconclusivo
30	Aracaju	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
60	Barra dos Coqueiros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
480	Nossa Senhora do Socorro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
670	São Cristóvão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
28012	Boquim			Não Pró-Pobre
40	Araúá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
67	Boquim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
170	Cristinápolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
300	Itabaianinha	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
510	Pedrinhas	Empobrecedor (até os 80%)		
620	Salgado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
750	Tomar do Geru	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
760	Umbaúba	Empobrecedor (até os 30%)		

Tabela 2.8: Sergipe (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
28013	Estância			Não Pró-Pobre
210	Estância	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
280	Indiaroba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
320	Itaporanga d'Ajuda	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
630	Santa Luzia do Itanhy	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.9: Bahia

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29001	Barreiras			Pró-Pobre
250	Baianópolis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
320	Barreiras	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
740	Catolândia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1110	Formosa do Rio Preto	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2620	Riaçãõ das Neves	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2890	São Desidério	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
29002	Cotegipe			Não Pró-Pobre
140	Angical	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
440	Brejolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
940	Cotegipe	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
970	Cristópolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2045	Mansidão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2840	Santa Rita de Cássia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3090	Tabocas do Brejo Velho	Empobrecedor (até os 10%)		
3345	Wanderley	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
29003	Santa Maria da Vitória			Não Pró-Pobre
610	Canápolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
810	Cacos	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
910	Coribe	Empobrecedor (até os 30%)		
930	Correntina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1735	Jaborandi	Empobrecedor (até os 20%)		
2810	Santa Maria da Vitória	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2820	Santana	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2905	São Feliz do Coribe	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3030	Serra Dourada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
29004	Juazeiro			Inconclusivo
590	Campo Alegre de Lourdes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
720	Casa Nova	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
990	Curaçá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1840	Juazeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2440	Pilão Arcado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2600	Remanso	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3020	Sento Fé	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3077	Sobradinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29005	Paulo Afonso			Pró-Pobre
20	Abaré	Empobrecedor (até os 30%)		
770	Chorrochó	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1140	Glória	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1990	Macururé	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2400	Paulo Afonso	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2710	Rodelas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29006	Barra			Não Pró-Pobre
270	Barra	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
475	Buritirama	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1320	Ibotirama	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1535	Itaguaçu da Bahia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2160	Morpara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2225	Muquém de São Francisco	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3360	Xique-Xique	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
29007	Bom Jesus da Lapa			Inconclusivo
390	Bom Jesus da Lapa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
710	Caririnha	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1077	Feira da Mata	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2370	Paratinga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3015	Serra do Ramalho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3075	Sítio do Mato	Empobrecedor (até os 10%)		
29008	Senhor do Bonfim			Não Pró-Pobre
135	Andorinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
180	Antônio Gonçalves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
600	Campo Formoso	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1085	Filadélfia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1700	Itiúba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1770	Jaguarari	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2460	Pindobaçu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3010	Senhor do Bonfim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3245	Umburanas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
29009	Irecê			Inconclusivo
115	América Dourada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
300	Barra do Mendes	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
323	Barro Alto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
530	Cafarnaum	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
620	Canarana	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
760	Central	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1130	Gentio de Ouro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1240	Ibipeba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1310	Ibititá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1440	Iraquara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1460	Irecê	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1835	João Dourado	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1850	Jussara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1915	Lapão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2205	Mugulu do Morro	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2560	Presidente Dutra	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2925	São Gabriel	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3080	Souto Soares	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3240	Uibaí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29010	Jacobina			Inconclusivo
510	Caém	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
550	Caldeirão Grande	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
687	Capim Grosso	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1750	Jacobina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2120	Miguel Calmon	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2140	Mirangaba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2170	Morro do Chapéu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2335	Ouroândia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2480	Piritiba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2525	Ponto Novo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2593	Quixabeira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2937	São José do Jacuípe	Empobrecedor (até os 10%)		
2980	Saúde	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3060	Serrolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3310	Várzea do Poço	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3315	Várzea Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29011	Itaberaba			Inconclusivo
260	Baixa Grande	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
380	Boa Vista do Tupim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1190	Iaçu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1260	Ibiquera	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1470	Itaberaba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1900	Lajedinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1960	Macajuba	Empobrecedor (até os 10%)		
2010	Mairí	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2210	Mundo Novo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2720	Ruy Barbosa	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3130	Tapiramutá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3305	Várzea da Roça	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29012	Feira de Santana			Inconclusivo
40	Água Fria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
150	Anguera	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
170	Antônio Cardoso	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
820	Conceição da Feira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
850	Conceição do Jacuípe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
890	Coração de Maria	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1030	Elísio Medrado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1080	Feira de Santana	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1380	Ipecaetá	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1400	Ipirá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1450	Irará	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1685	Itatim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2330	Ouriçangas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2410	Pedrão	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2465	Pintadas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2595	Rafael Jambeiro	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2750	Santa Bárbara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2830	Santanópolis	Empobrecedor (até os 10%)		
2850	Santa Teresinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2880	Santo Estêvão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2930	São Gonçalo dos Campos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3040	Serra Preta	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3110	Tanquinho	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3140	Teodoro Sampaio	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
29013	Jeremoabo			Inconclusivo
920	Coronel João de Sá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1810	Jeremoabo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2420	Pedro Alexandre	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2760	Santa Brígida	Empobrecedor (até os 10%)		
3076	Sítio do Quinto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
29014	Euclides da Cunha			Inconclusivo
680	Cansanção	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
682	Canudos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1070	Euclides da Cunha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2150	Monte Santo	Empobrecedor (até os 10%)		
2265	Nordestina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2580	Queimadas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2590	Quijingue	Empobrecedor (até os 20%)		
3190	Tucano	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3200	Uauá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29015	Ribeira do Pombal			Inconclusivo
35	Adustina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
160	Antas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
265	Banzaê	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
780	Cícero Dantas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
790	Cipó	Empobrecedor (até os 10%)		
1075	Fátima	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1185	Heliópolis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1650	Itapicuru	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2290	Nova Soure	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2305	Novo Triunfo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2310	Olindina	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2380	Paripiranga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2650	Ribeira do Amparo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2660	Ribeira do Pombal	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29016	Serrinha			Inconclusivo
210	Acari	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
360	Biritinga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
640	Candeal	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
685	Capela do Alto Alegre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
840	Conceição do Coité	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1125	Gavião	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1330	Ichu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1910	Lamarão	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2273	Nova Fátima	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2405	Pé de Serra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2610	Retirolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2630	Riação do Jacuípe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2800	Santaluz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2895	São Domingos	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3050	Serrinha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3150	Teofilândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3300	Valente	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
29017	Alagoinhas			Inconclusivo
30	Acajutiba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
70	Alagoinhas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
190	Aporá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
205	Araças	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
220	Aramari	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
960	Crisópolis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1370	Inhambupe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2700	Rio Real	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2970	Sátiro Dias	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29018	Entre Rios			Não Pró-Pobre
700	Cardeal da Silva	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
860	Conde	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1050	Entre Rios	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1060	Esplanada	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1790	Jandaíra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
29019	Catu			Inconclusivo
110	Amélia Rodrigues	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
750	Catu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1590	Itanagra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2100	Mata de São João	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2520	Pojuca	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2950	São Sebastião do Passé	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3170	Terra Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29020	Serrinha			Inconclusivo
230	Aratuípe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
485	Cabaceiras do Paraguaçu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
490	Cachoeira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
730	Castro Alves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
830	Conceição do Almeida	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
980	Cruz das Almas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1020	Dom Macedo Costa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1160	Governador Mangabeira	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1780	Jaguaripe	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2060	Maragogipe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2220	Muniz Ferreira	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2230	Muritiba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2250	Nazaré	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2730	Salinas da Margarida	Empobrecedor (até os 10%)		
2860	Santo Amaro	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2870	Santo Antônio de Jesus	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2900	São Félix	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2910	São Felipe	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2960	Sapeaçu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2975	Saubara	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
3317	Varzeado	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29021	Salvador			Inconclusivo
570	Camaçari	Inconclusivo	Pró-Pobre	Inconclusivo
650	Candeias	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1005	Dias d'Ávila	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1610	Itaparica	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1920	Lauro de Freitas	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1992	Madre de Deus	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2740	Salvador	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2920	São Francisco do Conde	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3070	Simões Filho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3320	Vera Cruz	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29022	Boquira			Inconclusivo
410	Boquira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
420	Botuporã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
450	Brotas de Macaúbas	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
755	Caturama	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1250	Ibipitinga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1300	Ibitiara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1410	Ipupiara	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
1980	Macaúbas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2303	Novo Horizonte	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2320	Oliveira dos Brejinhos	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3105	Tanque Novo	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
29023	Seabra			Inconclusivo
10	Abaíra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
130	Andaraí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
280	Barra de Estiva	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
400	Boninal	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
405	Bonito	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
880	Contendas do Sincorá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1220	Ibicoara	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1500	Itaeté	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1860	Jussiape	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1930	Lençóis	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2190	Mucugê	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2285	Nova Redenção	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2350	Palmeiras	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2430	Piatã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2670	Rio de Contas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2990	Seabra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3280	Utinga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3340	Wagner	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29024	Jequié			Inconclusivo
60	Aiquara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
100	Amargosa	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
195	Apuarema	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
430	Brejões	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Inconclusivo
950	Cravolândia	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1420	Irajutuba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1430	Iramaia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1510	Itagi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1670	Itaquara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1690	Itiruçu	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1760	Jaguaquara	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1800	Jequié	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1820	Jiquiriçá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1830	Jitaúna	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1870	Lafaiete Coutinho	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1880	Laje	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1905	Lajedo do Tabocal	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2050	Maracás	Empobrecedor (até os 10%)		
2080	Marcionílio Souza	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2130	Milagres	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2240	Mutuípe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2280	Nova Itarana	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2490	Planaltino	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2790	Santa Inês	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2940	São Miguel das Matas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3210	Ubaíra	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
29025	Livramento do Brumado			Não Pró-Pobre
50	Érico Cardoso	Empobrecedor (até os 10%)		
1010	Dom Basílio	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1950	Livramento do Brumado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2360	Paramirim	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2690	Rio do Pires	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29026	Guanambi			Não Pró-Pobre
500	Caculé	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
520	Caetité	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
660	Candiba	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1170	Guanambi	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1200	Ibiassucê	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1340	Igaporã	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1733	Iuiú	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1740	Jacaraci	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1875	Lagoa Real	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1940	Licínio de Almeida	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2020	Malhada	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
2105	Matina	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2180	Mortugaba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2340	Palmas de Monte Alto	Empobrecedor (até os 10%)		
2450	Pindaí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2640	Riacho de Santana	Empobrecedor (até os 10%)		
3000	Sebastião de Laranjeiras	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3260	Urandi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29027	Brumado			Inconclusivo
200	Aracatu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
460	Brumado	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
689	Caraíbas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
870	Condeúba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
900	Cordeiros	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1165	Guajeru	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1720	Ituaçu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1995	Maetinga	Empobrecedor (até os 10%)		
2030	Malhada de Pedras	Empobrecedor (até os 20%)		
2470	Piripá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2570	Presidente Jânio Quadros	Empobrecedor (até os 10%)		
2680	Rio do Antônio	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3100	Tanhaçu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3180	Tremedal	Empobrecedor (até os 10%)		

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29028	Vitória da Conquista			Inconclusivo
120	Anagé	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
290	Barra do Choça	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
350	Belo Campo	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
370	Boa Nova	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
395	Bom Jesus da Serra	Empobrecedor (até os 30%)		
480	Caatiba	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
515	Caetanos	Empobrecedor (até os 10%)		
670	Cândido Sales	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1000	Dário Meira	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1230	Ibicuí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1350	Iguaí	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2040	Manoel Vitorino	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2145	Mirante	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2270	Nova Canaã	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2500	Planalto	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2510	Poços	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3330	Vitória da Conquista	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
29029	Itapetinga			Pró-Pobre
1040	Encruzilhada	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1580	Itambé	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1640	Itapetinga	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1680	Itarantim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1710	Itororó	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1970	Macarani	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2000	Maiquinique	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2540	Potiraguá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2665	Ribeirão do Largo	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
29030	Valença			Não Pró-Pobre
540	Cairu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
580	Camamu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1345	Igrapiúna	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1730	Ituberá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2070	Maraú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2260	Nilo Peçanha	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2467	Piraí do Norte	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2575	Presidente Tancredo Neves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
3120	Taperoá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3290	Valença	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29031	Ilhéus-Itabuna			Inconclusivo
90	Almadina	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
225	Arataca	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
240	Aurelino Leal	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
310	Barra do Rocha	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
330	Barro Preto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
340	Belmonte	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
470	Buerarema	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
560	Camacan	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
630	Canavieiras	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
800	Coaraci	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1090	Firmino Alves	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1100	Floresta Azul	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1120	Gandu	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1150	Gongogi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1210	Ibicaraí	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1270	Ibirapitanga	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1290	Ibirataia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1360	Ilhéus	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1390	Ipiaú	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1480	Itabuna	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1490	Itacaré	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1520	Itagibá	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1540	Itaju do Colônia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1550	Itajuípe	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1570	Itamari	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1620	Itapé	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1630	Itapebi	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1660	Itapitanga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1855	Jussari	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2090	Mascote	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2275	Nova Ibiá	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2390	Pau Brasil	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2780	Santa Cruz da Vitória	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2805	Santa Luzia	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2935	São José da Vitória	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3160	Teolândia	Empobrecedor (até os 30%)		
3220	Ubaíatoba	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3230	Ubatã	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3250	Una	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3270	Uruçuca	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
3350	Wenceslau Guimarães	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo

Tabela 2.9: Bahia (continuação)

Código	Nome	Tipo de Crescimento		
		p=1,...,30	p=1,...,50	p=1,...,100
29032	Porto Seguro			Inconclusivo
80	Alcobaça	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
690	Caravelas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1072	Eunápolis	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
1180	Guaratinga	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1280	Ibirapuã	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1465	Itabela	Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1530	Itagimirim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
1560	Itamaraju	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1600	Itanhém	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
1845	Jucuruçu	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre
1890	Lagedão	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
2110	Medeiros Neto	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
2200	Mucuri	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
2300	Nova Viçosa	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2530	Porto Seguro	Pró-Pobre	Pró-Pobre	Pró-Pobre
2550	Prado	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo
2770	Santa Cruz Cabralia	Não Pró-Pobre	Inconclusivo	Inconclusivo
3135	Teixeira de Freitas	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
3325	Vereda	Não Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo